



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Dandara Felícia Silva Oliveira

NA QUEBRADA DA PISTA:

Precariedade da vida e trabalho sexual de transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora/MG

Juiz de Fora
2023

Dandara Felícia Silva Oliveira

NA QUEBRADA DA PISTA:

Precariedade da vida e trabalho sexual de transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora/MG

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social e Sujeitos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marco José Oliveira Duarte

Juiz de Fora
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Dandara Felícia Silva.

Na quebrada da pista : Precariedade da vida e trabalho sexual de transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora/MG / Dandara Felícia Silva Oliveira. -- 2023.

120 p.

Orientador: Marco José de Oliveira Duarte

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2023.

1. Trabalho Sexual. 2. Transvestigêneres. 3. Prostituição. 4. Travestis. 5. Interseccionalidade. I. Duarte, Marco José de Oliveira, orient. II. Título.

DANDARA FELÍCIA SILVA OLIVEIRA

Na quebrada da pista: precariedade da vida e trabalho sexual de transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora/MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 15 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dra. Juliana Perucchi

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Bruna Andrade Irineu

Universidade Federal de Mato Grosso

Juiz de Fora, 11/05/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Jose de Oliveira Duarte, Professor(a)**, em 16/06/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Andrade Irineu, Usuário Externo**, em 16/06/2023, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Perucchi, Professor(a)**, em 19/06/2023, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1278805** e o código CRC **35D5A4CE**.

Dedico esse trabalho a todes aquelus que vieram antes de mim e que por conta da transfobia estrutural brasileira não estão mais entre nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha mãe Oxum, aquela que foi, é, e sempre será a dona de meu *Ori*. A que me dá cabeça boa para que me mantenha segura e firme. A água que aparta a morte e melhora a cabeça ruim. A responsável por todas as minhas andanças terrenas e espirituais. Aquela que laça e desata, que aproxima e alonginqua. A responsável por todo o meu círculo de afetos, que me ajudaram a chegar até aqui e por me aproximar da minha realidade de vida e de minhas companheiras prostitutas. *Ore Ye Ye Oh*.

À minha família, que nem sempre me apoiou mas que foi fundamental para que eu me tornasse a pessoa que eu sou hoje.

Aos amigos, todos, que entenderam minhas dificuldades.

Ao Thiago, meu dedicado esposo que cuidou de tudo para que eu pudesse fazer essa pesquisa.

Às professoras que fizeram parte da banca e ao meu orientador que possibilitaram uma andança não poderia dizer tranquila, mas segura, pelo início da vida acadêmica.

RESUMO

A dissertação de mestrado busca problematizar os conceitos de transvestigêneres e de precariedade da vida, tendo como campo e sujeitas, as trabalhadoras sexuais transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora-MG. A partir de uma das frentes de trabalho do Centro de Referência LGBTQI+ da UFJF, após o início da pandemia da COVID-19, criou-se um grupo das trabalhadoras sexuais transvestigêneres, que demandava ajuda no enfrentamento neste contexto sanitário. Parte das contribuições teórico-conceituais de Judith Butler e Lélia Gonzalez, analisando, a partir da perspectiva da interseccionalidade, os marcadores de diferença e de opressão, como gênero, raça, classe, sexualidade e território no contexto da prostituição e seus sentidos para essas trabalhadoras sexuais no mundo do trabalho inserido nas relações sociais capitalistas. Toma-se, metodologicamente, a revisão da literatura para o trato dos conceitos de transvestigêneres e de prostituição, bem como o recurso ao trabalho de campo, com observação e entrevistas semiestruturadas com as transvestigêneres trabalhadoras de sexo na cidade de Juiz de Fora. Esses dados produzidos foram tratados a partir da análise do discurso, na medida que se pretendeu entender a precariedade de vida dessas sujeitas e suas corpos no trabalho da *pista*, bem como analisar o reconhecimento da *batalha* na rua enquanto trabalho. Toma-se a produção da escrita e dos dados na escrevivência, com a implicação da pesquisadora na escrita de si.

Palavras-chave: travestilidades, transvestigêneres, trabalho sexual, precariedade da vida, interseccionalidade

ABSTRACT

The Masters dissertation seeks to problematize the concepts of transvestite gender and precariousness of life, having as field and subjects, the transvestite sex workers in the city of Juiz de Fora-MG. From one of the work fronts of the UFJF LGBTQI+ Reference Center, after the onset of the COVID-19 pandemic, a group of transvestite sex workers was created, which demanded help in coping with this health context. It starts from the theoretical-conceptual contributions of Judith Butler and Lélia Gonzalez, analyzing, from the perspective of intersectionality, the markers of difference and oppression, such as gender, race, class, sexuality and territory in the context of prostitution and its meanings for these workers sexual relations in the world of work inserted in capitalist social relations. Methodologically, a literature review is used to deal with the concepts of transvestite gender and prostitution, as well as the use of fieldwork, with observation and semi-structured interviews with transvestite sex workers in the city of Juiz de Fora. These produced data were treated from the discourse analysis, as it was intended intended to understand the precariousness of life of these subjects and their bodies in track work, as well as to analyze the recognition of the battle in the street while working. The production of writing and data in writing is taken, with the implication of the researcher in self-writing.

Keywords: travestilities, transsexuals, sex work, precariousness of life, intersectionality

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro sinóptico de caracterização do material bibliográfico analisado pela pesquisa (quantidade, tipo de material e assunto abordados) analisados pela pesquisa	77
Tabela 2 - Perfil das entrevistadas com os principais marcadores sociais de diferença.....	85

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome (tradução: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ASTRA-JF – Associação de Travestis, Transgêneros e Transexuais de Juiz de Fora

ASTRAL - Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro

BSH - Programa Brasil Sem Homofobia

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CeR-LGBTQI+ - Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+

CFM - Conselho Federal de Medicina

CNCD-LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT

COVID-19 - (CO)rona (VI)rus (D)isease, 2019

CPDD-LGBT - Centro de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Liberados na luta contra a AIDS

EUA - Estados Unidos da América

HIV - Human Immunodeficiency Virus (tradução: Vírus da Imunodeficiência Humana)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, não-binários, queer, intersexos, assexuais e mais

MS – Ministério da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PNSI-LGBT - Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

SUS – Sistema Único de Saúde

TJ-SP - Tribunal de Justiça de São Paulo

UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids

GLOSSÁRIO PAJUBÁ

ALIBÃ - é uma outra palavra usada principalmente pelas pessoas transvestigêneres e significa polícia.

BOFE - Homem heterossexual, homem bonito, ou homossexual ativo.

BONECA - é um termo antigo usado pela imprensa, pela sociedade em geral e pelas próprias travestis para se determinarem. Algumas pessoas também usam o termo para se referir ao vírus HIV.

CARNE NOVA - é uma expressão usada por prostitutas em geral para dizer daquelas que são novas na praça.

COLOCADA - No pajubá, linguagem usada principalmente por travestis, colocada é sinônimo de alta, drogada, bêbada.

DOCE - É quando alguém prepara uma vingança para outra pessoa, ou até mesmo quando uma pessoa se dá mal, ou tem algum problema com um cliente ou com algum outro homem. É também uma palavra utilizada no sentido de vingança, mas também no sentido da contaminação pelo vírus HIV/AIDS. Outras palavras utilizadas são carimbo (em referência ao sarcoma de Kaposi) e tia.

MARICONA - Homem homossexual (gay) com mais de 50 anos de idade.

TOMBADA - Algo não apresentável, que não pode mais ser apresentada, utilizada. Estragado.

UÓ - é um termo que significa ruim.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. NÓS POR NÓS E A GÊNESE DO CONCEITO DE TRANSVESTIGÊNERE	19
2.1. TRANSEXUAIS – NASCIDA NO CORPO ERRADO?	21
2.2. O TRANSGÊNERO – CONTINUAMOS MEDICALIZADAS.....	26
2.3. TRAVESTIS – O QUE É, QUE É, HEIM?	29
2.4. TRANSVESTIGÊNERES – PARIMOS UM CONCEITO	39
3. VIDAS PRECÁRIAS	46
3.1. PRECARIEDADE DA VIDA E EDUCAÇÃO	50
3.2. PRECARIEDADE DA VIDA E INTERSECCIONALIDADE.....	53
3.3. PRECARIEDADE DA VIDA E SAÚDE	59
3.4. PRECARIEDADE DA VIDA E MERCADO DE TRABALHO	66
3.5. PRECARIEDADE DA VIDA, ENQUADRAMENTOS E SUJEITO UNIVERSAL	71
4. AS TRANSVESTIGÊNERES TRABALHADORAS SEXUAIS DE JUIZ DE FORA NA BATALHA DA PISTA	75
4.1. A BATALHA DA PISTA COMO TRABALHO	77
4.2. PROIBICIONISMO, ABOLICIONISMO, REGULAMENTARISMO E A PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO	80
4.3. AS TRANSVESTIGÊNERES PROSTITUTAS DE JUIZ DE FORA	84
4.4. A FAMÍLIA BATE	88
4.5. A ESCOLA EXPULSA	89
4.6. A IDADE CHEGA	91
4.7. AS TRABALHADORAS E O TRABALHO SEXUAL.....	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DE UM PROCESSO DE ESCREVIVÊNCIA TRANSVESTIGÊNERE PRETA	106
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	114
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada	115
ANEXO 1 - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	116

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado é fruto de um trabalho de depuração de ideias e debates em nosso grupo de estudos e pesquisas em sexualidade, gênero, diversidade e saúde: políticas e direitos (GEDIS/CNPq), mas também da auto-agência travesti na cidade, que tem, agora, na Associação de Travestis, Transgêneres e Transexuais de Juiz de Fora (ASTRA-JF), a nossa primeira organização transvestigênera neste município do interior de Minas Gerais.

Iniciamos o mestrado com um projeto de pesquisa que pretendia analisar o mercado de trabalho e as pessoas transvestigêneras de Juiz de Fora. Nesse momento publicamos, com o Professor Doutor Marco José de Oliveira Duarte, o capítulo, *Trabalho e tra(ns)vesti(gêneres)lidades: elementos para uma análise*. O debate feito por esse texto era sobre a questão transvestigênera, o mercado de trabalho e o conceito de trabalho, bem como de que maneira o aprofundamento do ultraneoliberalismo impactava a vida das pessoas transvestigêneras (OLIVEIRA; DUARTE, 2020). No entanto, como é a vida que forma a consciência e não a consciência que forma a vida, percebemos que talvez precisássemos adequar o tema em questão frente à realidade vivida por nós e pela nossa cidade.

Está em curso no Brasil e no mundo um projeto neoconservador, neoliberal e ultradireitista que pretende uniformizar a humanidade e que tem o intuito de nos controlar cada vez mais para a exploração do capital. Uma ofensiva que tem diversos atores sociais pelo mundo todo e inclusive em nosso território nacional, particularmente, na gestão pública do Estado brasileiro até o ano de 2022.

Nesse sentido, o ataque da assim chamada “ideologia de gênero”, é um dos pilares para o ataque às pessoas dissidentes sexuais e de gênero, que enfrentam diuturnamente uma sociedade cisheterossexista¹, machista e misógina que controla o corpo das mulheres para a reprodução de novos corpos exploráveis.

O que se convencionou chamar “ideologia de gênero”, é uma ofensiva direta aos estudiosos e seus referenciais teóricos no campo dos estudos de gênero e sexualidade, que questionam o controle dos corpos e subjetividades. (JUNQUEIRA, 2018). Teve sua chama inicial acesa por Michel Foucault, continuadas por Gilles Deleuze e Felix Guattari

¹ Preferimos aqui adotar a expressão cisheterossexista por entendermos que a cishetenormatividade da sociedade, para além de normatizadora, é também estruturante das relações.

e teve seu *boom* com Judith Butler e sua obra, *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*.

Além disso, fomos surpreendidas, após a primeira semana de aula, em março de 2020, pela pandemia da COVID-19², que por determinação das autoridades sanitárias, fecharam-se comércio, universidade, dentre outros e nos fez ficar, trancadas em casa, com o perigo de se contaminar com um vírus mortal.

Nesse contexto, no final de março de 2020, fomos procuradas pelas travestis prostitutas da cidade com o questionamento do que faríamos para ajudá-las a enfrentar o *lockdown* provocado pelo espalhamento do vírus. É a partir deste momento, portanto, que nosso pensamento se volta para a precariedade da vida das pessoas transvestigêneres, particularmente, das trabalhadoras sexuais na batalha da pista.

Esse trabalho contínuo, que, de março de 2020 a agosto de 2021, prestou apoio e solidariedade, através do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+), do Centro de Referência de Direitos Humanos de Juiz de Fora (CRDH) e militância de Juiz de Fora, doando cestas básicas, materiais de higiene e limpeza, máscaras e dinheiro, que foi recolhido a partir de diversas campanhas e vaquinhas virtuais, estendeu-se, consolidou-se e se transformou na primeira Associação de Travestis, Transgêneres e Transexuais de Juiz de Fora, a ASTRA-JF, que desde então, por autogestão, prossegue no desenvolvimento desta atividade, frente a continuidade da pandemia do novo coronavírus.

Para melhor compreensão desta frente de trabalho, de forma sistematizada, o artigo intitulado, *Campanha TranSolidariedade no contexto da pandemia da COVID-19: um relato de experiência* (BRANDÃO et al., 2021) pode ser consultado e está disponibilizado na internet. Trata-se de um relato de experiência escrito pelas mãos das pessoas que geriram, naquele momento, a crise de emprego, trabalho e renda das transvestigêneres trabalhadoras sexuais no contexto da pandemia da COVID-19 na cidade de Juiz de Fora. Contudo, cabe registrar, que, a partir desta experiência do CeR-LGBTQI+, do CRDH e da ASTRA-JF, produziu-se várias reflexões teóricas, em artigos e capítulos de livros, produzidos, desde então, na perspectiva de problematizar a partir da realidade, os conceitos de necropolítica e vidas precárias (DUARTE, 2020a; DUARTE, 2021; DUARTE; OLIVEIRA, 2021).

² O nome COVID é a junção de letras que se referem a (CO)rona (VI)rus (D)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados.

Sendo exposta à realidade das ruas e da precariedade da vida, começamos então a analisar e pensar de que maneira esta precariedade da vida, esse *fazer viver ou deixar morrer*, que Foucault (2005) tão bem nos chama a atenção, pode influenciar nas existências destas pessoas transvestigêneres, bem como do enquadramento a que são submetidas, fazendo com que a rede de apoio que as sustentam e que pode diminuir essa precariedade da vida, possa ser diferente.

Nosso trabalho e acúmulo com o tema em questão, sobre a interseccionalidade, a precariedade da vida, a organização do trabalho sexual das transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora podem ser conferidos nos capítulos de livros e artigos em revistas que vemos publicamos desde 2020 sobre o tema.

Nos respectivos capítulos de livros, *Gênero, raça e sexualidade: uma proposta de debate interseccional?* (DUARTE; OLIVEIRA; IGNÁCIO, 2020) e, em *Precariedade da vida e desigualdades sociorraciais brasileiras em tempos de desdemocracia neoliberal* (DUARTE; OLIVEIRA; IGNÁCIO, 2021), pudemos discorrer sobre como as opressões de gênero, raça, classe, sexualidade e território podem ser ainda maiores quando tratamos de transvestigêneres pretas.

Assim, portanto, toma-se em nossa produção intelectual, como referencial teórico, o avanço da discussão sobre o enquadramento dos corpos e vidas precárias para discutir o nível de precariedade da vida e de organização do trabalho sexual das transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora. Ao nosso ver, tema e objeto importantíssimos, nesse momento político, que, além dos ataques que sofremos, temos um apagão de dados oficiais pelo Estado brasileiro, sobretudo, quando se relaciona a população LGBT no país, desde a ausência de informações no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao número de mortes reais por LGBTQIfobia.

Pretendemos com esta pesquisa compreender e elucidar, de forma sistemática, o modo organizativo da prostituição das transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora-MG, tomando a interseccionalidade como metodologia analítica, para problematizar os marcadores sociais de opressão, desigualdades, dominação e exploração que enquadram e permitem que as pessoas transvestigêneres trabalhadoras sexuais, sejam cada vez mais precarizadas em suas vidas.

Para tanto, objetiva-se elaborar respostas que possam facilitar a construção de políticas públicas para esse público, seja na geração de trabalho, emprego e renda, na ampliação do nível de escolaridade, na ampliação do acesso ao atendimento à saúde, na garantia da cidadania e na proteção contra a violência que assola o país, mas que,

particularmente, é mais profunda ainda na vida das pessoas transvestigêneres, na batalha da pista. Assim, esperamos produzir conhecimento, no campo do serviço social, para que subsidie a estes profissionais no lidar com este público e, que ainda hoje, quando precisa acessar as políticas públicas e seus serviços assistenciais, sofre com a violência institucional e o desconhecimento dos trabalhadores em suas práticas profissionais, seja na saúde, na assistência social, na educação dentre tantas outras.

Metodologicamente, para melhor compreensão de nossa exposição, através dos capítulos que se seguem nesta dissertação, o primeiro capítulo, denominado, *Nós por nós e a gênese do conceito de transvestigêneres*, analisa os conceitos de travesti, transgênero e transexual para promover uma introdução ao debate teórico-conceitual e crítico que desenvolvemos. Nesta perspectiva, decolonial, criado de nós por nós mesmas, opera-se rupturas com as lógicas medicalizadoras, que não remete aos conceitos usados na medicina para caracterizar as doenças ou inscrições médicas na Classificação Internacional de Doenças (CID), sobre nossos corpos e subjetividades. Assim, construímos, teoricamente, o conceito de transvestigêneres, cunhado pela grande transativista Indinarae Siqueira, através de entrevista cedida em trabalho de pesquisa.

Problematizamos teoricamente o contexto da pesquisa a respeito das *Vidas precárias*, nosso segundo capítulo, tomando as obras da filósofa estadunidense Judith Butler (2015; 2019) sobre o conceito de vidas precárias ou precariedade da vida, e produzimos esta analítica sobre a vida das pessoas transvestigêneres. Concomitantemente, analisamos o conceito de interseccionalidade, cunhado pela ativista negra e acadêmica estadunidense, Kimberlé Crenshaw (2002; 2016) e que mais recentemente foi tratado na produção científica de Collins e Bilge (2021), duas feministas negras estadunidenses, para introduzirmos tal conceito e respaldadas pela perspectiva de Lélia Gonzalez, tratando do problema da interseccionalidade de gênero, raça, classe, sexualidade e território no Brasil e como isso afeta os corpos transvestigêneres.

No último capítulo, *As transvestigêneres trabalhadoras sexuais de Juiz de Fora na batalha da pista*, trata-se das análises empreendidas pelos dados e do trabalho de campo da pesquisadora, com sua escrevivência, particularmente, no debate do trabalho sexual inserido no contexto das novas organizações do trabalho. Analisou-se as organizações de trabalhadoras sexuais no Brasil, e, em particular, das travestis, a partir da revisão da literatura, tomando a base de dados de publicação de periódicos das áreas das ciências humanas e sociais aplicadas com avaliação quadrienal (2013-2016) do Qualis Periódicos da CAPES, entre A1 e B4.

A produção dos dados da pesquisa se deu através de entrevistas semiestruturadas, com uso de gravador, para coleta de dados com as transvestigêneres trabalhadoras sexuais na cidade de Juiz de Fora-MG, tendo como cenário a batalha da pista, além de utilizarmos o diário de campo no processo de observação. O universo das nossas informantes foi composto pelas transvestigêneres trabalhadoras sexuais, escolhidas a partir do grupo de *Whats App* que se organiza em torno da Associação de Travestis, Transgêneres e Transexuais de Juiz de Fora (ASTRA-JF), tomando os seguintes indicadores: idade (2 mais velhas, acima de 60 anos; 2 mais jovens, antes dos 30 anos; e 2 entre estas duas idades, entre 30 a 40 anos), raça, tempo de “pista” e considerando a saturação como elemento de repetição nas narrativas colhidas, tomaremos, a prioristicamente, um grupo de 6 trabalhadoras sexuais organizadas no grupo supracitado, com vínculo com a ASTRA-JF e obedecendo a variação etária-geracional.

As 6 (seis) entrevistas coletadas, foram transcritas e os dados compilados de acordo com a análise de discurso foucaultiano, que pretendeu analisar as narrativas pensando estas, na perspectiva da escrevivência, como construções sociais, refletindo a visão de mundo das sujeitas entrevistadas na sociedade em que vivem. Mas também de minha implicação, uma vez que sou travesti prostituta, deixarei de ser somente pesquisadora para mergulhar na escrita com minhas vivências que farão da dissertação de mestrado um ato subversivo de escrever de si e das suas. É a epistemologia travesti colocada às escuras na academia.

Esta produção acadêmica denuncia que pesquisas sobre transvestigêneres feitas por pessoas cisgêneres, sofriam enviesamentos quando discorridos na academia, e que, portanto, com o protagonismo autoral de uma pessoa transvestigênera produz sua própria epistemologia, no caso, *uma epistemologia transvestigênera*. E isto, portanto, é possível, quando uma pesquisa é produzida por uma transvestigênera, a nossa coragem, de colocar uma pauta tão importante como esta, possa ser sustentáculo potente, que ilumine e retire o véu da hipocrisia e do preconceito que tornam o Brasil o país que mais nos mata no mundo.

Assim, que não precisemos mais ser Xica Manicongo, nem outra travesti qualquer que se violentou ou perdeu a vida porque não podia viver como quem sempre foi e sempre quis ser.

Para que possamos enunciar e gritar sempre: NEM PRESAS, NEM MORTAS!
Liberdade para a vivência de nossos corpos e para nossas escrevivências.

2. NÓS POR NÓS E A GÊNESE DO CONCEITO DE TRANSVESTIGÊNERE

O primeiro relato de pessoa transvestigênera no Brasil é o de Xica Manicongo. É Jaqueline Gomes de Jesus, professora travesti que nos conta um pouco mais sobre a personagem. Em seu artigo intitulado, *Xica Manicongo – A transgeneridade toma a palavra*, Jesus (2019) conta que havia em Salvador, nos idos de 1591, uma africana do Congo escravizada e vendida a um sapateiro, chamada Xica Manicongo.

Segundo a autora Manicongo é uma corruptela criada pelos portugueses advinda da palavra *Menwe Congo*, que tem a sua tradução como rei/rainha do Congo. Seria então Chica uma simples utilizadora da corruptela ou uma própria rainha?

Fato é que Chica foi denunciada para a inquisição e para evitar a perda da vida resolveu obedecer a igreja e se vestir como homem. Todos os registros então passaram a ser feitos no nome de Francisco e a transvestigeneridade de Xica Manicongo ficou invisível, durante muito tempo, até que o movimento social de travestis resgatou Xica e deu a ela o merecido lugar de destaque, como a primeira travesti preta do Brasil (JESUS, 2019)

O fato acima não tem a intenção de mostrar que existimos no Brasil desde antes, inclusive do colonizador chegar. Muito porque o genocídio e posterior epistemicídio dos povos originários nos fez perder inúmeras possibilidades de conhecimento de organizações sociais, identidades de gênero e de práticas sexuais deles.

Não podemos dizer que Xica seja a primeira travesti do Brasil, até porque, naquela época, nem era Brasil esse lugar. Mas podemos dizer que desde o início da formação social desse país, transvestigêneres são violentadas, seja física ou psicologicamente, a ponto de não poderem exercer com liberdade sua identidade de gênero.

Essa violência e opressão contra a liberdade da expressão da identidade de gênero já nos acometeu em algum momento da vida e acomete inúmeras e inúmeras pessoas transvestigêneres que veem sua liberdade cerceada por uma sociedade que procura homogeneizar todas as pessoas, com base no modelo do homem universal branco, baseado na eurocentralidade trazida pelo colonizador.

A passagem do artigo de Jesus, recuperando as pesquisas do antropólogo Luiz Mott nos conta isso de maneira exemplar:

Tachada pejorativamente como “quimbanda, membro de uma quadrilha de feiticeiros sodomitas” (QUIMBANDA DUDU, 2005, p. 27), O que se comenta é que Xica, para continuar viva, abriu mão de se vestir como lhe convinha e adotou o estilo de vestimenta tradicional para os homens da época (JESUS, 2019, p. 253).

A nossa proposta aqui, com este texto, sem pretensão de esgotar o tema ou de criar categorias, busca organizar alguns pensamentos a respeito das categorias utilizadas para nomear pessoas transvestigêneres.

Sejam travestis, transgêneres ou transexuais, buscaremos contar um pouco do que se diz a respeito de cada uma das categorias pelos estudiosos do tema em questão, para ao final, buscar teorizar o conceito transvestigêneres. O conceito pouco explorado na academia é possível de ser encontrado na internet, como criado pelas ativistas travestis Erika Hilton, atual vereadora mais votada da cidade de São Paulo e Indianarae Siqueira, coordenadora da primeira casa de acolhimento para lésbicas, gays, bissexuais, transvestigêneres, não-binários, intersexos, assexuais e mais (LGBTQIA+) do Rio de Janeiro, a Casa Nem.

É Indianarae Siqueira quem nos concede a entrevista para explicar melhor o conceito de transvestigêneres e de como, onde e sobre qual necessidade este emergiu, podendo assim problematizar o conceito de transgênero, formulado pela medicina para determinar sujeitos que não se identificam com o “gênero biológico” atribuído a nós ao nascimento. Tal conceito procurava trazer a ideia de uma “hermafroditia” psicológica e que a base para a cura dessa “hermafroditia” seria, obviamente, a redesignação do corpo através de tratamentos médicos nos ambulatórios transexuais.

É necessário debater também o conceito de transexual, utilizado pela medicina e que traz a ideia de não adequação ao corpo de nascimento, como se a questão do gênero, do sexo e do “gênero biológico” pudessem girar somente em torno do corpo. Assim, para as pessoas que se entendiam transexuais a medicina produziu a ideia para a sociedade do corpo errado, desde o nascimento, com uma genitália errada e da necessidade de adequação dessa genitália ao gênero correto.

Por fim nos debruçaremos nas travestis. Sujeitas que durante muitos anos foram consideradas o “lixo” quando se debatia a questão da identidade de gênero. Por inúmeras vezes usada para diferenciar das outras categorias médicas mais limpas e higienizadas, a travesti, um “produto 100% nacional”, ganha neste estudo destaque, uma vez que buscamos também combater o discurso higienizante de que as travestis querem manter a genitália, são marginais, são sujas, as malucas, “o diabo fantasiado de gente”.

Assim nas próximas linhas deste texto mergulharemos na letra “T”, a grande sigla representativa das dissidências de gênero e sexualidade para entender um pouco melhor o que nos diferencia, combater os discursos higienizantes-medicalizantes e para costurar

aquilo que nos aproxima em uma tentativa interseccional e decolonial de dar vida es sujeites transvestigêneres.

2.1. TRANSEXUAIS – NASCIDA NO CORPO ERRADO?

Para começar vamos visitar um guia técnico escrito por Jaqueline Gomes de Jesus. O texto, um guia curto sobre orientações a respeito de identidade de gênero, traz a transexualidade como uma questão de identidade, não caracterizada como doença mental ou perversão. A autora também explica que não tem a ver com orientação sexual e que pessoas transexuais existem desde sempre (JESUS, 2012).

Nesse mesmo manual técnico Jesus (2012) afirma que o que determina a condição transexual é a identificação e não as cirurgias, que com isso muitas pessoas que se identificam como “travestis seriam, em teoria, transexuais” (JESUS, 2012, p. 8).

Obviamente o debate sobre a questão da identidade de gênero avançou ainda mais nos últimos anos e claro que é importante dizer que a autoidentificação se torna uma questão extremamente importante nos debates de identidade de gênero. No entanto, o cuidado com a questão caminha também no sentido de cada vez mais debatermos a higienização-medicalização que os conceitos de transexual e transgênero trouxeram para a identidade travesti no Brasil.

Para Leite Júnior (2008), em sua tese de doutorado que trata das categorias médicas da transexualidade no Brasil:

A pessoa considerada hermafrodita foi fundamental para todo o discurso médico-moral-espiritual da Antiguidade ocidental, tanto pela matriz greco-romana quanto judaico-cristã. De sua associação com o universo mágico ao surgimento da ciência sexual no século XIX, estes seres assim nomeados estavam no centro das discussões sobre o que hoje entendemos como sexo e gênero, seja em termos de moral religiosa ou do cientificismo higienista (LEITE JR, 2008, p. 19).

O autor levanta esse debate para explicar de que maneira o discurso hermafrodita, essa figura mítica que podia ter os dois sexos, extravasou da mitologia e como sinalizado no excerto acima, foi utilizado como o centro das discussões médicas sobre o que entendemos hoje como sexo e gênero. Vários outros autores debateram o gênero e as identidades de gênero, em outros termos e com outros aportes teóricos, mas se debruçar sobre a construção histórica de Leite Júnior (2008) nos ajudará, não a entender o debate teórico-filosófico sobre pessoas transvestigêneres, mas sim como a classe médica formatou os conceitos e como algumas pessoas transvestigêneres os absorveram, seja

porque se sentiam mais confortáveis, seja porque a sociedade se tornava mais confortável com isso, afirmando uma questão higienista pura e simples.

Assim segundo Leite Júnior (2008), a categoria transexual não nasce de uma só vez, mas vem sendo construída a partir do mito do hermafrodita que depois se transforma em pseudo-hermafrodita. Segundo o autor, com o advento da ciência sexual e do controle do exercício da sexualidade (FOUCAULT, 1977), é que nascem os perversos sexuais, as históricas e os pseudo-hermafroditas. É neste contexto, portanto, da sociedade disciplinar, a partir da ótica do panoptismo, que Foucault (2002) alerta para uma nova forma de poder, baseada na vigilância individual e contínua, de punição, recompensa e correção, formando e transformando o indivíduo em função de certas normas (FOUCAULT, 2002).

O caminho traçado por Leite Junior (2008), tomando a análise foucaultiana, ao nosso ver, é interessante e passa pelo ganho de poder da categoria profissional médica no seu exercício de saber-poder disciplinar, mas também pela instrumentalização do biopoder. Assim, o cientista que ganha mais reverência quanto à política de garantia e gerência da vida que começa a ser implementada é o médico. Através desse profissional é que os tipos físicos mais variados são penetrados e adestrados, segundo um padrão universalizante inventado como universal. (LEITE JR, 2008)

Nesse sentido, nessa sociedade panóptica³ que vigia e pune para controlar, a ideia é incluir, dentro das novas categorias e instituições aquele ser abjeto para a participação da mesma, reestruturando a forma como as prisões ou os manicômios começam a existir, criando inclusive as prisões corporais que não permitem a vivência plena de corpos transvestigêneres.

É neste contexto, segundo Machado (2018), ao tratar da obra de Berenice Bento (2017), que o abjeto começa a ser colocado em acordo com o discurso médico, que tem o poder “divino” de produção de identidades. É nesse lugar compartimentalizado que se

³ Embora a teoria panóptica tenha se tornado popular graças a Michel Foucault, o conceito panóptico foi concebido por Jeremy Bentham como um mecanismo aplicável ao controle do comportamento dos prisioneiros nas prisões.

O próprio panóptico é uma forma de estrutura arquitetônica projetada para cárceres e prisões. A referida estrutura supunha um arranjo circular das células em torno de um ponto central, sem comunicação entre eles e poder ser o preso observado de fora. No centro da estrutura seria uma torre de vigia onde uma única pessoa poderia visualizar todas as células, podendo controlar o comportamento de todos os reclusos. Estes, no entanto, nunca poderiam estar cientes de que estavam sendo observados ou não, dado que a torre foi construída de tal forma que, de fora, era vista como opaca, sem saber onde estava ou o que o vigia era. Assim, o prisioneiro poderia ser monitorado a cada momento, tendo que controlar seu comportamento para não ser punido. (A TEORIA, 2017)

começa a tutelar os corpos e ordená-los, particularmente, de acordo com a norma cisheterossexista que precisa de gêneros e sexualidades concordantes.

Trazemos esse debate para dizer que não estamos aqui querendo fazer o resgate histórico dos conceitos, muito menos abranger toda a literatura sobre a questão. O que nos chama atenção nesta revisão é a medicalização das identidades que compartimentaliza e naturalmente higieniza e hierarquiza umas às outras.

Assim Leite Junior (2008) entende que é nesse contexto “divino” da construção das identidades medicalizadas e patologizadas, que elas serão construídas, comportamentos naturalizados e/ou patologizados, desejos hierarquizados e a busca pelo verdadeiro sexo terá um lugar de destaque na formação dessa nova maneira de pensar a sexualidade.

Mas a história da transexualidade passa por inúmeros processos antes de chegarmos ao que temos hoje. Esse caminho acontece com muitos percalços, passando, inclusive, pelo horror das experimentações científicas dos nazistas, durante a segunda grande guerra mundial, como por exemplo, segundo Leite Junior (2008), quando um rapaz preso pela Gestapo, em 1943, passou por uma série de tratamentos hormonais para a feminilização. Na prática, é bebendo da ideia de um pseudo-hermafroditismo que se cria a possibilidade da chamada mudança de sexo.

Vale a pena ressaltar que a literatura sobre o tema não é extensa, isso se deve, particularmente, por conta da transfobia institucional, fazendo com que o objeto de estudo não seja interessante ou relevante para grande parcela da academia. Por isso este trabalho tem sua pertinência, ao propor problematizar estes conceitos médicos sobre o tema.

É em 1952 que a questão da transexualidade ganha destaque mundial, quando um ex-combatente americano que se dizia extremamente afeminado e ao mesmo tempo pensava a homossexualidade como algo imoral e reprovável que, em 1951, vai para a Dinamarca para começar a terapia hormonal com o doutor Hamburger e no mesmo ano faz a retirada dos testículos. Em 1952 remove o pênis e faz os grandes lábios. A criação de um canal vaginal foi desencorajada, porque, segundo os médicos, Christine, queria se passar por mulher e não ter intercursos sexuais (LEITE JR, 2008)

A adoção do nome Christine vem em homenagem ao médico que a tratou, mas o fato que é interessante destacar é que foi só depois de toda a exploração da mídia, que se deu a diferença de tratamento desta, em de como a transexualidade era normalmente noticiada na forma de “anormais”. No caso de Christine, em particular, a mídia dá atenção especial, da masculinidade à mulher sedutora que se transforma, portanto, a personagem

de alguma maneira consegue controlar como a mídia vai mostrá-la para o mundo. Além de controlar e de capitalizar essas participações, Christine propagou a ideia, que já era comum na época, de se descrever como “uma mulher presa em um corpo de homem” (LEITE JR, 2008, p. 136.)

No Brasil, país que recebeu toda a ideia da universalização da ciência da Europa a coisa não se dá de maneira diferente. Portanto, é também através da mídia que a transexualidade será popularizada no país. Uma vez que antes da transexual existir por aqui, as travestis já estavam nos teatros, no cinema e nas telas de TV.

A popularização se dá porque no Brasil a questão da profissão de artista, principalmente, a da atriz no início do século XX estava diretamente ligada à ideia da prostituição. Também porque transvestigêneres que assumem sua identidade como modo de vida, não conseguem acessar o mercado de trabalho, realidade até hoje para inúmeras de nós. Assim, segundo Leite Junior (2008), essas mulheres espetacularizavam a condição e o fascínio para conseguir se manter. Então, gradativamente, o conceito de “travesti” uniu-se intimamente à noção de prostituição (LEITE JR, 2008)

Enquanto a transexualidade como categoria distinta era criada a partir da década de 1950, nos Estados Unidos da América (EUA), com os três principais estudiosos do assunto, Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller, no Brasil, a temática começa a ser debatida dissociada da criminalidade e discutida pelos meios de comunicação de massas, somente a partir dos anos de 1980 com o fenômeno “Roberta Close” (LEITE JR, 2008)

Aqui se dá um dos pontos que discutimos nesta pesquisa de mestrado que é a questão da higienização das travestis através do processo de tutela dos corpos que busca a todo momento colocar ou designar o sexo “verdadeiro”. É a medicalização da diversidade de gênero que leva à criação dos conceitos pela via biomédica e busca a higienização e a redesignação do corpo para a convenção estrutural do sujeito universal branco. O corpo então precisa ser organizado, ou reorganizado, no caso da população transvestigêneres, para isto, portanto, é necessário que esse corpo seja higienizado e redesignado, não podendo ter traço de prostituição, nem de raça. É o corpo jovem, branco, da elite e passável que começará a dar a tônica do discurso transexual no Brasil. Isso fica evidente quando Leite Júnior afirma que:

Roberta encarnava perfeitamente os valores morais e estéticos de beleza e feminilidade esperados de uma “verdadeira” mulher burguesa, e não se parecia em nada com o estereótipo da figura da travesti do imaginário

social da época, ou seja, um homem grotescamente vestido de mulher (LEITE JR, 2008, p. 202).

Como citado acima, a travesti que desafia e rompe as barreiras de gênero definidas por esse sujeito universal branco burguês era a figura que precisava ser higienizada. Começa a se organizar no Brasil um processo para atender a essa mulher que está no corpo errado e precisa se tornar novamente a mulher “verdadeira”, ou o sexo “verdadeiro”.

Isso quer dizer que a partir desse momento existe um rompimento entre as categorias, enquanto diversas pessoas travestis começam a se assumir transexuais para se ter mais passabilidade⁴ e, conseqüentemente, menos problemas com a sociedade, na medida em que compraram o discurso biomédico do corpo errado para reivindicarem essa mulher “verdadeira” ou essa “transexual verdadeira”. (BENTO,2021)

É curioso perceber que Roberta Close não é a primeira mulher transexual do Brasil. A primeira cirurgia de mudança de sexo no Brasil foi condenada pela justiça. Segundo Jesus (2013) o modo como foi tratado o médico Roberto Farina, primeiro cirurgião a fazer a redesignação de uma mulher transexual no Brasil, é um exemplo da recepção tardia do conceito de transexual no país. Por fazer a cirurgia na transexual Waldirene Nogueira, o médico foi indiciado, processado e condenado por lesões corporais graves e depois foi absolvido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

Nossa intenção com esse resgate histórico e o título que escolhemos para esta parte do texto, para além de conceituar a história da transexual no Brasil, tem o intuito também de provocar e de refletirmos o quanto de higienização existe na criação de determinados conceitos.

Dizemos isso porque existe caracterizada no movimento e entre as próprias pessoas transvestigêneres essa separação entre a mulher “verdadeira”, aquela que tem buceta, ou que fez uma e a mulher “falsa”, a travesti, que ainda tem barba, tem pouco peito, tem muito silicone, ou não tem passabilidade e que conseqüentemente tem pau.

Essa separação obviamente não é uma produção das pessoas transvestigêneres, mas a reprodução de uma característica estrutural da sociedade que é a transfobia. O que

⁴ O termo passabilidade (em inglês, “passing”) significa a possibilidade de uma pessoa ser lida socialmente como membro de um grupo identitário diferente do seu pertencimento originário. Ou seja, é a capacidade de uma pessoa negra se passar por branca, ou de uma pessoa trans se passar por cisgênera, por exemplo. Os objetivos de “se passar” por outra categoria de identidade vão desde a sobrevivência, em casos em que há perigo de morte, até a obtenção de recompensas ou aumento de aceitação social por um grupo dominante. (A PASSABILIDADE, 2021)

queremos dizer com isso é que a transfobia, presente na estruturação da sociedade, faz com que exista uma performatividade feminina universal, que está perto de uma mulher branca, jovem, sarada, com cabelos lisos e pronta para o sexo. É esse modelo ideal de beleza de mulher, que muitas transvestigêneres buscam. Portanto, tal modelo é culturalmente produzido por uma sociedade estruturalmente racista, machista e transfóbica, que encara as desobediências de gênero como ataques diretos e, conseqüentemente, faz com que a reprodução da transfobia higienizante aconteça entre nós.

Assim, pretendemos com essa pesquisa, tentar cada vez mais diminuir as diferenças que temos e trazer a gênese desse conceito, para que se consiga, por um lado, diminuir as exigências para as pessoas transvestigêneres a respeito da performance em si, mas também, para tentar de alguma forma conceituá-lo, no sentido de que tenha uma característica do pensamento baseado em nós e não na visão medicamentosa que temos aqui.

Explicamos melhor isso no final desse capítulo, mas agora gostaríamos de fazer um debate sobre uma outra categoria, também advinda da biomedicina. Dessa forma pretendemos discorrer desde o conceito mais duro e menos humanizado, e extremamente focado no corpo biológico e na genitália para o conceito mais humanizado e que consegue abraçar todas nós de maneira que possamos nos organizar cada vez mais unidas.

2.2. O TRANSGÊNERO – CONTINUAMOS MEDICALIZADAS.

O livro de Judith Butler, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, lançado em 1990, nos EUA, e, em 2003, no Brasil, parece ser o marco histórico sobre o feminismo e os debates de gênero no campo queer. Muito embora o debate já acontecesse de maneira cada vez mais crescente desde 1950, é a filósofa americana quem vai consolidar o debate sobre gênero a partir da perspectiva da performance de gênero e da problematização da naturalidade de um sexo biológico.

Para Butler (2003), a ideia de um sexo natural, que conseqüentemente reproduziria uma concepção de ser baseado na sua genitália, é em si um conceito que, muito embora seja configurado como natural, dizendo de uma naturalidade da performance do gênero a partir da designação do sexo no nascimento, não o é tão natural assim. Segundo esse conceito de naturalidade, a partir do momento que o ser humano é parido, necessariamente e de acordo com a genitália que possui, deverá reproduzir e performar

determinadas tarefas, usar certas roupas, ocupar determinados lugares, assumir determinadas profissões e se submeter ao outro gênero que se garante como o sujeito universal, o masculino.

Contrariando essa ótica da naturalidade do sexo biológico, Butler (2003) afirma que além de ser mentirosa, é constituidora de uma sociedade cisheterossexista que tem na heterossexualidade compulsória (RICH, 1993) seu motor pulsante para a produção e reprodução da vida.

Assim, baseada na teoria de Butler (2003) colocamos em debate, em nossa reflexão e militância, a questão do “gênero biológico”. Esta é uma reflexão baseada no pensamento de Butler (2003) ao afirmar que:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero: a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela - se absolutamente nula (BUTLER, 2003, p. 27).

Uma vez que a distinção entre sexo e gênero se revela nula, a naturalidade do sexo também é nula, conseqüentemente, a ideia do sexo biológico que determina predestinados postos na sociedade também.

Por isso o “gênero biológico” vem substituir o que a sociedade chama de sexo biológico, quando fazemos nossas análises sobre gênero e corpo. Aqui nossa intenção é estabelecer uma ligação direta entre a não naturalidade do sexo biológico e as construções sociais de gênero. Fazemos isso para dizer que se naturalmente sexo biológico não é natural, mas construção social que determina inclusive subjetivações do sujeito, é possível criar dissidências e desobediências de “gênero biológico”.

Mas o que é o transgênero? A resposta para essa pergunta pode ser mais enigmática do que se imagina. Algumas pessoas trazem a ideia de transgêneros serem a junção de transexuais e travestis. Ideia que não concordamos pelo simples fato de que identidades de gênero são mais múltiplas que somente a transexualidade e a travestilidade.

O conceito *transgenderism* foi utilizado, pela primeira vez, em 1965, pelo psiquiatra John F. Oliven, da Universidade de Columbia, em sua obra, *Sexual Hygiene and Pathology*, contrapondo ao conceito de transexualismo, uma vez que não existia uma mudança na sexualidade, mas sim na questão do gênero da pessoa.

Vale perceber que assim como o conceito de transexual, o de transgênero advém também de uma perspectiva biomédica. Esse será um debate que faremos mais adiante, quando tentaremos reivindicar um conceito que seja cunhado por nós mesmos.

Curioso perceber também como o conceito de transgênero é usado de maneira sistemática, mas em todo material pesquisado no processo de investigação para esta pesquisa, não encontramos uma definição específica para ele. Parece haver um acordo tácito de uso que se deu pela ótica da crítica à naturalidade do sexo e da problematização dos problemas de gênero debatidos por Judith Butler em seu livro de nome homônimo.

Para Jesus (2012) a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade, é o caso das pessoas conhecidas como travestis e das transexuais, que são tratadas, coletivamente, como parte do grupo chamado “transgênero”.

Para Oliveira (2017), o termo “trans” parece ser um guarda-chuva pouco preciso que dá a possibilidade de abrir a porta à ideia de multitudine. O autor afirma que ele une uma multidão de gente desunida na identidade, unida na desobediência da norma de gênero, rompendo com essa norma “na recusa de ser somente um corpo errado” (OLIVEIRA, 2017, p. 97)

Com isso o gênero e o transgênero, passam a ser, além de critério de reconhecimento social, fundamento para expectativas e comportamentos. Ele se torna uma potência que merece ser acarinhada uma vez que a ótica não deve ser a da decisão médica ou psicológica sobre quem pode ser o quê. Mas sim uma decisão de autodeterminação, que não é feita no individualismo, mas na comunidade que resiste e desobedece às normas de gênero (OLIVEIRA, 2017)

Assim, Butler (2003), muito embora não cite a palavra transgênero na obra acima, ajuda-nos a avançar um pouco mais nesse debate, ao problematizar a clássica frase de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Ao entender que a mesma é curiosa e absurda, por que como pode se tornar mulher se não se é mulher desde o começo? Quem pode tornar-se mulher? Existe uma permanência de gênero ou um ponto final do gênero? Haverá pessoas que nascem sem gênero?

A problematização nos é eficiente para dizer que se existe o gênero e com todas essas perguntas, podemos responder que é possível construir gênero, então, ser transgênero, está no cerne da desobediência de gênero e com isso, necessariamente, a sua desumanização, uma vez que, segundo Butler (2003, p. 191), a marca do gênero parece qualificar o humano no momento da pergunta “menino ou menina?”

Então, se a humanização é feita sobre a questão do gênero, as imagens corporais que não estão encaixadas nos gêneros estão fora do humano e constituem o domínio do abjeto, uma vez que gênero está delimitado previamente e não um pós-escrito como uma consideração cultural posterior (BUTLER, 2003).

Esse debate é importante pois nos levará ao segundo tópico desta pesquisa, sobre as imagens de enquadramento que o sujeito universal promove para decidir quem vive e quem morre.

Para Butler (2003), o sexo não causa o gênero e o gênero não pode ser visto como reflexo do sexo. Continuando a sugestão, a autora diz que para Beauvoir, enquanto o sexo é fato, gênero é adquirido. Assim, transgêneros são pessoas que transgridem as barreiras do “gênero biológico” para um devir, como “uma de possibilidades abertas de significados culturais ocasionados pelo corpo sexuado” (BUTLER, 1990, p. 192).

Dito isso, muito mais do que pensar na questão química da isomeria geométrica proposta para a discordância cis-trans, um modelo baseado em moléculas, para determinar quem se adequa ao “gênero biológico” que foi instituído e deu humanidade ao nascimento versus aquele que não se adequa a esse “gênero biológico” e que conseqüentemente é colocado na órbita do abjeto, proporemos um transgênero que se erradica a partir dos transviados, dos transgressores, daqueles que estão em trânsito, dos que requerem a performatividade *queer* para transformar o abjeto em potência.

2.3. TRAVESTIS – O QUE É, QUE É, HEIM?

Nunca passou pela nossa cabeça a negação de que essa dissertação de mestrado é uma escrita penetrada e invadida por memórias e vivências. Por isso mesmo, se apropriando do conceito de Conceição Evaristo propomos aqui uma escrevivência. A proposta de Conceição Evaristo (1996) é de que a escrita seja de nós mesmas. Assim o que começou como a possibilidade de uma pesquisa que pretendia analisar pessoas transgênero e o mercado de trabalho foi se transformando em uma pesquisa sobre trabalhadoras sexuais e precariedade da vida.

Para Neves e Heckert:

A escrevivência é essa experiência de narrar histórias, as histórias que atravessaram minha vivência de mestrado, como ficções da memória que con(fundem) escrita e vida. A própria Evaristo escreve pouco sobre o que é a escrevivência, e muito mais opera com esses conceitos nos diversos contos nos quais ele se apresenta. A escrevivência não se tornou um conceito meramente ilustrativo/explicativo, mas vivo e operante. Coube a ela a função da linha que conecta cada retalho de pano, tentando ficar atenta aos seus diferentes formatos e texturas, combinando as diferentes cores. Um processo em que, entre a invenção e o acontecimento, me encontrei como autora na possibilidade de criar histórias nas quais cada uma compõe uma coletividade. (NEVES; HECKERT, 2021, p. 143)

Esse processo que ainda dá seus primeiros passos na academia, muito embora seja antigo na concepção de sua criadora Evaristo diz de um lugar particular de escrita, muito voltado às pessoas negras em geral que compartilham e partilham seus saberes e suas dores.

Assim para Machado e Soares:

Finalmente, a aposta no uso da noção de escrevivência como ferramenta metodológica tem um motivo que merece destaque entre os já elencados. Ela se presta a uma subversão da produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica, apresenta-se por meio da entoação de vozes de mulheres subalternas e de sua posicionalidade na narração da sua própria existência. Geny Guimarães, Hildália Cunha e Danielle Santos (2014) inclusive afirmaram a escrevivência como um traço característico na escrita negra feminina, mesmo em obras anteriores à elaboração do conceito, como em Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida, Carolina Maria de Jesus, a própria Conceição Evaristo, entre outras autoras negras que escreveram sobre as suas histórias de vida.” (MACHADO; SOARES, 2017, p. 207)

O processo de escrita e pesquisa pode ser extremamente transformador porque à medida que escrevemos, elaboramos e elaborando, aprimoramos a escrita e relendo nos entendemos como pesquisadora e objeto de pesquisa. Dessa maneira forjamos e reforjamos conceitos e teorias para pensar esse objeto travesti que se vê na compulsoriedade da prostituição.

Assim, pensar e sujeite travesti e as implicações que essa construção da identidade tem sobre e sujeite é para nós projeto de pesquisa para o mestrado e projeto de vida. Em particular, no sentido de aprimorar cada vez mais nossa atuação, enquanto sujeito na construção de políticas públicas, que permitam a mim e as minhas sonharmos novas possibilidades para a vida. Como na vivência travesti em sua plenitude, com todos os sonhos e possibilidades de uma vida que tem garantida o afastamento da precariedade da vida pode ter. Sejam esses os sonhos, de ser mestre, ou de ser prostituta, porque essa é também uma possibilidade da vivência do sujeito que precisa ser considerada.

Nossa tentativa é também a de contrapor a ideia de que possa existir uma “mulher verdadeira” Em primeiro lugar, porque não existe mulher verdadeira, em segundo, porque acreditamos fielmente que os conceitos que definem essa mulher verdadeira, para nós, são conceitos social e estruturalmente construídos por uma sociedade que tem por base o cisheterossexismo e o racismo.

Por isso procuramos construir epistemologias travestis para travestis e para todes, porque entendemos que esse sujeito universal citado acima desenhado e arquitetado por essa sociedade, que informa que é preciso ser branco, jovem e bonito para ocupar

determinados lugares na sociedade, é o sujeito que nos proibiu de ocupar esse lugar durante muito tempo. Portanto, agora que ocupamos, não recuaremos da necessidade de não só ocupar fisicamente, mas teoricamente, fazendo com que nosso pensamento reverbere no mundo.

Esse capítulo pretende ser uma conversa com as primeiras definições de travesti no Brasil, com outros autores etnógrafos que vieram depois dessa primeira grande definição e comigo, que em alguns momentos colocarei essa epistemologia travesti citada acima.

Há no senso comum, um conceito muito difundido, embora extremamente discutível, diga-se de passagem, que é o de que mulheres transexuais e travestis se diferem pelo fato de que as primeiras querem não ter pau e as segundas preferem manter o pau. O conceito em si já toma por base a separação de categorias que se hierarquizam e definem a “mulher verdadeira” daquela que não é tão verdadeira assim.

Essa visão essencialista em sua origem se baseia no que debatemos acima com a ideia de vivência em corpos errados, disforia de gênero e redesignação sexual. Mais uma vez propomos que não queremos debater disforia de gênero e redesignação sexual, perfeitamente plausível e reais para as pessoas que sofrem e querem isso. O que chamamos a atenção é como a sociedade pretende, a todo momento, a tutela do corpo e a adequação do gênero à característica binária do sexo.

Não gostaríamos de criar um gênero, como se a travesti pudesse ser um gênero, mas pensamos importante debater a não binariedade de gênero da identidade travesti.

Para isso começamos por Kulik (2009), ao afirmar que:

O termo travesti deriva do verbo transvestir, que pode ter o sentido de vestir roupas do sexo oposto (ou cross-dress, em inglês). Porém, as travestis não se caracterizam apenas por usar roupas de mulher. A principal característica das travestis de Salvador, e de todo o Brasil, é que elas adotam nomes femininos, roupas femininas, penteados e maquiagens femininos, pronomes de tratamento femininos, além de consumirem grande quantidade de hormônios femininos e pagarem para que outras travestis injetem até vinte litros de silicone industrial em seus corpos, com o objetivo de adquirir aparência física feminina, com seios, quadris largos, coxas grossas e, o mais importante, bundas grandes (KULIK, 2009, p. 21).

O autor continua dizendo que apesar de vivermos o tempo todo vestidas como mulher, nos referirmos umas às outras no feminino e por sofrer para adquirir formas femininas, nós não pensamos em ser mulher e não desejamos extrair o pênis. Kulik (2009)

coloca que somos homossexuais homens que desejam outros homens e nos completamos como objetos de desejo desses homens.

Discordamos de Kulik (2009) quando faz o engessamento da questão do gênero para a travesti, mesmo entendendo que esta observação do autor foi realizada, a partir de seu trabalho de campo, em 1998 e acreditamos que temos material para elaborar melhor esses conceitos.

Principalmente, porque o autor pensa a ótica da escrita da pesquisa, talvez o maior levantamento etnográfico sobre travestis do Brasil, não pela inversão de papéis sexuais, porque segundo o autor, essa visão tem a ver com um subterfúgio que brasileiros gostam de contar sobre si mesmos e de tentar convencer aos outros que são liberais, tolerantes e modernos, o que de fato, inclusive pela nossa vivência, não são. Para Kulik (2009), esse subterfúgio tem o caráter de obscurecer as “condensações” de representações e práticas do masculino e do feminino.

O argumento do autor, com o qual corroboramos, é que a travesti não inverte um conjunto de ideias e práticas de maneira carnavalesca somente, o que nós fazemos é elaborar determinadas configurações de sexo, gênero e sexualidade que embora sejam desobedientes da norma de gênero, do outro lado, dão significado às ideias de mulher e homem no Brasil (KULIK, 2009)

É através dessa elaboração de noções culturalmente construídas da diferença que a cisgeneridade aproveita das travestis e extrai “seus significados e sua capacidade de parecer natural” (KULIK, 2009, p. 28).

Este debate de Kulik (2009) corrobora com o que faz Butler (2003) sobre os problemas de gênero, como que com as nossas reflexões, criticando esta naturalização do lugar do masculino e do feminino, que vem da percepção de que tudo que é dito sobre sexo já está baseado nas concepções do gênero.

Para nós o gênero não é apenas uma leitura cultural do “gênero biológico”. Ele ultrapassa essas barreiras e chega no cerne inclusive de uma nova organização de identidade de gênero para pensar em uma concepção de construção de sujeito, identidade e corpo travesti.

Com isso, para fazer as análises sobre travestis, Kulik (2009) acredita que é mais fácil investigar as práticas de gênero das travestis sobre o aporte teórico dos problemas de gênero de Butler, porque isso facilita a não pressuposição do que são “homens” e “mulheres” e até se essas categorias existem como tal, “sem pressupor, portanto, que já

conhecemos o ponto de referência, o objetivo deliberado ou o ponto final do projeto travesti.” (KULIK, 2009, p. 28)

A análise de Kulik (2009), além de ser uma das únicas que aborda de maneira contundente a expressão da identidade travesti, para nós parece ser a mais fiel, uma vez que como o próprio autor relata, nas duas análises anteriores existem fatores limitantes com a questão da própria identidade dos pesquisadores, a primeira, uma mulher e o segundo, um homem, que se apresentava como cliente para as travestis analisadas o que implicava no tipo de relacionamento que o mesmo poderia estabelecer com as entrevistadas. (KULIK, 2009)

A contribuição de Pelucio (2007) para o entendimento da identidade travesti é importante porque é feita mais à frente, no tempo cronológico, no entanto, entendemos algumas limitações, principalmente, na questão da convivência. Muito embora Pelucio (2007) tenha convivido numa casa que era coabitada por travestis, essa convivência se dá numa perspectiva fragmentada, o que faz com que, por exemplo, a análise dela da transitoriedade de gênero travesti se dê na passagem de um dia.

Essa perspectiva pode ser observada a seguir:

No cotidiano da casa de Monique foi possível acompanhar a produção diária da feminilidade das travestis. Como observou Juliana Jayme (2001), há uma clara marca temporal no ser travesti, não só como processo de construção da Pessoa, mas da própria transitoriedade de gênero que se faz sentir ao longo do dia. De manhã, ou melhor, início da tarde, quando a voz ainda lhes sai grave pelo sono e os pêlos afloram. Entre esse despertar e o período da noite chego a não reconhecer algumas delas, sobretudo as mais novas na casa. Sem peruca, sem maquiagem, sem salto e sem a preocupação com o gestual, algumas me confundem (PELUCIO, 2007, p. 30).

Essa análise traz alguns equívocos sobre a questão da identidade travesti, uma vez que olha a transitoriedade de gênero com uma visão baseada na falta ou presença de pelos, na falta ou presença de cabelos, ou seja, na falta ou presença de uma representação binária ultrafeminina baseada em um modelo de beleza e um determinado espaço de tempo.

Assim, entendemos que para Pelucio (2007), travestis que não estejam montadas, não estão performando o gênero feminino e, conseqüentemente, no espectro do gênero masculino, inclusive pela voz. Essa visão desconsidera nossa pluralidade, uma vez que mesmo em nossos momentos íntimos, onde não estamos performando a feminilidade universal, ainda podemos estar performando feminilidade, já que o próprio conceito, quando visitado pela interseccionalidade, é muito mais amplo do que cabelos compridos e seios fartos.

Nesse sentido, faz-se necessário a análise de Kulik (2009) quando descreve seu trabalho etnográfico, baseada em um ano de coabitação em uma casa de travestis no subúrbio de Salvador.

Para o autor, a primeira coisa que temos que destacar a respeito da identidade travesti é que mesmo quando ainda não sabemos o que somos, somos atacadas por nossas subjetivações de ser. Talvez por isso a primeira constituição da nossa subjetividade seja o fato de que a violência é ubíqua para nós. Segundo o autor, isso se dá porque apesar de sermos femininas e utilizarmos a performatividade feminina, quase nunca nos passamos por mulheres e isso traz um cotidiano de violência.

A despeito de todas as violências que sofremos, a mídia nos pinta como pessoas afeitas ao crime como se existíssemos só para perturbarmos a ordem pública, espalhando o caos. (KULIK, 2009)

Nossa média de vida, segundo o autor, não passa dos 45 anos ou menos. Atualmente, essa expectativa de vida gira em torno dos 35 anos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020), em decorrência de que muitas de nós morre das diversas e extremas formas de violências.

Nós também temos uma outra ordem de configuração de moradia e afetividade, normalmente, baseada na divisão de casas com várias travestis onde nos ajudamos, trocamos conselhos a respeito de hormônios e silicone, conselhos sobre as roupas para o trabalho. (KULIK, 2009) Isso não quer dizer que, obviamente, não tenhamos nossas particularidades, que fazem com que algumas brigas ocorram no meio dessa organização social.

Essas brigas normalmente estão ligadas às questões de beleza e de preconceitos, inclusive com conteúdo racista. Isso pode levar a deduções analíticas e interpretativas sobre esta questão, apontando de que nós tenhamos preconceito contra nós mesmas, como faz Kulik (2009) em sua análise. Acreditamos que em parte isso possa acontecer mesmo, devido a nossa socialização extremamente travestifóbica em uma sociedade que promove e é estruturada no cisheterossexismo. Por outro lado, acreditamos que boa parte desses preconceitos estejam sob o signo da reprodução do racismo, do sexismo e da misoginia presentes nas relações sociais capitalistas.

Segundo Kulik (2009), nós, travestis, relatamos que o primeiro aporte para a transformação corporal parte do pressuposto da atração por pessoas do sexo oposto, em contraponto com autobiografias de transgêneros norte-americanos e europeus que não trazem relato de desejos homoeróticos, ao contrário, tais relatos negam essa atração para

a base da mudança de sexo e que “lembram a todo instante que transexualismo é uma questão de gênero, e não de sexualidade.” (KULIK, 2009, p. 67)

Outra questão muito característica do processo de produção da subjetividade e identidade travesti, é a questão familiar. Quase todas nós fomos reprimidas e censuradas na infância. O próprio fato de um homem dar seu cu era fator amedrontador. Se por um lado esse medo facilita a ação de abusadores, uma vez que o abuso fica na ordem do segredo, para evitar a perda da masculinidade. Por outro lado, as travestis que assumem precocemente a ideia da transição ou do desejo por outros homens, imediatamente, se veem ameaçadas da perda de casa ou da vida pelos homens da própria família. É assim que Angélica, uma das travestis mais velhas que Kulik (2009) entrevistou, relata que aos 13 anos quando o fato de que tinha “dado o cu” se tornou público, todos os homens a caçaram para matá-la preocupados com a reputação da família.

Essa construção do cu, área de prazer, que une a todos, é debatida por Preciado (2014). Para o autor foi o chamado do ânus quem construiu no pós-guerra as primeiras comunidades homossexuais nos EUA. Com a ascensão do nazismo e da guerra, os EUA mandaram seus soldados para o *front* que junto com os soldados europeus responderam a esse chamado. O chamado da zona erógena que nos une. O chamado do cu.

Esse chamado se deve a um fato fundamental e aqui precisamos discutir o quanto o cu pode representar um trabalho de desconstrução contrassexual por três motivos:

Um: o ânus é o centro erógeno universal situado além dos limites anatômicos impostos pela diferença sexual, onde os papéis e os registros aparecem como universalmente reversíveis (quem não tem um ânus). Dois: o ânus é uma zona primordial de passividade, um centro produtor de excitação e de prazer que não figura na lista de pontos prescritos como orgásticos. Três: o ânus constitui um espaço de trabalho tecnológico; é uma fábrica de reelaboração do corpo contrassexual pós-humano (PRECIADO, 2014, p. 32).

Nesse sentido, a contradição é posta mais uma vez, tendo em vista o lado da busca do prazer, assim, os parentes homens da travesti vão procurar o prazer no seu ânus, uma vez que o cu nos une e todos possuem essa zona erógena não limitada a determinado gênero. No caso das travestis, essa zona primordial de passividade, é evidenciada desde cedo e a feminização do cu se dá quando, além de “dar o cu”, como no caso de Angélica citada acima, a identidade travesti está conformada, ou pelo menos em vias de se conformar.

A construção travesti começa cedo como identidade. À guisa de exemplo, no meu caso, eu me percebi travesti com 8 anos de idade ao ver a personagem Tieta retornando

para o Agreste na novela de nome homônimo. Mas é o convívio com outras travestis e as trocas de informação sobre hormônios que é a linha divisória entre travestis e transformistas. Nesse sentido, travestis sublinham que nós vivemos 24 horas por dia como mulher, ao contrário das transformistas, além de alterarmos nossos corpos através do uso dos hormônios. (KULIK, 2009)

No momento em que os hormônios já não estão mais fazendo efeito, ou chegaram no seu ápice, entra em cena o silicone injetável. O silicone é o produto revolucionário que permite à construção do corpo e das subjetividades travestis, muitas vezes, pelas nossas próprias narrativas, mais bonitas que mulheres. (KULIK, 2009)

A prática está intimamente ligada à construção do corpo travesti e quando o debate entre amigas começa é sinal de que uma delas está interessada na aplicação do líquido. Kulik (2009) sugere que esta prática é antiga no Brasil, é difundida e tem importância central na vida de nós travestis, principalmente, sobre a sua localização no corpo, uma vez que corresponde aos ideais estéticos brasileiros. (KULIK, 2009)

Cabe ressaltar que o uso de silicone injetável hoje em dia é reprovado, uma vez que o aprofundamento dos estudos pôde comprovar o quanto esta prática é prejudicial para a saúde. No entanto, a prática continua acontecendo, uma vez que é parte da constituição de subjetividade travesti. Assim, optamos pela perspectiva antiproibicionista, baseada na estratégia de redução de danos, para a aplicação de silicone injetável.

A prática da aplicação do silicone, normalmente, é feita pelas chamadas “bombadeiras”, embora esteja na ordem da superestimação da beleza feminina e da hipersexualização do corpo, está também no caminho da beleza natural. Assim, travestis são especialistas em negar ou diminuir a aplicação do mesmo e inúmeras vezes retrucam usando a seguinte frase: “Eu não tenho culpa se a natureza foi mãe para mim e madrasta para vocês” (KULIK, 2009, p. 96).

O autor continua:

Quando meninos, as travestis se descobrem sexualmente atraídas por homens, e esses sentimentos eróticos estão ligados – ao mesmo plano do discurso das travestis – a comportamentos efeminados e a um interesse por objetos femininos (como bonecas) e atividades femininas (como representar o papel da mãe nas brincadeiras). Tão logo a atração por homens resulta em relação sexual (com penetração anal), esses meninos começam a adotar práticas corporais que os feminizam, e o processo culmina com a injeção de muitos litros de silicone industrial em seus corpos (KULIK, 2009, p. 100).

Uma outra constatação que o autor traz é a de que existe a certeza entre as travestis de que nós não somos mulheres presas em corpo de homem. Ele afirma que nenhuma das travestis com as quais conviveu relatou isso “mesmo quando eu, já confuso e exasperado para compreender, às vezes chegava a sugerir tal resposta” (KULIK, 2009, p. 100).

Existem determinados autores, principalmente, aqueles que vieram antes de Kulik (2009), que tem a perspectivas de que nós, travestis, estamos condicionadas a criar o corpo, a identidade e todas as nossas conformações corporais que nos subjetivam para a prostituição.

Tal perspectiva ignora o fato de que nós começamos a remodelar nossos corpos antes de entrarmos na prostituição. Isso faz com que a investigação do modo como percebemos, entendemos e usamos nossos corpos em outros contextos não profissionais mude, uma vez que o corpo já estava em modificação antes da prostituição. Além disso, apaga a dimensão crucial da construção do corpo: a nossa subjetividade (KULIK, 2009)

O autor então se faz algumas perguntas que vamos tomar a ousadia de responder aqui, com a vontade de tentar cada vez mais ampliar a discussão e afirmar o que é essa identidade de gênero travesti.

A pergunta que Kulik faz é: “Será que as travestis realmente encaram seus corpos como nada mais que um “produto industrial”? (KULIK, 2009, p. 107). E esta pode ser respondida por nós com um sonoro não e corroborarmos com a opinião do autor que diz ser improvável e injusto. Não só pelo argumento de que nós talvez sejamos as pessoas que mais despendem tempo cuidando dos corpos, mas também porque o cuidar do corpo e a tentativa de ampliar, aprimorar e melhorar a feminilidade numa perspectiva de beleza travesti é, acima de tudo, ponto principal para a construção de nossas subjetividades. Assim como bem explica o autor, colocar todo esse investimento a um desejo alienado de construir um produto para a “indústria do sexo” é não olhar a história toda. (KULIK, 2009)

Em determinados contextos sociais, ainda somos extremamente discriminadas. São inúmeros os casos vinculados na imprensa sobre travestis proibidas de entrar em algum lugar ou de usar o banheiro de acordo com nosso gênero. Uma das possibilidades que pensamos que isso aconteça conosco, reside no fato do quanto podemos desvirtuar a normatividade habitual da sociedade. No trecho abaixo de Kulik (2009), fica explícito o quanto podemos ser ambíguas:

As travestis injetam no corpo grandes quantidades de silicone industrial com o intuito de adquirir características físicas e aparências femininas,

mas consideram um sinal de psicose o caso de homens que pretendem ser mulheres. Vivem com indivíduos machos, fortes e musculosos, mas a quem tratam como se fossem suas esposas. Fazem ponto nas ruas, vestidas com minissaias, exibindo os seios e seduzindo os homens, mas homens que desejam ser penetrados e chamados por nomes e termos femininos durante o ato sexual. Afinal, o que vem a ser a subjetividade desses indivíduos complexos, contraditórios e contrários? (KULIK, 2009, p. 203).

Mais ambíguas ainda, quando tomamos como base a cisheternormatividade compulsória imposta pela sociedade. E disso se reflete o modo que se tem com a compreensão subjetiva sobre o gênero, utilizando-se do masculino para ofender. (KULIK, 2009)

Essas subjetivações colocam a contradição em cheque e ao mesmo tempo fazem arrepiar qualquer estudioso ou debatedor das teses de gênero de Butler, porque enquanto a teoria se faz, nós colocamos em prática os problemas de gênero.

Assim, uma travesti é composta e se descobre através de algumas formas subjetivas que tem a ver com atividade sexual, desejo, orientação sexual ou aparência. Mas a principal delas é a agência pessoal. “É isso que eu quero ser. É assim que eu quero ficar. E fiquei.” (KULIK, 2009, p. 231)

É curioso observar que, em 1998, Kulik (2009), como pesquisador, tentava expressar a ideia da subjetivação travesti, dentro de uma ótica não binária, classificada dentro do binário. O autor, no trecho a seguir, tenta subverter a ordem do binarismo, muito embora faça isso ainda sob um olhar binário:

“Dito de outro modo, a subjetividade travesti é o resultado – e ao mesmo tempo a incorporação e a efetuação – de uma certa configuração de sexo (biológico), gênero e sexualidade, configuração que é específica da sociedade na qual as travestis vivem. Para compreender e descrever a subjetividade travesti é necessário, então reconhecer com clareza o modo como se configuram sexo, gênero e sexualidade. Além disso, é preciso determinar de que modo tal configuração fornece o quadro conceitual com base no qual os indivíduos podem entender e organizar seus próprios desejos, corpos, relações afetivas e físicas e papéis sociais.” (KULIK, 2009, p. 235)

Pensamos que em algum momento dos debates e estudos sobre as identidades poderemos chegar ao consenso de um não binarismo de gênero para a identidade travesti. Para nós, a autoidentificação é de fundamental importância para a construção da identidade e para a organização dos sujeitos. Assim, talvez optar pelo não binarismo de gênero seja uma opção frente ao avanço do debate. Dizemos isso porque, segundo Kulik (2009), a sugestão, à época de sua pesquisa, era colocar travestis num lugar de um terceiro

gênero. Discordamos dessa posição porque somos sujeitos prontos a denunciar e desafiar as normas. Assim uma norma a mais não nos seria eficaz.

Por isso que o debate do não-binarismo está em consonância com os debates de gênero de Butler. Então, muito além de ter uma concepção de que o gênero que está baseado no “gênero biológico”, nossa intenção é desafiar a normatização, que diz que determinados corpos, ainda que não condizentes com o “gênero biológico” determinado no nascimento, tenham que ser estruturados de acordo com essa norma binária de gênero.

Nesse sentido, pensar as travestis como homens melancólicos incompletos ou como homossexuais efeminados que roubam a feminilidade das mulheres, pode ser um completo equívoco, principalmente, pela etnografia realizada por Kulik (2009).

Dessa maneira, ler as travestis na ótica da não binariedade pode ser útil no sentido de rever as normas binárias de gênero, que dizem que a tríade sexo, gênero e sexualidade precisam estar em conformidade. Podemos pensar que nós, travestis, não somos homens incompletos, porque nos falta a masculinidade normativa e muito menos como ladrões de gênero. Assim, este olhar pode ajudar a entender melhor as configurações de sexualidade, gênero e sexo que fazem parte da cultura travesti (KULIK, 2009).

Essa visão de travestis, como mulheres incompletas ou como ladras da feminilidade, faz com que no Brasil aconteça a recusa de reconhecimento do nosso gênero ao nos referenciar ou designar-nos em público. Isso é um método de rejeitar a nossa existência, como também de resguardar o lugar do gênero masculino nesse sistema cisheteronormativo.

Portanto, ao nosso ver, a contribuição de nossa análise para o referido debate, é que nossos espaços foram criados de modo a que pudéssemos habitá-los, gostem ou não, continuaremos habitando esses espaços, remodelando nossos corpos, tentando sobreviver e prosperar nessa sociedade que nos quer ver mortas. “E quando a noite cai e as luzes da cidade começam timidamente a reluzir, as travestis continuarão a esconder o pênis, soltar os cabelos e navegar pelas esquinas e ruas – esplendorosas em seus trajes sumários, protegidas pelas pequenas tesouras de unha e prontas para mais uma ‘batalha’” (KULIK, 2009, p. 248).

2.4. TRANVESTIGÊNERES – PARIMOS UM CONCEITO.

O conceito transvestigêneres vem sendo utilizado pelo movimento social de travestis e transexuais há seis anos. Ele nos contempla no sentido de ser um termo guarda-

chuva que procura minimizar as higienizações provocadas pelos outros conceitos em questão. Entretanto, ao procurarmos a origem do termo, encontramos algumas informações desconhecidas sobre o assunto. Sabíamos de antemão que ele havia sido cunhado por Indianarae Siqueira, ativista militante, que mora no Rio de Janeiro, pessoa que mantínhamos contato por conta de sua militância junto à Casa Nem, casa de acolhida para pessoas transvestigêneres que hoje funciona como um dispositivo assistencial do governo do estado do Rio de Janeiro na referida cidade.

Assim, tomamos a iniciativa de coletar estas informações, diretamente da fonte e após contato para agendarmos uma entrevista, o fizemos. Gravamos a entrevista. A proposta, não é tratar da entrevista, literalmente, mas a partir dela, pensar e abstrair, a partir de nossas implicações, a história do movimento de travestis no Brasil, para chegarmos, então, à construção do conceito de transvestigêneres.

De começo, Indianarae nos informa, na entrevista, que já morou em Juiz de Fora, porque havia sido casada com um homem daqui. Essa informação vem seguida de outra, de que o sobrinho desse seu ex-marido, uma pessoa transvestigênera, sofria transfobia, inclusive deste tio, que já tinha sido casado com ela, uma mulher transvestigênera.

De pronto, coloquei, de forma breve a dificuldade de encontrar informações seguras a respeito do conceito, uma vez que as poucas que existiam eram desconhecidas e com uma confusão da sua gênese, uns diziam sobre Indianarae, outros que foi criado numa mesa de bar, em um encontro entre as transativistas Erika Hilton e Indianarae Siqueira. Mas afinal, de onde parte a conceituação?

Indianarae então explica que o conceito para ela já não tem mais utilização, uma vez que a mesma agora reivindica para si a agenderidade. Portanto, desta forma, ultimamente, tem utilizado o conceito de transvestigênera, mas que, mesmo assim, o conceito de transvestigêneres serve como termo guarda-chuva.

A ativista explica que esta construção conceitual emerge de um processo histórico do movimento nacional de travestis e transexuais no Brasil, datado, no encontro nacional de 1993, com Jovanna Baby⁵. Registra-se que a sigla utilizada, à época, pelo movimento era o GLS, que depois virou GLBT, LGBT e agora LGBTQIA+. Entretanto, as travestis usavam, a depender da configuração das letras de cada época, o “S” ou o “L”, que designavam, travestis e simpatizantes, ou travestis e liberados. Daí o nome do evento ser

⁵ Segundo o site do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS, Jovanna Cardoso da Silva (Jovanna Baby) é considerada a fundadora do movimento organizado de travestis e transexuais no Brasil.

Encontro Nacional de Travestis e Liberados na luta contra a AIDS (ENTLAIDS), na medida que estas travestis e liberados trabalhavam em geral com este público com a prevenção ao HIV/AIDS⁶. Contudo, o termo culturalmente usado no Brasil à época, sempre foi travesti e que o termo transexual, era mais médico, internacional e higienizado.

Indianarae continua o relato informando que em 1995 ocorreu o primeiro encontro internacional da ILGA onde ela encontra Jovanna Baby que a convida para o encontro nacional de travestis e transexuais por ter tomado conhecimento do trabalho com o grupo Filadelfia, entidade que a ativista era presidente fundadora e funcionava em Santos, SP. Em seguida aparece Keyla Simpson⁷ convidada pelo trabalho que fazia em Salvador (BA), formando assim a trindade do movimento travesti. É em 1995 também que surge o movimento organizado de transexuais, pois este público buscava as cirurgias e a hormonioterapia pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 1996, o grupo liderado por Indianarae é convidado para participar da Conferência Municipal de Saúde de Santos-SP e através dos debates acalorados, consegue aprovar a proposta do nome social, garantido e respeitado no prontuário médico. É a primeira vez que o nome social passa a ser respeitado no Brasil. Todas as implicações da aprovação do nome social fizeram rebulição no país e a ativista foi ameaçada de morte na praia de Santos e precisou sair da cidade e do país.

Indianarae conta que se ela é a mãe do nome social no país, Jovanna Baby é avó, pois foi a mesma quem passou o *advocacy*⁸ para ela. Segundo Indianarae, Jovanna já fazia carteirinha com nome social no Rio de Janeiro, através da Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), que era inclusive reconhecida como documento pela polícia. A militante lembra que quem ensinou o movimento travesti no

⁶ HIV é a sigla em inglês para Human Immunodeficiency Virus, que em português significa Vírus da Imunodeficiência Humana, um vírus que causa graves danos ao sistema imunológico. O HIV é o vírus da imunodeficiência humana e a AIDS (Acquired Immunodeficiency Syndrome), é traduzida como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, sendo o estágio final da doença provocada pelo HIV.

⁷ Keyla Simpson, ativista do Movimento LGBT desde 1990. Líder da principal rede nacional que atua na defesa dos direitos humanos da população trans, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Foi presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCN-LGBT) em 2013, ano em que recebeu da então presidenta Dilma Rousseff o Prêmio Nacional de Direitos Humanos pelos relevantes serviços prestados à população LGBT do Brasil. Nos últimos anos, coordenou o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT (CPDD LGBT), espaço que recebe denúncias de violações de direitos da população LGBT da Bahia.

⁸ Segundo Zeppelini (2007), *Advocacy* é, basicamente, um lobby realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade. É na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências que se dá o verdadeiro *advocacy*, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural.

Brasil foi a prática, não a academia e que tudo foi na base da “porrada com sangue, suor e lágrimas” (SIQUEIRA, 2021, n. p.).

Em 1997, São Paulo foi escolhida como a cidade para o V ENTLAIDS, tendo como organizadores o grupo Filadélfia e a Casa de Apoio Brenda Lee. Nessa edição, a participação internacional de Camile Cabral Borelli, política ativista, radicada na França, que trouxe para a plenária a discussão sobre o termo ainda internacional transgênero. Segundo Indianarae a confusão foi grande, uma vez que as pessoas presentes defendiam a tradição do termo travesti. Termo que Indianarae considera também criado por cisgêneros para nos determinar e que tem seu foco radical na questão das vestes, do travestismo. Mas o termo transexual também era determinado pela cisgeneridade para determinar a transição do sexo, conforme explicado anteriormente neste texto. O termo debatido por Camile vinha para determinar aquelas pessoas que passavam pela transição de gênero. Para as participantes da plenária, o conceito de transgênero era mais um termo estrangeiro que incomodava o movimento. Indianarae então entra em defesa do termo transgênero, ao afirmar que “se tivéssemos de ser puristas, deveríamos procurar o termo em tupi-guarani, que não existe, porque os povos originários têm outras noções de gênero, uma vez que todos os outros termos vinham de outros idiomas colonizadores e baseados na medicina” (SIQUEIRA, 2021, n. p.).

Para Indianarae, o debate foi avançando e o conceito de transexual se inseriu, mas sendo utilizado em conjunto com o de travesti. Então, como marco histórico, em 2009, houve novamente o encontro e foram criados dois grupos de trabalho que definiriam o que significava cada conceito para o movimento. Ou seja, o que significaria, a partir delas, o ser travesti e o ser transexual. Os grupos de trabalho determinaram que travesti seria a pessoa que se identifica com o gênero oposto, faz a transição através de roupas, através de hormônios, silicone injetável, cirurgias, mas não quer a cirurgia de redesignação sexual. Por outro lado, transexual era tudo isso, só que queriam realizar a cirurgia de redesignação.

Nesse momento Indianarae, por não se enquadrar em nenhum dos dois conceitos, uma vez que trabalhava na base do movimento social, conhecia inúmeras pessoas que não podiam tomar hormônio por questões de saúde, que não se arriscariam a usar silicone injetável e inúmeras outras questões, rebate. Este rebate, custou a Indianarae a proposta de expulsão da representatividade do movimento, uma vez que ela não se sentia contemplada em nenhuma das duas definições.

Por ser uma das matriarcas do movimento da trindade descrita acima, a proposta de expulsão não avançou, mas segundo Indianarae essa proposta também visava expulsar do movimento uma outra travesti chamada Liza Minelli, do grupo Esperança, de Curitiba-PR. Liza fazia sua transição através da vestimenta e algumas vezes se sentia segura para estar vivenciando o gênero feminino, em outras vezes não. Todo esse processo gerou a contestação da ativista que questionava se aquelas pessoas que estavam ali reunidas procuravam romper com as regras da sociedade cisheteronormativa ou estavam buscando reproduzir as regras dessa sociedade que exclui.

A partir daí, Indianarae começa a se definir como “uma mulher transgênera, normal, de peito e pau”. (SIQUEIRA, 2021, n. p.) Com o tempo, também foi contestando o que era ser normal, depois o que era ser mulher e passou a usar o termo transgênero, mas sempre lembrando que este não era também da nossa comunidade. “Então os três termos que nos definem né? Vamos dizer assim, travesti, transexual e transgênero, que é o termo mais guarda-chuva que a comunidade discute e não são da nossa comunidade. São da cisgeneridade para nos definir”. (SIQUEIRA, 2021, n. p.)

Assim, em 2015, como o surgimento do Prepara Nem, curso pré-vestibular voltado para a aprovação de pessoas transvestigêneres nos vestibulares, ocorreu o lançamento do curso em vídeo, que é o primeiro marco onde é usado o termo transvestigêneres⁹.

Indianarae explica que:

Se ser travesti no termo mais raiz da palavra quer dizer através da vestimenta, nós somos além de vestimenta né? Além de vestimenta né... E ainda tem aquela questão de orientação sexual e tudo isso, não é apenas uma questão de identidade, não é apenas uma questão de orientação, é apenas uma questão de não ser do outro, ou seja, da cisgeneridade né? E apenas isso né? E como você se sente mais confortável. Ser transexual é também através da vestimenta, da identificação com o gênero oposto e através da genitália. Nós também somos além genitália, nós somos além gênero, nós somos além dessas questões todas né? Porque nós, é rompemos com o sistema né? E se transgênero é um termo guarda-chuva né, mas que também na sua terminologia em transicionar uma viagem através do gênero, e que também traz a questão da identidade do gênero oposto. Como eu disse nós somos além disso. Então se nós somos além disto nós teríamos que criar uma terminologia e a gente poderia unir as três palavras em uma só para criar uma nova, mas que fosse da nossa comunidade que nos definisse, mas que ampliasse, que também fosse cômoda para todas as pessoas né, inclusive não binários, pessoas intersexuais que quisessem usar um termo. E aí, eu então lancei a palavra transvestigênera né, que

⁹ O vídeo pode ser assistido no *Facebook* no perfil da Casa Nem, disponível em: <<https://www.facebook.com/PreparaNem/videos/1716751091872064>>. Acesso em 14 dez. 2021.

é justamente isso nós somos além, nós somos uma... nós somos uma viagem, nós estamos do outro lado, nós estamos em transição, nós podemos ir transicionar, transformar, romper, desconstruir e ver que nada disso mais hoje importa, e voltar tudo novamente ao início e refazer tudo (SIQUEIRA, 2021, n. p..).

A visita de Erika Hilton à cidade do Rio de Janeiro teve dois motivos, um, por conta do surgimento da Casa Nem e o outro, da busca de explicação do significado do conceito de transvestigênera, que acontece em um bar, na zona norte da cidade do Rio, junto a Conceição Evaristo. A partir deste momento, elas e várias pessoas começaram a usar o conceito, na militância e em trabalhos acadêmicos, afirmando que ele foi criado por ela para o movimento, de nós por nós.

Indianarae ressalta que o termo não é para nos definir, mas para nos acolher, e que a partir do conceito passa a contestar as questões de gênero, passando a se definir como não-binária, inclusive deixando seu cavanhaque crescer, que foi uma questão polêmica dentro do movimento de transvestigêneras.

É neste sentido, portanto, que Indianarae, então, faz, pela primeira vez, a doação do conceito à comunidade:

Mas é que eu criei, mas que é nosso na realidade, um termo que é do movimento. É criado pelo movimento, vamos dizer assim. Já que eu sou o movimento, já que o movimento também se sente... é inspirado em mim e através de Jovanna. Então o termo é nosso. Que não tenha dono. Esse termo eu doo, é a primeira vez que eu falo isso. Esse termo eu doo e entrego para o movimento, que seja usado pelo movimento que ele não tenha dono, ou dones. Que ele não tenha dones (SIQUEIRA, 2021, n. p..).

Ressalta que é muito gratificante ver as pessoas usando o conceito e se sentindo confortável, ao contrário das definições da cisgeneridade para nós, que nos deixavam desconfortáveis, uma vez que tenta colocar em caixinha definições e subjetividades tão particulares como o espaço de existência. O conceito de transvestigênera traz isso, segundo Indianarae, lugar de existência.

Indianarae pontua que é necessária a contestação, porque esta traz o espaço para novas vivências, mas também para que possamos pensar sempre se ao defender a ideia de mulheres e homens trans não estamos criando uma binariedade de gênero do lado de cá também. A fim de que possamos mostrar outras mulheridades e masculinidades, para além da cisgeneridade, pois esta, de alguma maneira, oprime outras que não tenham a mesma vivência da nossa. Ao analisar o movimento, observa que se tem uma reafirmação do corpo cisgênero, que é um corpo branco e com uma forma definida e com isto

questiona o quanto este está reproduzindo de opressões e cisgeneridade (SIQUEIRA, 2021).

3. VIDAS PRECÁRIAS

Todas as vidas são precárias, essa será a primeira premissa para entendermos o referencial teórico dessa pesquisa baseada na análise da filósofa Judith Butler. Para além desse conceito discutiremos também o conceito de interseccionalidade baseados na obra de Lélia Gonzalez. Tentaremos de alguma maneira aproximar as duas filósofas, aquela americana de origem judia e aquela americana de origem africana.

Adendos iniciais a parte, comecemos a explicar o que entendemos por vidas precárias e de que maneira determinantes estruturantes sociais podem afetar o modo como essas vidas são mais protegidas ou não.

Dizemos isso porque sabemos que o gasto necessário, seja material-físico, como na forma de dinheiro que permita a compra de essencialidades, seja de investimento emocional, como carinho, afeto e educação, para que uma criança chegue até a vida adulta é imenso. É necessário todo um investimento e esforço para que a precariedade da vida seja afastada e essa criança se torne uma pessoa, passando pelas idades iniciais, se firmando como adolescente e depois adulto, que possa ter sonhos e colocá-los em prática.

É sobre essa precariedade da vida, não limitada a questão de seu afastamento, mas também a todas as interseccionalidades que afetem e permitem que a vida exista ou que a morte seja enlutada que trataremos nesse capítulo. Sem pretensão nenhuma de esgotar o tema, mas com uma vontade imensa de abrir o debate sobre precariedade da vida e interseccionalidade, e, como isso afeta a vida de pessoas transvestigêneres, é que pretendemos, fundamentada teoricamente e em nossas vivências, progredir com essa escrivência, que bota no papel também a vida de outras irmãs que vivem e dependem da prostituição para sobreviver.

Para começar é necessário dizer sobre o conceito de precariedade da vida. É Judith Butler, a filósofa, que vai tratar do conceito em suas análises mais recentemente publicadas. Escrevemos esse texto recém passados pela segunda pandemia de nossas vidas. A primeira, a pandemia do HIV/AIDS, atingiu uma vastidão de pessoas que tiveram suas vidas precarizadas, foram os corpos abjetos que não mereciam a atenção do Estado nas décadas de 1980 e 1990. Hoje a pandemia da COVID-19 muda a forma de se comportar no mundo, de comprar, de analisar clientes, de realizar novos enquadramentos e de cada vez mais aprofundar a precariedade da vida, a miséria e o medo. Com pessoas transvestigêneres isso não seria diferente visto que somos a base da pirâmide social, precarizadas por uma interseccionalidade que atinge nossos corpos, nosso tom de pele,

nossa sexualidade, uma interseccionalidade de gênero, raça, classe e território que nos coloca nesse lugar inferior da vida que não precisa, e que, portanto, não merece ser enlutada.

Debatemos melhor as questões da pandemia da COVID-19 no artigo intitulado LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena publicado na revista *Em Pauta*, onde trazemos uma breve pesquisa dos efeitos da pandemia da COVID-19 nas vidas LGBTQI+. No artigo defendemos que a pandemia aprofunda os enquadramentos, até mesmo os identitários para que o estado defina quem deve viver e quem deve morrer. “São esses sujeitos e seus corpos – tomados em sua interseccionalidade pela necropolítica ultraneoliberal – que não precisam ser protegidos, na medida em que não são enlutáveis, mas descartáveis, lixoáveis: pobres, negras e negros, LGBTQI+, das favelas e periferias” (DUARTE; OLIVEIRA, 2021).

Para Butler essa percepção de que nossos corpos são frágeis e que a qualquer momento podemos ser mortos pelo capricho de outrem traz medo e traz luto (BUTLER, 2019). Esse luto, permanente na vida de nós, pessoas transvestigêneres, é causado pela sobrevivência no país que mais mata pessoas transvestigêneres no mundo em números absolutos. Segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil teve 89 pessoas trans mortas no 1º semestre em 2021, sendo 80 assassinatos, 9 suicídios. Houve ainda 33 tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Já em 2022 foram 151 pessoas mortas, sendo 131 casos de assassinato e 20 de transsuicídios. (BENEVIDES, 2023)

Pessoas que morreram única e exclusivamente pelo fato de serem pessoas transvestigêneres. Morreram por existir em uma ontologia criadora da identidade que não se pode negar para si mesma. Não se trata aqui de dizer que tal pessoa estava envolvida com o crime, ou que tal pessoa se envolveu em determinada situação que levou a mesma à morte.

A ideia da morte aqui é única e exclusivamente a morte por ousar ser um corpo ininteligível, abjeto, execrável e matável. Corpo onde o enquadramento social do ininteligível, atua, segundo Butler (2015), para diferenciar aquelas vidas que podem viver e aquelas que podem morrer, ou em outras palavras, aquelas que podem ser produzidas num continuum de vida. Esses enquadramentos sociais, que veremos mais algumas vezes nessa parte do projeto, tem seus reflexos e expressões que necessariamente constroem e geram ontologias específicas para cada sujeito (BUTLER, 2015).

Esses enquadramentos sociais que definem ontologias para o sujeito, diferentemente daquelas definidas pelo sujeito, atuam e definem vidas enlutáveis ou não e colocam sobre esse mesmo sujeito o peso do medo e do luto individual (BUTLER, 2015)

Funciona mais ou menos assim. A nossa identidade é construída sobre alguns pilares, como as performances de gênero e as atuações na sociedade que conformariam a égide da ontologia do sujeito, aquilo que definiria quem somos como sujeitos. Tais pilares são exemplificativos, mas não únicos e diriam para nós e para nossas irmãs, que somos pessoas transvestigêneres e como tal merecemos existir no mundo, sermos enlutáveis e temos o direito de contarmos com uma rede de proteção para a diminuição da precariedade da vida.

No entanto, para a sociedade cisheterossexista, aquilo que seria garantido para eles de maneira natural, no nosso caso se transforma em antinatural. Ou seja, se uma mulher cis, performa a feminilidade e isso diz que ela é uma mulher, para nós, enquanto sujeitos, esse direito básico, que seria construtor de nossas identidades, é negado e, assim, transformado em antinatural, transformando nossos corpos em corpos não inteligíveis.

Portanto, para a sociedade cisheterossexista, é ela quem pode dizer quais são os corpos inteligíveis, quais as práticas permitidas, enquanto sujeito e identidade, quais os corpos podem performar determinados gêneros, quais não e quem nessa sociedade pode viver e quem não, tendo a sua existência ameaçada de violação a todo momento.

É uma contradição, como todas as outras contradições, que marcam a sociedade capitalista, que precisa controlar o modo como as pessoas produzem e reproduzem a vida com o intuito de manterem o sistema de exploração e acúmulo.

No entendimento de Butler (2015), enquanto a filosofia quase sempre centra a questão da “identidade pessoal” nas características pessoais e naquilo que a transformaria em identidade com o decorrer do tempo, nosso questionamento aqui é: de que maneira a regulação da formação e da divisão do gênero constituem a identidade e o status “autoidêntico”? O quanto de ideal normativo existe na identidade no lugar de uma descrição da experiência? (BUTLER, 2015)

Parece aqui chegarmos a um entendimento característico da contradição acima citada. Parece ser da prática societária, que se criam determinadas categorias de vida que estão vivas, mas que não podem ter vida. Nas palavras de Butler (2015, p. 22), “uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a

normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida”.

Existe um esforço sistêmico constante no processo que busca adequar todos os corpos que ousam estar incoerentes com o quadrimônio sexo, gênero, prática sexual e desejo. Ainda que a sociedade diga que é possível construirmos uma identidade, a partir do desenvolvimento de nossas vivências e das nossas consciências do que somos ou queremos, a normatividade, que aqui se determina como elemento estruturante da sociedade, não permite que corpos abjetos, corpos que tenham peito e pau, ou corpos que tenham barba e buceta possam “viver” livremente nessa sociedade.

Aqui se coloca o conceito de vida, exemplificado acima, caracterizando o fato de quem nem sempre ser vivo importa viver, ou ter vida.

Na prática, o quanto de nossa identidade é considerada identidade, por que somos o que somos ou por que a sociedade nos lê como alguém possível de existir nessa sociedade? O que é feito com os corpos ininteligíveis, abjetos e lixados, que não estão em consonância com a inteligibilidade que determina quais “gêneros inteligíveis”, são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2015).

Para abordar um pouco desses enquadramentos da sociedade, vamos citar como, de alguma maneira, a sociedade brasileira criou, sobre a figura da pessoa transvestigênera, um enquadramento baseado na marginalidade e periculosidade. Para o senso comum brasileiro, pessoas transvestigêneras são necessariamente ligadas ao uso de drogas e ao crime. Como são voltadas para a prostituição, porque gostam de exercer o “*metiê*”¹⁰, estão sempre inseridas em confusão, são sempre presas, enfim, são pessoas marginais.

Esse é o enquadramento que a sociedade brasileira faz das pessoas transvestigêneras e como este enquadramento diz sobre como consideramos a precariedade da vida. Seria nossa tarefa tentar estabelecer novos enquadramentos que aumentariam a possibilidade de reconhecimento? (BUTLER, 2015).

Nossa questão nesse ponto é a seguinte: se o Brasil é o país que mais mata pessoas transvestigêneras no mundo, fundamentado pelo enquadramento marginal e abjeto desses corpos, podemos estabelecer que há uma relação direta de escolha da sociedade que

¹⁰ Segundo o Dicionário Online de Português - DICIO, *metiê* é a grafia consagrada pelo uso para a grafia correta da palavra *métier* que significa ofício, profissão, ocupação ou área que compreende o trabalho de uma pessoa (DICIO, 2020, n. p.). Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/metie/> >. Acesso em: 27 jul. 2021.

estabelece quem pode morrer e quem pode viver? Ou nas palavras de Butler “quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que concede a uma vida ser passível de luto?” (BUTLER, 2019, p. 28)

Por certo a afirmação de que todas as vidas são precárias, trazem determinados entendimentos para nós. Primeiro, porque se todas as vidas são precárias e precisam de determinados suportes e condições sociais para a existência, necessário é que estejamos organizados de determinada maneira para que essa vida consiga ser suprida com essas necessidades. Com isso e a partir do momento que nos organizamos para essa garantia, colocamo-nos em um dilema, porque assim como a vida do outro está em minhas mãos e precisa ser cuidada e garantida, a nossa vida está nas mãos do outro e cabe a ele a garantia dela (BUTLER, 2015).

Para Butler (2015), a afirmação de que uma vida pode ser lesada, ou perdida, destruída, ou negligenciada até a morte, demonstra, não somente a finitude da vida, como a precariedade. Essa afirmação assinala o fato de que a morte é certa e que para que exista vida, diversas condições sociais precisam ser atendidas para ser uma vida. Disso implica que a precariedade nos coloca na posição da necessidade da vida em sociedade e determina o fato de que de alguma forma a vida de alguém está sempre na mão do outro.

3.1. PRECARIEDADE DA VIDA E EDUCAÇÃO

Trazemos como exemplo dessa característica de negligência a questão da evasão escolar. Segundo reportagem na revista Exame, a evasão escolar de pessoas transvestigêneres se dá próxima dos treze anos de idade, momento em que essas pessoas são expulsas de casa e ficam sem amparo legal (FILIPPE, 2020).

Trataremos sobre a expulsão de casa em momento mais oportuno. Nesse momento, gostaríamos de completar nossa análise sobre como o não comprometimento da educação, em geral, com a garantia do direito das pessoas transvestigêneres à frequência da escola, é parte importante do contexto de não garantia contra a precariedade da vida, uma vez que essa não garantia se confirmaria como negligência a um dos direitos de não precariedade da vida.

Uma pesquisa da Rede Nacional de Pessoas Trans de 2017, publicada no portal do Instituto Unibanco, informa de que além dos dados serem escassos, 82% das pessoas transvestigêneres no Brasil abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos (PRECONCEITO, 2021). Aqui podemos notar como desde muito cedo as pessoas

transvestigêneres não tem direito a uma “rede social de ajuda”. Essa rede social, que segundo Butler (2015), afasta a precariedade da vida que é coincidente com o nascimento. Para a autora o nascimento é, por definição precário, e para que uma criança possa sobreviver depende dessa rede social (BUTLER, 2015).

A escola no Brasil é considerada como rede social de ajuda. Sabemos que, em muitos municípios, os alunos frequentam a escola, não só para que possam apreender o conhecimento, bancário e per si precário, mas que ainda assim, auxilia os futuros processos de ampliação de conhecimento e de conhecimento de mundo. Mas também para que, em muitos casos, tenham a única refeição do dia, aquela que é feita na escola. Isso demonstra como a escola avança e é parte fundamental dessa rede de proteção social para a sobrevivência das vidas naturalmente precárias.

Ainda tratando de educação, precariedade da vida e rede social de proteção, é importante lembrar que, parte do que se passa com o/a/e aluno/a/e transvestigênera na escola, está articulado ainda a estrutura cisheterossexista brasileira. Essa estrutura se reflete no tratamento dado aos/as/es alunos/as/es pelos/as docentes nas escolas.

Segundo a professora Erika Alcantara, mulher transvestigênera, que exerce o magistério no estado do Ceará, “muito do que acontece em sala de aula é por omissão de uma parcela dos docentes. Digo isso por ter vivenciado muitas situações como estudante e por saber que acontece, porque eu estou na sala dos professores e eu escuto” (PRECONCEITO, 2021)

Nesse sentido, percebendo como a cisheteronormatividade que, politicamente é transformada em cisheterossexismo, no sentido de que a normatividade cisgênera heterossexual constrói e reconstrói a vida e que é estrutural e estruturante da sociedade, expõe que é necessário identificar de que maneira os enquadramentos de determinados corpos podem levar ao rompimento dessa rede de proteção. Para Butler (2015), as nossas obrigações, enquanto sociedade, tem o sentido de dar condições para que a vida se torne possível. Assim, não é uma questão de proteger a vida em si mesma, mas para que possamos construir condições de sustentação da vida, de modo que essas condições sejam nossas responsabilidades políticas e sejam nossas decisões éticas mais árduas (BUTLER, 2015)

Salientamos que esse não parece ser o caso em questão. Os enquadramentos da precariedade da vida, são como as fotografias que o Estado faz das pessoas, quando toma decisões a respeito de quem pode viver e quem deve morrer, atuando quando o caso é o de construir uma imagem a respeito de determinado cidadão ou de um determinado grupo

de cidadãos. Esses enquadramentos são utilizados também quando esse Estado-Nação determina, através dos mesmos, quais vidas são percebidas como vida e quais vidas, embora aparentemente estejam vivas, não conseguem assumir uma forma de vida entendível como viva (BUTLER, 2015).

Pensamos que esse é o caso do que acontece quando os/as/es alunos/as/es transvestigêneres se veem numa situação de discriminação na escola. Ao passo que o Estado enquadra os corpos transvestigêneres como passíveis de não proteção e necessariamente de corpos precários da vida, numa ótica de uma sociedade baseada na produção e reprodução de corpos para a exploração do capital.

Assim, quando o abjeto, que se dá a partir do descarte daquele que é o outro, a expulsão do elemento estranho à hegemonia, aparece na sala de aula, imediatamente, se dá a exclusão deste corpo por aqueles que habitam e constituem a hegemonia de uma sociedade cisheteossexista. Butler (2018) comentando a análise que Íris Young faz de Kristeva, para entender o sexismo, a homofobia e o racismo, sugere que o repúdio de corpos por essas características se dá numa ótica de “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo-raça-sexualidade (BUTLER, 2018). E aí que se dá a exclusão, a tortura, a diferenciação, a abjeção e o desrespeito a identidade e ao indivíduo do corpo transvestigêneres por parte dos/as docentes em sala de aula, como por exemplo, a que sofreu Laila Bárbara, aluna cearense, ao dizer que: “Uma vez falei que meu nome social é Bárbara, mas um professor continuou me chamando pelo nome de batismo e eu fiquei muito mal” (PRECONCEITO, 2021).

É assim que a precariedade da vida se dá quando falta o suporte básico de uma rede de apoio para o desenvolvimento do ser, no caso, das transvestigêneres. É o próprio Estado quem perpetua, enquadra, faz a leitura do corpo que não precisa dessa estrutura para se desenvolver e se tornar um corpo enlutável.

Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas. Estar protegido da violência do Estado-Nação é estar exposto à violência exercida pelo Estado-Nação; assim, depender do Estado-Nação para a proteção contra a violência significa precisamente trocar uma violência potencial por outra (BUTLER, 2015, p. 47).

Contudo, para continuarmos esta problematização, ao tratar de educação e a precariedade da vida, gostaríamos de acrescentar algumas questões sobre a temática da desigualdade racial no Brasil e como ela atinge diretamente pessoas transvestigêneres.

3.2. PRECARIIDADE DA VIDA E INTERSECCIONALIDADE¹¹

O conceito de interseccionalidade é de fundamental importância para entendermos os agravos da precariedade da vida nas existências de pessoas transvestigêneres devido ao tom/cor de suas peles - fenótipo.

A questão da interseccionalidade foi colocada em pauta, pela primeira vez com esse nome, por Kimberlé Crenshaw, em artigo de 1989¹² (CRENSHAW, 1989). Nele, a autora considera a importância de considerar a interseccionalidade de gênero, raça e classe para a vida das mulheres pretas. Assim, considerando quatro casos da corte americana, Crenshaw discorre sobre como os argumentos de juízes, para não considerar pedidos de mulheres negras nessas cortes, eram falhos ao não considerar a interseccionalidade de gênero, raça e classe, que era impingida sobre essas mulheres ao não serem, por exemplo, contratadas pelas fábricas de automóveis (CRENSHAW, 1989)

Crenshaw em um *TED Talk*, no *TED Women*, realizado em San Francisco, em 2016, sob o título, *a urgência da interseccionalidade*, denunciou as inúmeras mortes de mulheres negras ocorridas nos Estados Unidos da América que são desconhecidas do grande público. A escolha de tomar este *TED Talk*, como referência, esta se dá por alguns motivos: o primeiro deles é que a ativista, nesse vídeo, utiliza o conceito de enquadramento, que é por nós utilizado aqui para referenciar teoricamente a construção de Judith Butler no conceito de vidas precárias. O segundo, porque pretendo utilizar o conceito de interseccionalidade. Daqui para frente utilizaremos a também ativista Lélia Gonzalez, que trabalha o conceito de interseccionalidade em seu principal artigo e em sua vida toda, como poderemos perceber na construção deste projeto.

Segundo Crenshaw (2016), o conceito surgiu quando a ativista lia uma sentença sobre uma trabalhadora negra americana que alegava ter sido discriminada na contratação da sua força de trabalho para uma fábrica de automóveis. O juiz da petição negou justificando que a fábrica contratava pessoas pretas, no caso homens e que a fábrica também contratava mulheres, no caso brancas e que somente vendo as duas políticas

¹¹ O Serviço Social adota, nas suas fileiras de estudo, inúmeras maneiras de entender o modo como as opressões atuam em conjunto na sociedade e nos seres individualmente. As que se tem alguma expressão são a Teoria da Reprodução Social e a Consustancialidade. Optamos por utilizar a metodologia analítica interseccional proposta por teóricas negras marxistas como Ângela Davis e Patricia Hill Collins.

¹² O artigo intitulado *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*, ainda não foi traduzido para o português. Para este projeto, a tradução livre foi realizada por mim através do artigo original disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em 14 dez. 2021.

atuando juntas ele poderia perceber a dupla discriminação que aquela mulher estava sofrendo.

Para a ativista se um problema afeta pessoas pretas e mulheres deveria necessariamente incluir mulheres que são pretas e pretas que são mulheres, assim, quando isso não acontece, o enquadramento normalmente é elitista e não contempla a todos. Sem um enquadramento que nos permita ver todos os problemas sociais, que envolvem um determinado grupo, muitas pessoas desse grupo ficarão a margem da nossa análise e serão deixadas para sofrer no isolamento (CRENSHAW, 2016)

Crenshaw (2016) começou a usar o conceito de interseccionalidade há alguns anos, “para lidar com o fato de que muitos problemas de justiça social como racismo e sexismo frequentemente se sobrepõem” (CRENSHAW, 2016, n. p.). A ativista explica que somente mais tarde, conseguiu perceber do porquê o problema não tinha nome, que ele sequer poderia ser visto e que isso fazia da situação um problema de enquadramento. Podemos perceber que quando abordamos sobre enquadramento, estamos decidindo quais as vidas valem a pena ser vividas e quais as vidas podem morrer.

Para Butler (2015, p. 110), isso acontece porque “o enquadramento não funciona apenas como uma fronteira para a imagem, mas também estrutura a imagem em si”. Logo, podemos perceber que se não analisarmos pessoas transvestigêneres sobre a ótica da interseccionalidade, para entender como os problemas de justiça social se sobrepõem nessas vidas precárias, estaremos de alguma maneira desconsiderando e colocando à margem uma parte dessas pessoas, relegando-as ao sofrimento no isolamento. Esse é o principal motivo por que o debate da interseccionalidade está aqui e o motivo de ser tão importante que ele apareça aqui.

Crenshaw então diz que o enquadramento que o juiz via da discriminação racial e da discriminação sexual que Emma sofria era distorcido da realidade e que seu grande dilema, a partir daquele momento, era pensar em uma maneira de achar um outro enquadramento, que pudesse resgatar essa trabalhadora dos erros dessa justiça baseada em enquadramentos distorcidos. A ativista então pensou que talvez uma simples analogia com a palavra intersecção pudesse ser suficiente para que os juízes pudessem entender melhor esse dilema.

Assim, se formos fazer a analogia da intersecção com a figura das vias públicas, essa mulher que sofre discriminações diversas estaria numa encruzilhada, onde as vias da política de contratação, baseadas no sexismo e no racismo se entrecruzam, sentindo o impacto dessas políticas diretamente sobre si. Assim, comparando a lei com a ambulância

que socorreria essa mulher, ela somente seria efetiva se essa mulher estivesse sofrendo por um dos problemas ou pelo outro dos problemas, mas não pelo cruzamento dos dois problemas acontecendo ao mesmo tempo.

Logo, extrapolando a análise do caso de Emma, para Crenshaw (2016), é possível perceber que inúmeras mulheres afro-americanas, mulheres negras e milhares de pessoas marginalizadas ao redor do mundo, enfrentam, diariamente, dilemas e desafios como consequência da interseccionalidade. “Intersecções de raça, gênero, heterossexismo, transfobia, xenofobia, capacitismo, todas essas dinâmicas sociais se unem e criam desafios bastante únicos” (CRENSHAW, 2016, n. p..)

Utilizaremos então, a partir daqui, para melhor conversarmos sobre precariedade da vida, conceitos e definições de Lélia Gonzalez. As primeiras elaborações da autora sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe está no artigo, intitulado, *racismo e sexismo na sociedade brasileira*, publicado em 1984.

No artigo a autora introduz o conceito de “lixo falante”, contando sobre uma festa organizada por pesquisadores brancos para falar sobre uma pesquisa sobre pessoas pretas. De forma jocosa e bem-humorada, Lélia fala de uma festa em que ela estava. Uma festa figurada sobre como ainda funciona a produção de conhecimento em uma sociedade estruturalmente racista e machista, talvez. Ela nos conta que estavam todos os brancos arrumados em torno da mesa e tão ocupados em ensinar o “criolê”, que nem repararam que com um pouco de esforço o espaço da mesa serviria a todos, brancos e pretos (GONZALEZ, 2020)

Em determinado momento da festa a coisa toda se dá assim:

Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso pra bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava mais pra ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles?” (GONZALEZ, 2020, p. 95).

Lélia segue seu discurso figurado, dizendo que a culpa de todo o fuzuê e da raiva dos brancos era da neguinha atrevida que resolveu falar de si mesma e que ela ficou agora falada entre os brancos, por não saber se comportar, por fazer jus ao dito popular que diz que “preto quando não caga na entrada, caga na saída” (GONZALEZ, 2020, p. 96)

Gonzalez (2020) continua sua análise sobre o dominado e o dominador e do porquê a ação do dominador sobre o dominado prevalece, além de como o mito da democracia racial tenha sido tão bem aceito no Brasil, para dizer que “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (GONZALEZ, 2020, p. 96-97). Para a autora sendo o racismo estruturante da sociedade e característico do que ela chama “neurose brasileira”, pode-se perceber que quando se articula com o sexismo, produz efeitos violentíssimos sobre a mulher negra. Lélia também usa o texto para explicar como se construiu a sua preocupação com a interseccionalidade de gênero, raça e classe.

A autora explica seu interesse pela interseccionalidade, sinalizando a falta de uma análise mais profunda sobre os elementos constitutivos das opressões das mulheres negras nas ciências sociais e se fundamentando em Jacques-Alain Miller, em sua *Teoria da Alíngua*, para afirmar que “a análise encontra seus bens nas latas de lixo da lógica. Ou ainda: a análise desencadeia o que a lógica doméstica (MILLER, 1976, p. 17 apud GONZALEZ, 2020, p. 98). Assim, a autora questiona, pois na medida em que negros estão na lata de lixo da sociedade brasileira, posição determinada pela lógica da dominação, “porque o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós sabemos) domesticar?” (GONZALEZ, 2020, p. 98). Então explica que o risco que ela assume nesse momento, de forma majestosa -retornando à citação que colocamos acima quando ela se coloca como a negrinha que fez desaforo-, é o ato de falar com todas as implicações. E esse ato advém do fato de que a gente vem sendo falado, infantilizado e que a partir desse trabalho assumimos nossa própria fala. “Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 2020, p. 98).

Para Lélia, baseada no pensamento de Hasenbalg sobre os dois aspectos da reprodução ampliada das classes, o modo de exploração capitalista no Brasil baseado na acumulação comercial, industrial e industrial monopolista, junto com o racismo, que é o determinante primário da posição dos não brancos na sociedade, faz com que a mulher negra seja aquela que está na base da pirâmide de exploração no Brasil.

Se o racismo é determinante, logo estruturante dessas relações de produção e reprodução da vida, colocando, no Brasil, as mulheres negras neste lugar, logo a gente pode concluir, assim como Lélia, que “na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (GONZALEZ, 2020, p. 66).

Para nós, muito mais do que pensar que esse lugar de interseccionalidade seja utilizado para selecionar aquelas que podem falar sobre um assunto ou para escolher quem é a mais sofrida das mulheres para ganhar alguma coisa, a interseccionalidade nos diz de pensar quem são aquelas mulheres que não estão sendo contempladas, que não estão na sala, que não estão sendo ouvidas ou consideradas. Aquelas mulheres em que o enquadramento dado pela sociedade não permite sequer que vivam, sejam consideradas vidas.

Nossa filiação à interseccionalidade, nesse trabalho, articula-se, como afirma Butler (2015), com a necessidade de “uma nova ontologia corporal que repense a precariedade da vida, a vulnerabilidade, a dor e a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social” (BUTLER, 2015, p. 15). Essa ontologia corporal necessariamente precisa pensar os enquadramentos sofridos por pessoas transvestigêneres sob a ótica das múltiplas opressões sofridas por esses sujeitos.

É neste sentido, portanto, que retomamos à análise do quadro da educação, no entanto, com foco para as pessoas negras no Brasil. Assim, segundo Gomes (2011):

O Brasil se destaca como uma das maiores sociedades multirraciais do mundo e abriga um contingente significativo de descendentes de africanos dispersos na diáspora. De acordo com o censo 2000, o país conta com um total de 170 milhões de habitantes. Desses, 91 milhões de brasileiros(as) se autoclassificam como brancos (53,7%); 10 milhões, como pretos (6,2%); 65 milhões, como pardos (38,4%); 761 mil, como amarelos (0,4%), e 734 mil, como indígenas (0,4%) (GOMES, 2011, p. 110).

Para a autora, esses dados podem ser analisados por diversos aspectos, entretanto, para o movimento negro e um grupo de intelectuais que estuda as relações raciais no Brasil, é necessário que sejam agregadas as categorias raciais “preto” e “pardo” entendendo-as como expressão do conjunto da população negra no Brasil. A possibilidade de agregar essas expressões, nesse total, 44,6% da população se dá não por uma escolha política, mas pela análise de que, para além das dimensões subjetivas e identitárias, existem outros processos que permitem esse tipo de interpretação. Um deles, é a relação entre nível de escolaridade e raça, sendo uma das que ajuda a refletir sobre a situação, uma vez que no campo da educação não existem grandes diferenças entre os níveis de “pretos” e “pardos” (GOMES, 2011, p. 110).

Segundo Alves e Soares (2003, p. 156), “a diferença entre brancos e negros cresce com o aumento tanto no nível socioeconômico do aluno, como no da escola e é maior na rede privada que na pública”.

Não pretendemos nesse texto esgotar o debate sobre desigualdades raciais na educação brasileira, outrossim, trazer uma questão, afim de considerarmos o caso das pessoas transvestigêneres que são expulsas da escola, porque não veem seu nome social ser respeitado, sendo alvo de chacota e zombaria, não tendo a possibilidade de usar o banheiro da escola de acordo com gênero no qual se identificam, ainda que existem inúmeras portarias, decretos, notas técnicas, resoluções e atos normativos que garantam tanto o uso do nome social como do banheiro de acordo com a identidade de gênero percebida pelo estudante. Fica bastante nítido para nós, que na interseccionalidade com a raça, a questão do desrespeito e da expulsão se dão em um nível ainda maior. Podemos perceber na situação trazida na obra de Peres (2010), onde a travesti preta Suélen, de 29 anos, narra sobre a escola:

Ah! Querido! Você quer saber sobre a escola? Que escola você quer saber, da escola da vida? É, porque travesti mesmo aprende na escola da vida! Imagina só, mas eu tentei e foi muito viu? Não pensa que não insisti em ficar na escola, eu até que insisti por causa da minha mãe! Por mim eu não ia na escola porque foi muito difícil aguentar a discriminação. Estudei até a oitava série, mas para chegar lá eu passei por onze escolas. Todo ano eu tinha que mudar porque a diretora falava que não tinha vaga. Era desculpa né? Tudo bem que eu não sou santa, mas era puro preconceito. Até a quinta série foi tudo bem porque eu era gayzinho, né? Assim, eu era bem afeminado, tinha trejeitos mesmo, mas ficava calada, era educada, tirava nota boa! Na quinta série eu já tava com uns onze anos e arrumei um namoradinho na escola e a gente ficava de mão dada. Foi um mês e a diretora mandou a minha mãe me internar, mas minha mãe preferiu me transferir de escola. Aí, na outra escola eu senti vontade de passar batom, peguei da minha mãe e levei comigo e no recreio ia no banheiro e voltava de batom! Um escândalo! A professora da minha sala falou que eu estava com encosto, sabe?, que eu tava tomada pelo demônio e que minha mãe tinha que me levar na igreja. Mas minha mãe era desencanada e me transferia de escola, foi um monte de vezes, nem lembro tudo! Agora, quando a Suelen nasceu de dentro de mim, ela veio forte e decidida! Foi um fuá, meu bem! Era mais forte do que eu e as pessoas se assustavam comigo e me agrediam, sabe? Aí eu agredia também, né? Aí eu decidi que escola não era para mim e que eu tinha que cuidar da minha vida! (PERES, 2010, p. 60).

Esta narrativa é muito reveladora porque demonstra de que maneira o Estado, o então defensor e provedor da vida lida diretamente com as não vidas e precariza ainda mais a vida daqueles que deveria proteger. Este Estado falha duas vezes, através de seus prepostos, obviamente, porque em uma sociedade estruturada para violar os corpos

abjetos e as sexualidades dissidentes, a única saída para esses corpos é para o lixo. É o aniquilamento pelo controle medicamentoso da mente ou pelo controle psico-religioso do ser. Precisamos reconhecer que ainda que tenhamos dados para elaborar as críticas que tecemos, é ainda imperioso aprofundar os estudos sobre a interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça, classe e território na educação. Esta fala de Suelen reflete também o entendimento de Butler sobre as pessoas perdidas e porque é tão difícil termos dados sobre essas pessoas. Para Butler (2019), a justificativa desse Estado que não protege, mas deveria proteger, está no fato de que se afinal de contas, esse corpo abjeto é de uma pessoa que está perdida, e se essa pessoa que está perdida, não é um humano, na ótica desse Estado que está feito para fazer viver determinados corpos ou deixar morrer outros determinados, essa pessoa não é um humano, então qual é e onde está a perda?

Esta ... é certamente uma questão que os estudos gays, lésbicos e bissexuais têm levantado em relação à violência contra as minorias sexuais; que pessoas trans têm perguntado quando são vítimas de assédio e às vezes de assassinato; que pessoas intersexuadas – cujos anos de formação são muitas vezes marcados por uma violência indesejada contra seus corpos em nome de uma noção normativa do humano, uma noção normativa do que deve ser um corpo humano – têm perguntado. Essa questão é também, sem dúvida, a base de uma profunda afinidade entre os movimentos direcionados ao gênero e à sexualidade e os esforços de se opor às morfologias e capacidades humanas normativas que condenam ou apagam as pessoas com deficiência. A questão também compartilha afinidade com as lutas contra o racismo, dado que o diferencial racial sustenta as noções culturalmente viáveis do humano, aquelas que vemos representadas de maneira dramática e aterradora na arena global da atualidade (BUTLER, 2019, p. 37-38).

3.3. PRECARIEDADE DA VIDA E SAÚDE

Entendemos que a precariedade da vida se dá no parto propriamente dito e que, a partir dali, ou se sustenta toda uma rede social de proteção que diminui a precariedade da vida ou então o contrário se dá. Essa rede social de proteção não se constrói e então aquela vida se transforma em uma vida não enlutável, que não merece o choro da morte. É o que acontece, por exemplo, quando das mortes de pessoas *queers* na grande tragédia como do 11 de setembro de 2001 não são consideradas, ou de suas famílias e afetos, no caso de serem consideradas para as compensações tardiamente (BUTLER, 2019). Essas vidas, as vidas *queer* não são consideradas vidas e necessariamente não merecem ser enlutadas.

Assim se dá também com as vidas *queer*, mais precisamente, com as vidas de pessoas transvestigêneres quando o caso é a saúde, seu atendimento e garantia para a

diminuição da precariedade da vida. No Brasil, a gestão pública da saúde para as pessoas transvestigêneres se dá no âmbito da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT). A política, instituída através da Portaria GM/MS Nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011a), pelo Ministério da Saúde (MS), deu-se no bojo das lutas organizadas do movimento social LGBTQIA+, no âmbito institucional, através do Programa Brasil Sem Homofobia - BSH (BRASIL, 2004) e das Conferências Nacionais LGBT (BRASIL, 2008a; 2011b). Sentida e pensada como um divisor de águas para a política de saúde da população LGBTQIA+ no Brasil, a política preconizava atendimento de equidade para estes sujeitos, compreendendo que a discriminação de gênero e de orientação sexual eram fatores de agravos no atendimento dessa população e portanto necessitando de atendimento especializado, formação adequada e políticas afirmativas e equitativas de atendimento para ampliá-lo. Dez anos depois é possível perceber o quanto ainda precisamos avançar para garantir que o Estado mais uma vez não se torne o impositor da precariedade da vida e não aquele que garante a não precariedade.

Vejamos então algumas questões no processo de atenção à saúde das pessoas transvestigêneres e como esses são fundamentais para o não atendimento destas e conseqüentemente na ampliação dos riscos e agravos em saúde e a diminuição de expectativa de vida desta população.

De acordo com Rocon et al. (2015), em pesquisa com pessoas transvestigêneres no estado do Espírito Santo, um dos problemas sentidos por estas é a questão ligada ao nome social. Segundo os autores, o nome junto com o corpo carrega múltiplos sentidos de feminilidade e masculinidade que são constituintes de gênero. A mudança de nome faz o vai e volta das modificações do corpo, onde um incita o outro. Nesse sentido, o nome é tomado como significado ou rótulo, que estabelece os limites no corpo em transformação. Mas mais do que isso, o nome é o fundante de um novo ordenamento de mundo com novas regras (ROCON et al., 2015).

O Ministério da Saúde tem um conjunto de legislações sobre o uso do nome social, dentre estas, a mais importante é a Portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), que garante o uso nas instâncias do SUS. No entanto, essas normativas não foram integralmente acolhidas no cotidiano do trabalho de seus profissionais. Uma das principais queixas no atendimento à saúde de pessoas transvestigêneres é o respeito ao nome social e é um ponto relevante para pensar o não acesso ao cuidado em saúde. Uma

das entrevistadas pelos autores, no artigo, cita a recusa do médico em atender o pedido da paciente e que este usasse o nome social no lugar do nome civil (ROCON et al., 2015).

A desculpa do profissional se dá em torno da legalidade do ato e da necessidade do uso do nome de registro. Aqui assume a negociação tácita daquele que pode definir a vida importante e que merece ser respeitada, da vida precária que pode ser desqualificada como vida. Para Butler (2015) age aqui o esquema interpretativo tácito que consegue distinguir as vidas dignas das não dignas de consideração, que funciona através dos sentidos, diferenciando os gritos que podemos ouvir daqueles que não podemos, as visões que podemos ver das que não podemos, da mesma forma que acontece em relação ao tato e até mesmo ao olfato. Assim podemos pensar que esse médico, homem, branco, cisgênero não consegue tatear a possibilidade da existência de uma pessoa transvestigênera, não sendo possível pensar em uma existência dessa pessoa, pela limitação própria de enxergar o mundo, provavelmente, centrada numa divisão biológica sexual dos seres, esse médico não consegue perceber a existência dessa vida e com isso a desumaniza ao ponto de não respeitar seus desejos, sua identidade e sua cidadania.

Diversos outros relatos dão conta do não respeito ao uso do nome social. Um deles tem uma curiosidade em si. A mesma entrevistada, segundo ROCON et al. (2015), informa que chega e já dá as cartas de como deseja ser chamada, entretanto, caso esse desejo não seja respeitado, já dá logo um show. Os autores explicitam que “dar show” é uma das muitas estratégias das pessoas transvestigêneras para garantirem seu acesso à saúde (ROCON et al., 2015). Isto nos lembra Preciado (2014) sobre Butler e sua performatividade *queer*, que a força política da citação descontextualizada de um insulto homofóbico e da inversão das posições de enunciação hegemônicas que este provoca (PRECIADO, 2014)

É neste sentido que a pessoa transvestigênera invoca esse ser que está intrínseco na sua formação para requerer seu atendimento digno. Nesse sentido Butler (2019) afirma que é preciso de algum modo reconhecer a violência não como uma garantia de política de não violência, mas como veículo de reconhecimento, para reconhecer a precariedade da vida e a condição generalizada de vida violável e não para ser usada como uma maneira diferencial de marcar uma identidade cultural (BUTLER, 2019)

No caso das pessoas transvestigêneras é o que ocorre, na medida em que a sociedade, historicamente, impõe à essas pessoas um traço recorrente de um sujeito que pode ser perseguido e violado por definição e independente de circunstância histórica (BUTLER, 2015). Assim a transvestigênera num arroubo de performatividade *queer*,

aproxima para si o enquadramento social de marginal que lhe é imposto e reflete esse enquadramento em uma atitude necessária para garantir mínimos direitos e garantias de cidadania.

Um outro objeto de análise de precariedade da vida promovida pelo não acesso à saúde se dá em torno dos ambulatórios do processo transexualizador. Instituído através da Portaria GM/MS Nº 1.707, de 18 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008b), do Ministério da Saúde, contemplava somente mulheres transexuais e somente através da Portaria GM/MS Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013), que de fato, aconteceu a inclusão de homens trans e travestis com suas demandas específicas. Apesar de advir de um intenso processo de lutas do movimento social organizado, o processo transexualizador nunca se universalizou pelo SUS, tendo seu atendimento, ambulatorial e/ou hospitalar, concentrado em 12 hospitais universitários federais, na sua totalidade, localizados nas capitais.

As reclamações dos entrevistados, no artigo de Rocon et. al. (2015), vão desde a demora para o acesso a cirurgia de redesignação sexual, que hoje no Brasil está suspensa em todos os hospitais por conta do enfrentamento à pandemia da COVID-19, mas que já vinha apresentando dificuldades, seja na organização da fila, que não é nacional mas local, seja no número de cirurgias que são atendidas no mês.

Além disso, há também o impasse na questão da garantia do atendimento no processo transexualizador, principalmente, na questão do diagnóstico. O grande problema aqui está no fato de que as pessoas transvestigêneres precisam colocar a decisão dos seus corpos sobre o julgamento e a aprovação de pessoas cisgêneras. Assim, de acordo com Butler (2015), esse controle revela duas coisas distintas sobre o corpo e sobre a precariedade da vida, é que como corpos, estamos expostos aos outros, necessariamente pela convivência em sociedade, no caso aqui o atendimento do processo transexualizador e mesmo que isso seja uma condição de nosso desejo, também traz a possibilidade da subjugação e da crueldade (BUTLER, 2015).

Aqui é importante fazer uma análise da questão da desumanização dos corpos. Enquanto pessoas cisgêneras tem possibilidades de prostetização do corpo sem necessidade de laudos e pessoas transvestigêneres pela ótica do atendimento particular também. Pessoas transvestigêneres precarizadas precisam acessar o processo transexualizador pelo SUS, que deveria ser universal e equitativo atendendo a todos. Entretanto, é neste sentido que parece atuar a máquina impositora da precariedade da vida, que na análise de Butler (2019), traria o entendimento de que não são só alguns

humanos que são tratados como humanos, enquanto outros são desumanizados, que parece ser aqui o caso, mas também que a desumanização se torna condição produtora de um determinado humano, na medida em que um sujeito universal se define acima de uma população, entendida, por definição, como ilegítima, se não duvidosamente humana (BUTLER, 2019).

Embora tenhamos feito esse debate de modo mais extensivo no subitem anterior deste projeto ao tratarmos de identidades, conceitos e modos de subjetivação transvestigêneres, temos acordo com Rocon et al. (2015), que pesquisas tem evidenciado o diagnóstico como promotor da seletividade no acesso aos programas e são pautados em estereótipos de masculinidade e feminilidade referendados no gênero binário. Assim, focando no trabalho da equipe multiprofissional, a seleção dos “verdadeiros transexuais” e precarizando o atendimento a todos aqueles outros corpos abjetos que não estão ou não querem estar sob essa ótica binária, mas que ainda assim, de maneira ou de outra, precisam do atendimento do processo transexualizador, seja para atendimento psicológico, seja para controle de ingestão hormonal (ROCON et al., 2015).

Outra questão importante para compreender a precariedade da vida na questão do acesso a saúde de pessoas transvestigêneres está relacionado ao uso de hormônio e silicone industrial por transvestigêneres femininas. Esta problemática se associa ao tema do acesso ao processo transexualizador e, conseqüentemente, da exclusão de determinadas identidades de gênero e de determinados sujeitos considerados não humanos, ou não passíveis de atenção do estado.

Segundo Prates (2014), desconsiderando as diferenças teóricas e conceituais acerca das categorias de identidade, é fato que os indivíduos acionam tecnologias de mudança corporal para adquirir características atribuídas a outro sexo que podem ser leves, como depilação ou maquiagem, ou profundas, como ingestão de hormônios e silicone industrial, geralmente desassistidas.

A mesma autora também diz que mesmo com toda a assistência prevista pelo processo transexualizador, pessoas com idade inferior ao previsto para o atendimento, bem como aquelas que por algum outro motivo, talvez porque não sejam “transexuais verdadeiros”, como vimos acima, faz com que tais sujeitos fiquem relegados à automedicação com hormônios e o trabalho das bombadeiras (PRATES, 2014).

Para Prates (2014), a ideia da existência de uma continuidade entre sexo, gênero e sexualidade permeia o senso comum e formata o acesso ao processo transexualizador posto em prática pelas equipes multidisciplinares, que como vimos, afasta sujeitos

transvestigêneres que desobedecem a esses sentidos comuns, normas e regras. Tendo em vista que “sobre as travestis por exemplo, entende-se que não desejam ser homem ou mulher, mas travestis” (PRATES, 2014, p. 128).

Mesmo em desacordo ao olhar cisheteronormativo da binariedade de gêneros, que não consegue compreender feminilidades, fora do espectro da mulher, para determinar que, sim, travestis são mulheres e que constroem toda uma outra ótica de feminilidade nas performances de gênero. Portanto, várias delas podem ter origem na feminilidade clássica enquanto várias outras são compostas e algumas vezes exageradas pela construção da própria identidade travesti. Podemos perceber o quão caro as pessoas transvestigêneres podem pagar por confundir as fronteiras de gênero e por evidenciar os limites da binariedade. Desta forma, “o preço é composto por exclusão, violência, preconceito e discriminação, além da desconsideração da única condição que deveria ser vista como essencial: a de sujeito de direitos” (PRATES, 2014, p. 128).

Procuramos salientar a questão do silicone industrial e do processo transexualizador porque, muito embora sejamos imensamente reconfortadas em saber que de alguma maneira uma parte das pessoas transvestigêneres poderá ser atendida em suas necessidades, pelos ambulatorios do processo transexualizador, uma outra grande parte dessas, principalmente, as que são mais precarizadas, pois primeiro se entendem e constroem suas identidades e modos de subjetivação à margem de uma ótica binária cisteheterossexista, estarão relegadas a própria sorte, uma vez que os protocolos, ou mesmo os profissionais responsáveis pelo processo transexualizador, as excluirão do atendimento em saúde.

Seguindo a ótica da precariedade da vida de Butler (2015), é um bom momento para formular a questão: quem somos nós na atualidade em que o capital avança com uma crise que se estende por vários anos e o neoliberalismo cobra, com unhas e dentes, a sua parte no bolo que deveria ser de todos, quais vidas são consideradas valiosas, quais vidas são enlutadas e quais vidas são consideradas não passíveis de luto?

Não poderíamos nesse momento deixar de incluir, nesse estudo, a realidade da vida que passamos, enquanto escrevemos esse projeto, para tentar associar o modo como a pandemia da COVID-19 tem papel fundamental no aprofundamento da precariedade da vida de pessoas transvestigêneres.

Essa questão torna-se perceptível, por exemplo, quando a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), através do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) e da MPact Global Action for Gay Men’s Health and Rights, alertam para a

preocupação de que, em alguns lugares do mundo, LGBTQI+ estão sendo culpabilizados indevidamente de serem vetores da Covid-19, repetindo o estigma do HIV sobre a população LGBTQI+, particularmente, transvestigêneres e sinalizam como isso impacta na saúde física e mental, na dignidade e na segurança desses sujeitos (UNAIDS, 2020). Além disso, uma outra pesquisa, em todo território brasileiro, do coletivo #VoteLGBT, faz o alerta sobre o aumento da violência familiar, com a diminuição das saídas e aumento do isolamento social (VOTELGBT, 2020).

Segundo Butler (2019) nem todas as formas de precariedade são produzidas por arranjos políticos e sociais, o que não é o caso em questão, mas continua sendo uma tarefa política minimizar a condição de precariedade, visto que são os enquadramentos produzidos pelos arranjos políticos e sociais que definem qual vida é digna de ser vivida, e qual vida poderá sofrer mais, em um momento de aprofundamento da precariedade geral como é o caso neste momento, em que vivemos uma pandemia que aprofunda uma crise global do capital, que permitiu que enfrentássemos uma pandemia da maneira que estamos fazendo agora, sem nenhum preparo (HARVEY, 2020).

Nesse sentido, a pesquisa do coletivo #VoteLGBT revelou como pessoas trans são as mais precarizadas através de uma metodologia de índice de vulnerabilidade que coloca as pessoas trans entre as mais vulnerabilizadas por conta do isolamento social e da pandemia da COVID-19.

No contexto da pandemia da COVID-19, não seria diferente a maneira como o Estado e a estrutura social organizam as mortes enlutáveis daquelas que não o são. O aumento da violência contra as vidas LGBTQIA+ e o alto índice de mortes negras, neste momento pandêmico, parece estar associada a esse fenômeno. Assim como essas vidas não foram públicas e democraticamente acolhidas na identidade nacional e na garantia da cidadania plena, parece acontecer a mesma coisa com essas vidas que se mantêm subalternas, hierarquizadas, silenciadas e aniquiladas nesse momento em nosso país.

Ademais, ao refletir sobre as consequências da pandemia, Butler (2020) mostra exatamente o que tratamos acima. Cabe ressaltar que o vírus aparentemente não discrimina e dá falsa impressão de democracia, segundo a forma com que ataca, demonstrando que de fato e de alguma maneira, a comunidade humana é igualmente precária. Ao mesmo tempo, o fracasso no modo com que determinados Estados não se prepararam, como no fechamento de fronteiras com políticas nacionalistas xenofóbicas, junto com a exploração do sofrimento pelo capital, demonstram a velocidade com a qual a desigualdade radical – incluídos aí o nacionalismo, a supremacia branca, a violência

contra mulheres, a pessoas *queer* e a tranvestigêneres – “e a exploração capitalista encontram formas de reproduzir e fortalecer seus poderes no interior das zonas de pandemia. Isso não deve ser surpresa nenhuma” (BUTLER, 2020, n/p.).

3.4. PRECARIEDADE DA VIDA E MERCADO DE TRABALHO

Uma terceira questão que gostaríamos de tratar nesse momento, em que analisamos a precariedade da vida de pessoas transvestigêneres no Brasil, diz respeito de como é construído o acesso ao mercado de trabalho dessa população. Muito embora possamos ser questionadas se quando abordamos de precariedade no acesso ao mercado de trabalho, estamos tentando inserir pessoas no modo de exploração capitalista, acreditamos que, enquanto não conseguimos superar o modo de exploração que se tem, é importante lutar para que a prostituição não seja compulsória na vivência do trabalho de pessoas transvestigêneres em geral.

Acreditamos haver certo tipo de perversidade nesse questionamento quando pensamos nos modos de subjetivação desses sujeitos transvestigêneres e suas construções sociais com o mercado de trabalho e de como a exclusão, seja na entrada, ao selecionar o currículo, seja nos processos seletivos no confronto da figura abjeta, seja na contratação quando se descobre através dos documentos de identificação que aquela pessoa é uma pessoa transvestigêneres, aumentam a precariedade da vida e afastam essas pessoas desse mercado.

Quando vivemos em um modo de produção onde a sobrevivência, a construção do sujeito, o direito à cidadania e à identidade, dependem em si do dinheiro do que um posto ocupado no mercado de trabalho poderia promover, é impossível não pensar nessa opção de luta para o acesso das pessoas ao mercado de trabalho.

Essa problemática do questionamento acerca da inserção no mercado de trabalho como forma de aumentar o sofrimento do ser, parece-nos vir direcionada, normalmente, de pessoas que desconhecem completamente a vivência de uma pessoa transvestigêneres. Parece haver também nessa peleja uma transfobia disfarçada de bom samaritanismo ou de marxismo ortodoxo clássico.

Entretanto, essas mesmas pessoas que defendem a revolução transvestigêneres, nos exigindo que não queiramos ocupar o mercado de trabalho para que não sejamos inseridas em sofrimento, como se nossas vidas não fossem precárias o suficiente, são aquelas que dizem, quando estamos nos organizando politicamente em volta da questão da identidade

dos sujeitos, que nossa luta é identitária ou que estamos inseridos na doença infantil do comunismo. Isso só para citar duas das falas equivocadas que já ouvimos quando sugerimos que a luta transvestigênere está em pé de igualdade com a luta de classes e que sem a participação desses corpos transvestigêneres é impossível haver a superação desse modo de produção.

Introduzimos a questão do mercado de trabalho para pensar os modos de precarização da vida sobre corpos transvestigêneres. Desta maneira porque acreditamos imensamente no poder transformador que o acesso ao mercado de trabalho pode ter na vida desses corpos. Mas não só por isso, mas porque pensamos que, muito embora queiramos um maior número de pessoas transvestigêneres no mercado de trabalho, queremos também que a autonomia de auto-agenda seja suficiente para que essas pessoas, ainda que escolham continuar na prostituição, possam ter seus direitos respeitados e garantidos como qualquer outro/a/e trabalhador/a/e inserido/a/e no mercado de trabalho.

O questionamento citado acima me foi feito em uma banca de seleção pública para ingresso no mestrado e que tem agora este projeto de qualificação como produto. Cada vez que pensamos sobre isto, sentimos um incômodo, primeiramente, pelo fato de que não se podia responder naquele momento da maneira como queríamos e, segundo, porque revela o total desconhecimento da área de conhecimento da docente, acerca das identidades transvestigêneres, seus modos de subjetivação e necessidades de vida e, claro, da precariedade da vida em que estamos inseridas.

Por outro lado, esse questionamento nos fez pensar e cada vez mais aprofundar o referencial teórico dessa pesquisa, que é o conceito de precariedade da vida, a partir de Butler (2015). A filósofa judia-americana trabalha a questão do enquadramento que se faz de determinados sujeitos e de como esse enquadramento pode determinar o modo como esses sujeitos serão inseridos e pensados dentro da sociedade. Assim para Butler (2015), a categoria “humano” pode ser pensada como um valor e uma morfologia que podem ser determinados a certos sujeitos ou retirados, pode ser exaltado, personificado, degradado ou negado, pode ser aumentado e afirmado (BUTLER, 2015).

Assim ocorre um fenômeno que chamaríamos de *bondade às avessas*. O que se dá é que um determinado indivíduo da sociedade, algumas vezes, até autoproclamado aliado, pretende uma bondade, dizendo tentar salvar determinada categoria da maldição, ou do ódio, ou da exploração. Entretanto, o que se dá é que esse sujeito, autoproclamado aliado, é também um opressor, obviamente, no caso das pessoas transvestigêneres, dada por essa estruturalidade da cisheterossexualidade. Nesse sentido, o opressor-aliado toma

para si o que Butler (2015) denomina de mutabilidade da “condição de humanidade”. Ele requer para si essa condição “natural” de humanidade, uma vez que se encontra na posição do sujeito universal, não-trans e branco de direitos (BUTLER, 2015)

Essa condição de naturalidade de humanidade é invocada não para garantir para outros essa mesma condição. Ela é invocada para demonstrar que enquanto esse sujeito universal de direitos tem para si a humanidade “natural”, aquela categoria que esse determinado sujeito se associa como opressor-aliado precisa batalhar muito para garantir o acesso a eles (BUTLER, 2015). Nesse sentido, tal sujeito trabalhará como um negador dessa humanidade “natural” e não como um garantidor dela.

Para analisar a situação do mercado de trabalho e a precariedade da vida que se instala, quando não se está inserido nele, como as pessoas transvestigêneres, precisa-se, primeiramente, considerar a diminuta produção e debate acerca do acesso ao mercado de trabalho de pessoas transvestigêneres. Assim, segundo a pesquisa de Almeida e Marinho (2019), mesmo com toda a visibilidade dada às identidades trans na mídia, na política, na academia e mesmo com toda a importância da temática identidades transvestigêneres e trabalho, a discussão ainda é bastante diminuta na produção acadêmica brasileira e na sociologia do trabalho.

Tal fenômeno revela como a transfobia estrutural das relações sociais capitalista faz com que tenhamos dificuldades, inclusive, em produzir números a respeito do tema em questão. Particularmente, no caso de travestis, que depois receberam a categorização de transexuais e em seguida de transgêneros, como vimos anteriormente, sem, contudo, alterar a sua marca de abjeto como modo de controle e de enquadramento social.

Assim, notícias como as que seguem abaixo, eram comuns de se ver nos jornais da época da ditadura, por exemplo:

Militantes de 13 organizações se reúnem, à noite, na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo em protesto contra as operações Limpeza e Rondão, comandadas pelo delegado José Wilson Richetti. Desde abril daquele ano, as polícias civil e militar vinham prendendo e espancando prostitutas, travestis e homossexuais no centro da cidade e em outras regiões da capital paulista. As ações tinham o apoio do comandante do 2º Exército, general Milton Tavares, e do governador Paulo Maluf.

Grupos homossexuais, feministas e negros passaram a se mobilizar contra a Operação Limpeza. Denunciaram as violências em entrevistas coletivas, entraram com representação judicial contra o delegado e fizeram panfletagem na cidade. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa convocou o delegado e o secretário de Segurança Pública, Otávio Gonzaga Jr., para prestar esclarecimentos.

Durante o ato público, os organizadores do protesto exigiram a imediata destituição do delegado Richetti, o fim da violência policial e da discriminação racial e sexual, bem como a garantia do direito de ir e vir” (INSTITUTO LULA; s. a., s. p.).

A notícia em questão demonstra o enquadramento que a polícia da maior cidade do Brasil à época dava às pessoas transvestigêneres. Éramos consideradas marginais e vagabundas, devendo submeter a limpeza social e extirpadas da cidade. Essa questão do enquadramento parece permear todos os espaços de socialização das pessoas transvestigêneres. Enquanto a sociedade se organiza em torno de um sujeito universal branco heterossexual não-trans, o Estado procura fazer com que a sociedade seja composta desse sujeito universal. Assim, para que esse enquadramento dê certo, segundo Butler (2015), a liberdade de expressão pessoal se dá na contestação da diferença cultural e essa contestação explícita como a violência do Estado investe na homogeneidade, na medida em que aplica políticas excludentes para racionalizar as políticas estatais.

Como visto no excerto acima, a operação que forjada pelo lado repressor do Estado, denominada de limpeza e rondão, tinha como uma de suas atribuições a de prender travestis. Isso caracteriza o enquadramento que o Estado brasileiro, há muito, dá às pessoas transvestigêneres, como marginais destituídas de direito e de vida em sociedade. Assim, o mal é personificado em um rosto e “tal rosto é maligno, e esse mal extrapola o próprio rosto e se estende ao mal que pertence aos humanos em geral – o mal generalizado” (BUTLER 2019, p. 120).

Esse enquadramento do mal personificado pode ser visto, por exemplo, em alguns trabalhos que descrevem o que chamamos de afeição ao crime para designar transvestigêneres como pessoas que naturalmente não trabalham e podem ser consideradas marginais ou vagabundas e assim serem facilmente enquadradas na lei da vadiagem, por exemplo, como era o que acontecia nas ações do referido delegado do caso. Assim, as pessoas transvestigêneres enquadradas como o mal personificado, não podem ocupar o mercado de trabalho, visto que por muitas vezes elas não tem a formação e nem mesmo oportunidades, porque o mercado exclui e outras porque já estamos naturalmente marcadas por passagens criminais, mesmo que não sejam verdadeiras.

Serra (2018) menciona a categoria de bode expiatório, que significa os casos em que pessoas suspeitas se defendem, apontando uma travesti como a “verdadeira autora” do crime. Segundo o autor, a figura da travesti é sempre invocada sem nenhum respaldo além da construção social travesti marginal, visto que não é preciso prova, uma vez que

travestis são consideradas pessoas afeita ao crime, desviantes, criminosas, viciadas e assim se transformaram em instrumento estratégico de defesa jurídica.

É assim que, segundo Serra (2018), se estabelece que a justiça brasileira, no caso da pesquisa do autor, representada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), legitima a prática da segurança pública militarizada, que se dá na guerra às drogas e produz nos corpos transvestigêneres as marcas do desvio e da criminalidade. Nesse sentido, quando transvestigêneres são descritas como autoras, desnecessário toda a praxe jurídica, basta a presunção da intenção para que estas possam ser criminalizadas.

É importante pensar nos enquadramentos que os corpos transvestigêneres sofrem, seja do legislativo, do judiciário, da sociedade, porque os dados sobre inserção no mercado de trabalho são diretamente proporcionais a esses enquadramentos.

Segundo pesquisas realizadas nos eventos nacionais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e atualizadas, recentemente, nos três últimos dossiês sobre os assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020; BENEVIDES, 2021, BENEVIDES 2022), 90% da população transvestigênera utiliza a prostituição como fonte de renda e na possibilidade de subsistência por conta da baixa escolaridade provocada pela exclusão escolar, conforme sinalizamos acima e que gera, conseqüentemente, maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho.

Para Almeida e Marinho (2019), embora a produção de estudos e pesquisas sobre pessoas trans e trabalho seja diminuta, o que se tem, aponta para a ocupação dessa população no mercado de trabalho no setor de serviços e como profissionais do sexo, principalmente, as mais pobres e negras, geralmente, expulsas de casa quando jovens, em média de 13 a 15 anos. Os autores reforçam a analítica dos dados da ANTRA, acima, embora com um universo delimitado e enxuto, a partir de uma pesquisa qualitativa sobre a trajetória no mercado de trabalho, com a seleção de pessoas trans entrevistadas que revelam questões sobre o tema.

A primeira aferição que os autores fazem é que as pessoas transvestigêneres entrevistadas associam o mundo do trabalho a um *campo minado* (ALMEIDA; MARINHO, 2019, p. 122), pelo medo de situações “explícitas” de transfobia. Essas pessoas convivem com o medo constante de passarem por situações de violência transfóbica e que prejudica também a permanência no mundo do trabalho.

Percebemos então que a questão é muito mais complexa do que inserir no mercado de trabalho para a exploração do capital ou garantir a permanência dessas pessoas no

mercado de trabalho. Os enquadramentos que a sociedade faz dos corpos transvestigêneres, bem como a precariedade da vida, explícita para esses corpos já na tenra idade, quando os traços da transvestigeneridade começam a aparecer, seja na escola, em casa ou nos demais círculos da sociabilidade que convocam o sujeito a um estado de não vida. Butler (2019) tomando a argumentação de Agamben, de que um sujeito privado de direitos de cidadania está numa zona de indeterminação, que não vive como um animal político que se organiza pela lei, está morto, portanto, fora da condição do estado de direito.

Parece ser exatamente esse o caso em questão. Além das pessoas transvestigêneres terem pouco acesso ao mercado de trabalho, enfrentam também a dificuldade da permanência, uma vez que a transfobia estrutural da sociedade cisheterossexista não garante o estado de direito de cidadania a estes corpos considerados abjetos. A ótica da precariedade da vida mostra sua face, revelando que ainda que a pessoa tenha acesso ao mercado de trabalho formal, há uma estrutura social, que garante para essas pessoas transvestigêneres o enquadramento como sujeito fora da norma e conseqüentemente como não detentor do estatuto de cidadão de direitos de cidadania.

Vale lembrar que mesmo quando a pessoa transvestigênera acessa o mercado de trabalho a coisa se dá sobre a ótica da precariedade da vida. Algumas exigências como a entrega de currículos e a falta do nome social, aliada ao alto valor da retificação de nome e gênero cobrada pelos cartórios, principalmente, em Minas Gerais, faz com que os sujeitos procurem cada vez mais o mercado de trabalho informal, que não coloca essas exigências seletivas, que por si são excludentes, no sentido que buscam candidatos dentro do padrão do sujeito universal. Este é o caso de Fernando, por exemplo, citado por Almeida e Marinho (2019), que trabalhando em carros de comida, com várias funções e se expõe a uma realidade de trabalho informal e os riscos de acidente.

3.5. PRECARIEDADE DA VIDA, ENQUADRAMENTOS E SUJEITO UNIVERSAL

Como podemos observar, a precariedade da vida é a marca dos corpos transvestigêneres, seja na educação, saúde, mercado de trabalho ou em qualquer outro lugar de construção e de produção e reprodução da vida social.

Corpos transvestigêneres são considerados abjetos e desde a mais tenra idade, colocados em um lugar de precariedade da vida. Esta contradição é curiosa porque desde criança somos aviltados, com todo o tipo de xingamento, somos as bichas, os viadinhos, baitolas, viados, gays, safados, perversos e poderíamos continuar escrevendo linhas e

linhas de insultos que pessoas transvestigêneres sofrem em seu desenvolvimento e sociabilidade.

Seja na escola, em casa, em diversos territórios, o corpo transvestigênera não é enlutável. Para além de todas as estatísticas sobre a média de idade, de assassinatos brutais ou que 90% de nós ocupamos o mercado informal de trabalho na prostituição, parece haver na sociedade cisheterossexista um acordo tácito de morte que, conforme Butler (2019), determina quem são os corpos não enlutáveis, porque a perda de algumas pessoas ocasiona o luto e de outras não. Portanto, essa distribuição desigual do luto decide que nós não devemos ser enlutados, em contraponto aos corpos inteligíveis, que merecem o luto. Assim esse acordo mantém as concepções excludentes de quem é humano.

Nesse sentido, parece haver um enquadramento utilizado pelo Estado e pela sociedade cisheterossexista em geral baseado em um modelo universal. Esse modelo universal é do sujeito branco, heterossexual e masculino. Figura essa portadora de todos os direitos básicos, logo, aquele que conta com toda a estrutura de suporte para afastar a precariedade da vida, pois humano. Assim, pensando na violência global recente, mais especificamente, a violência contra corpos transvestigêneres, a pergunta é: quem conta como humano, quais vidas são vidas e o que concebe a essa vida ser passível de luto? (BUTLER, 2019)

Esse sujeito universal criado pela sociedade como aquele detentor de todos os direitos, inclusive o de decidir sobre quem merece os mesmos direitos ou não, responderia a essas perguntas latentes feitas por Butler no parágrafo acima? Entendemos que em parte sim. Mas existem algumas outras respostas, ou perguntas que precisaríamos responder.

Se corpos transvestigêneres, tão logo se determinem como tal, ou comecem a transparecer como tal para a sociedade ou mesmo possuam alguma sombra de que poderão vir a ser corpos transvestigêneres, quando ainda esses corpos não tem a mínima noção do que pode configurar gênero ou sexualidade, começa-se imediatamente a serem humilhados, rechaçados e ameaçados publicamente, parece haver então uma total desconsideração da sociedade para com esses corpos. Assim, desde o menor sinal de incongruência entre gêneros biológico x social, parece haver um rompimento da tecitura de garantir àquele corpo uma rede social de proteção e o seu pleno desenvolvimento.

Rompida essa estrutura, tal corpo já pode prescindir dessa rede social e das possibilidades de uma vida em sociedade digna de ser vivida e de ser chorada também quando perdida. O luto passa a ser uma coisa dispensável para esses corpos, obviamente, porque só tem direito ao luto, o corpo que se assemelha com o sujeito universal detentor

dos direitos. Assim, ao se permitir o luto aos corpos que destoam da estruturalidade do corpo branco viril e masculino, estaria feita uma equiparação entre corpos que, na ótica da sociedade cisheterossexista atual, seria impossível. Com isso, o luto passa a ser algo temido e o medo dessa sociedade, baseada na cisheteronormatividade, pensa rapidamente em como bani-lo, não pelo luto destinado aquele corpo transvestigênera em si, mas sim para atender e devolver a fantasia de que o mundo sem aquele corpo era ordenado (BUTLER, 2019).

Assim, parece haver no Estado atual uma organização tácita para que corpos transvestigêneres não sejam lamentados. Ou para que o enquadramento que se dá a esses corpos, no momento de sua morte, seja aquele que transforma determinado corpo em não lamentável. Acreditamos que isso se dê porque existe, para os governos, a necessidade de regular e controlar quem será lamentado publicamente e isso nos leva a uma pergunta elaborada por Butler (2019, p. 45), “por que os governos procuram com tanta frequência regular e controlar quem será e quem não será lamentado publicamente?”

A resposta para essa pergunta, considerando a população tranvestigênera, parece estar associada ao enquadramento que se dá sobre esses corpos. A condição compartilhada de precariedade da vida então não conduz ao reconhecimento dessas pessoas como igualmente perecíveis, mas sim as colocam como população-alvo, consideradas vidas que não são exatamente vidas e com isso não passíveis de luto. (BUTLER, 2015). Isso se dá porque necessariamente a construção da identidade das pessoas transvestigêneres se dá pelo tergiversamento da norma cisheterossexista dominante. É assim que ao desafiar essa norma, homens de buceta e mulheres de pau adquirem automaticamente um selo de vida destrutível, uma vez que não segue o padrão da norma que garante a esses corpos uma rede de proteção que os tornaria corpos capazes de produção e reprodução da vida para a exploração do capital. Assim, essas vidas são perdidas e deixam de ser objeto de lamentação, uma vez que a perda dessas populações é necessária para que a vida dos “normais” possa ser protegida (BUTLER, 2019).

Nesse sentido entende-se de que maneira o luto não existe para essas vidas. É que de uma maneira brutal, aquele corpo desafiador da norma perde sua vida ao desafiar a norma, perde sua vida vivendo. Assim destituído de sua categoria de corpo vivo, esses sujeitos já não são importantes para a população em geral e conseqüentemente destituídos da possibilidade do luto e da lamentação. Assim parece estar estabelecida uma condição para que um conjunto de vidas não seja considerado precário e logo passível de morte sem direito inclusive à lamentação (BUTLER, 2015).

Felizmente podemos pensar que existe a possibilidade de rompimento desses enquadramentos que se dão sobre os corpos e sujeitos que transgridam determinadas normas padrão. Este é um trabalho que busca romper com esses enquadramentos trazendo à baila não só a formação das identidades transvestigêneres, mas também de uma escrevivência, de um outro lugar possível, no sentido de romper com esse enquadramento dado pela sociedade, de pessoa afeita ao crime, a de pessoa afeita às letras, no lugar de prostitutas vagabundas, de prostitutas vivas e com direito à vida e a exercer dignamente seu ofício.

A meta é expor o enquadramento único que essa sociedade cisheterossexista impôs sobre esses sujeitos transvestigêneres porque assim, quando esse enquadramento rompe consigo mesmo, essa realidade aceita sem discussão, colocada em xeque, mostrando, segundo Butler (2015), a orquestragem das autoridades que procuravam controlar os enquadramentos.

4. AS TRANSVESTIGÊNERES TRABALHADORAS SEXUAIS DE JUIZ DE FORA NA BATALHA DA PISTA

O desenvolvimento socioeconômico e cultural brasileiro, enquanto país colonizado na América Latina, que por mais de 350 anos usou mão de obra escravizada para explorar a terra, a mineração, as águas etc., nos deixou um triste legado na formação social e política brasileira. Na atualidade ainda vemos pessoas racistas, LGBTfóbicas e sexistas ainda afirmarem que aqui nunca existiu tais marcadores de opressão e dominação de raça, sexualidade e gênero, como se vivêssemos em um paraíso, obviamente, artificial, criado na mente de cada uma destas pessoas que não conseguem perceber o quanto vivemos em uma sociedade conservadora e desigual.

Esse legado deixado para o país pode ser visto em inúmeros processos de estratificação social e opressão, como o quartinho de empregada, a senzala revisitada, ao machismo e a misoginia que refletem uma sociedade que por muitos anos não respeitou, e não respeita, o direito das mulheres à uma vida digna e sem assédios moral e sexual. Principalmente, porque pelas bandas de cá, o corpo das mulheres pretas sempre pertenceu ao seu senhor e obviamente mercadoria não carece de respeito.

É nesse caldo fervilhante chamado Brasil, que recentemente passou pela maior crise sanitária mundial, mas também por uma crise política, onde a extrema direita alcançou o poder, através do voto e que promoveu uma completa destruição das poucas políticas públicas que o movimento social conquistou nos últimos tempos e implementou um apagão de dados para justificar tanto uma política de valorização da família cisheterossexista-monogâmica, tanto uma política de morte à todos os corpos abjetos que não se enquadram nessas linhas.

Essa dissertação de mestrado foi feita em parte, enquanto passávamos por uma situação de calamidade pública. Uma emergência sanitária internacional, a pandemia que só no Brasil matou mais de 700 mil pessoas -óbitos confirmados-, segundo o site oficial do Ministério da Saúde (BRASIL, 2023). Esse foi também um dos motivos da mudança do tema e do enriquecimento que trouxe para essa pesquisa, embora o trágico cenário que se apresentou para nós.

Em março de 2020, tínhamos assistido apenas a primeira aula do curso quando fomos surpreendidas com as medidas emergenciais para evitar a dissipação de um novo vírus SARS chamado coronavírus. Naquele momento, como ainda hoje, compúnhamos junto com nosso orientador na pesquisa, o professor Marco José de Oliveira Duarte, o Centro de Referência LGBTQIA+ da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por conta

disso fomos provocades por uma amiga do tempo em que vivemos na Europa sobre o que poderíamos fazer para as transvestigêneres, no contexto das medidas de fechamento de comércio e serviços para evitar que elas morressem de fome.

Não tínhamos resposta para essa pergunta. Mas de uma coisa tínhamos certeza: era urgente a organização de uma rede de apoio que afastasse a precariedade da vida dessas pessoas transvestigêneres que se viram de uma hora para outra em estado de insegurança alimentar e sabiam que:

“Não é só que alguns humanos são tratados como humanos, enquanto outros são desumanizados; é, antes, que a desumanização se torna a condição produtora do humano na medida em que uma civilização “ocidental” se define acima e contra uma população entendida como, por definição, ilegítima, se não duvidosamente, humana.” (BUTLER, 2019, p.80)

Essa certeza da precariedade da vida e desse tratamento dispensado pela população cisgênera a nós, confessado depois em uma conversa no campo, fez com que essa amiga nos procurasse.

A partir deste chamamento, organizamos o que se convencionou o campo de pesquisa, uma vez que, fechada a rua, ela se transferiu para um grupo de *WhatsApp*. Ali, organizamos vaquinhas para a doação de cestas básicas e “caixinhas”, pequenas quantias que distribuíamos mês a mês antes que o auxílio emergencial de seiscentos reais fosse oferecido pelo governo. Também ali pudemos dividir um espaço organizativo, de acolhimento e ajuda para enfrentarmos a situação que amedrontava a todes. A pergunta que não era feita: Sairíamos vivas desse pandemônio?

Esse processo organizativo que dura três anos, se canalizou na percepção da necessidade da construção de uma associação que pudesse gerir a organização de transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora. É bom lembrarmos que Juiz de Fora é a cidade do Miss Brasil Gay, festa que acontece desde 1976¹³. Além disso é também uma das primeiras cidades com lei municipal anti-homofobia do Brasil, a Lei Nº 9.791, de 13 de maio de 2000 (JUIZ DE FORA, 2000), vulgarmente conhecida como “lei rosa”. Entretanto pessoas transvestigêneres sempre estiveram relegadas nesses eventos, ao lugar do close e da futilidade, sem serem verdadeiramente incluídas na discussão política de seus interesses. Assim em setembro de 2021 nasce a Associação de Travestis, Transgêneres e Transexuais de Juiz de Fora (ASTRA-JF) a fim de sanar esse lapso de

¹³ Ver o histórico do concurso no site dele, disponível em: <<https://www.missbrasilgay.com.br/a-historia>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

inclusão organizativa que contemple as necessidades das pessoas transvestigêneres. Toda essa organização, e obviamente a percepção de uma auto-agência transvestigênera que até mesmo na nossa cabeça, e inocência, eram desconsideradas, nos fez perceber que talvez precisássemos nos aprofundar no assunto e buscar respostas para dúvidas que nos afligiam. Essas respostas vieram através de entrevistas semiestruturadas feitas com 6 (seis) das participantes desse grupo separadas por idade/geração, sendo duas mais velhas, duas medianas e duas mais novas.

4.1. A BATALHA DA PISTA COMO TRABALHO

Para a análise acerca do trabalho sexual inserido no contexto das novas organizações do trabalho, nos debruçaremos sobre a produção científica a partir da base de dados de publicação de periódicos das áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, com uso dos descritores travestis, transgêneros e prostituição, com avaliação pelo Qualis Periódicos da CAPES, entre A1 e B4, além de livros, teses e dissertações que tratem do tema publicados nos últimos 10 anos.

Nossa pesquisa nos retornou 36 periódicos, duas dissertações e um livro, dentro dos critérios e descritores estabelecidos. Dentro desse material, analisaremos a organização do trabalho na prostituição no Brasil, a partir das contribuições das obras e também sobre os dados coletados em nossa entrevista, uma vez que uma das perguntas de nosso roteiro semi-estruturado versava sobre o tema.

Tabela 1 – Quadro sinóptico de caracterização do material bibliográfico analisado pela pesquisa (quantidade, tipo de material e assunto abordados) analisados pela pesquisa

Quantidade	Tipo de Material	Assunto Abordado
8	Artigo	Pessoas Transvestigêneres
7	Artigo	Prostituição e Feminismo
6	Artigo	Trabalho e Prostituição
4	Artigo	Prostituição
3	Artigo	Tráfico de Pessoas
2	Artigo	Psicologia
1	Artigo	Prostituição Vivência e Luxo
1	Dissertação	Gênero e Prostituição
1	Dissertação	Prostituição e Cidadania
1	Livro	Prostituição e Território

Fonte: Sistematização da autora

De todos os periódicos, apenas um tratava sobre prostituição travesti, uma produção de Larissa Pelucio, de 2005, que está fora inclusive de nossas métricas metodológicas. Os outros abordam as pessoas transvestigêneres em 8 artigos; prostituição e feminismo com 7 artigos; trabalho e prostituição com 6 artigos; prostituição com 4 artigos; tráfico de pessoas com 3 artigos; psicologia com 2 artigos; e vivência e luxo com 1 artigo cada.

A criminalização da prostituição carrega inúmeros elementos patriarcais, mas também é um dispositivo de controle social que define quem, na quebrada da pista e na precariedade da vida, merece viver e quem merece morrer, quem é a limpa e quem é a suja, quem é a honesta e quem é a prostituta. Esse dispositivo, usado de maneira tão auspiciosa por aquelas que só tirariam vantagem dele foi construído a partir da consolidação da ordem burguesa no século XIX, através da disciplinarização da prostituição urbana, junto com um padrão de civilidade burguesa. Assim, segundo Ramos (2019), a atuação repressora à prostituição foi se constituindo de modo que se leva a criação de territórios específicos para não ameaçar os valores morais da urbanidade moderna.

Todas as narrativas sobre território das entrevistadas, como tentamos trazer na análise, têm o mesmo discurso, que parece natural, de que os homens precisam do anonimato para se tornarem clientes e que por isso é necessário estar em lugares onde as pessoas não questionariam a nossa presença e conseqüentemente a dos nossos clientes, mas a realidade é que essa questão é também sobre a segregação e a repressão. “Se eu resolvesse ficar sentada no meio da Rio Branco eu não conseguiria nada e ainda seria escorraçada de lá.”, afirma Lélia. A mesma coisa acontecia enquanto vivi na Europa trabalhando ativamente na prostituição. Todos os pontos de prostituição eram longe da cidade e em estradas normalmente pouco habitadas ou sedes de indústria. As poucas pessoas que tentavam se prostituir nas pinetas¹⁴ eram duramente reprimidas pela polícia, presas para averiguação, levadas para passar a noite na delegacia da cidade, sendo soltas no outro dia pela manhã em meio ao rebuliço central da cidade com as roupas e a maquiagem todas tombadas.

Assim Ramos (2019) analisando a história da prostituição e da sua regulação nos informa que o primeiro compêndio sobre a prostituição que se tem conhecimento é o de Alexandre-Jean-Chatelet, um médico parisiense, higienista e que via a cidade como um

¹⁴ Pinetas são parques de pinheiros, normalmente áreas arborizadas da cidade onde as pessoas usam durante o dia para fazer exercícios físicos, mas a noite, por conta da discricção, podem ser usadas para outros fins.

grande organismo que precisava ter suas “patologias” expurgadas. Sua obra mais importante é uma pesquisa de oito anos sobre a prostituição em Paris e é considerada a sua contribuição mais importante em higiene e saneamento público que é onde a prostituição se encaixava naquele momento. Segundo a autora esse tratado teve diversos lançamentos, todos pós morte do autor, alguns deles com acréscimos, outros com retiradas, mas sempre com o tratado versando sobre a prostituição como um “mal necessário”, para ele, o esgoto e a prostituição eram males necessários para a humanidade e por isso precisavam ser tratados para diminuir o mal que causavam.

É no pós-revolução francesa, segundo a autora, que o sistema francês de prostituição é instaurado. Baseado nas ideias de Chatelet, que teve seu estudo republicado nesse momento e nas ideias do iluminismo, a organização para separar as prostitutas das pessoas “normais” começa a ser debatida, e a remodelação da cidade, do medieval para o moderno comporta também o ideal urbanístico do homem civilizado. É nesse momento também que uma nova mulher ideal surge, em parte porque o campo se esvaziava e era necessário o trabalho do cuidado na cidade, entretanto essas mulheres precisavam ser comedidas, obedientes.

É assim que começa a surgir, segundo Ramos (2019), a ideia de uma mulher submissa e bondosa em contrapartida às mulheres que lutavam por uma vida melhor nos campos e nas cidades. De um lado mulheres que se submetiam ao regime de trabalho e ao controle marital e de outro, mulheres que não se deixavam admoestar e, conseqüentemente, por conta da falta da esfera do matrimônio para essas mulheres, o aumento da prostituição e em conjunto o aumento do seu controle com a figura dos inspetores de costumes por exemplo.

A partir desse controle é criada a figura da mãe higiênica baseado em um sistema de codificações morais que defendia a família nuclear monogâmica, essa identidade materna, submetida aos princípios médicos se contrapõe à figura da degenerada prostituta. Assim, cada vez mais o controle sobre o corpo das prostitutas aumenta, através da criação de sistemas de cadastros, controle sanitário para que se evitasse o risco de “contágio moral” de umas pelas outras (RAMOS, 2019).

O fenômeno da segregação da prostituição começa com as *maisons closes*, casas de prostituição controladas, onde as prostitutas além de cadastradas eram inspecionadas pela polícia/medicina e tinham de seguir uma série de regras, seja para a casa, seja para o comportamento, seja para a execução física das casas. Para a autora essa disciplinaridade dos espaços é explicada por Foucault na sociedade do controle (FOUCAULT, 2002). É

preciso especificar o lugar para se tornar mais fácil o controle das pessoas naquele lugar (RAMOS, 2019), essa análise de Foucault está baseada na sociedade panóptica já citada anteriormente neste trabalho.

Pode-se pensar que a cidade de Juiz de Fora também já esteve em algum momento próxima à situação francesa. A prostituição por aqui durante algum tempo foi exercida em casas e apartamentos destinados a isso, seja na rua Floriano Peixoto, seja na Henrique Vaz, dois pontos conhecidos de prostituição em Juiz de Fora, embora hoje em dia a prostituição seja exercida nas ruas do centro, principalmente as mais escuras e distantes. Para Sueli, o confinamento da prostituição não se deu por obrigação, mas conversando com outras travestis prostitutas mais velhas que não compõe nosso rol de entrevistadas, mas sim um documentário que produzimos sobre as memórias travestis da cidade de Juiz de Fora, a segregação se deu porque os donos dos prédios não aceitavam que travestis e prostitutas morassem em suas casas e na falta de lugar para morar que nos aceite, automaticamente vamos para onde nos aceitam, o que na prática é uma segregação.

4.2. PROIBICIONISMO, ABOLICIONISMO, REGULAMENTARISMO E A PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO.

Existem no mundo três modos de tratamento legal para a prostituição quais sejam, o proibicionismo, o abolicionismo e o regulamentarismo. Como o próprio nome afirma, proibicionismo pretende que a prostituição não seja exercida. Por outro lado, o abolicionismo pretende punir os donos de casas e pessoas que exploram a prostituição porque acha que se as pessoas pudessem escolher, escolheriam não se prostituir. A terceira vertente, portanto, o regulamentarismo, classifica a prostituição como um mal necessário e por isso necessita ser regulamentada.

No Brasil, segundo Silva e Blanchette (2017), existe uma relutância no feminismo associado à classe das madames em entender a atração de mulheres pela prostituição como opção de trabalho. Isso se dá por um descompasso entre como a prostituição é imaginada na sociedade brasileira e como ela é vivida pelas prostitutas. Para os pesquisadores existe desde 2004 um crescente sentimento de abolicionismo, com a afirmação de que a prostituição é um ato de violência e que ninguém iria querer se prostituir sem ter outra escolha.

Segundos os autores,

O que têm nos impressionado nessas ocasiões são três características que se repetem com frequência: as mulheres em questão são, geralmente, brancas e da classe média; têm pouco ou nenhum contato com trabalhadoras sexuais; e parecem entender o trabalho como “explorador”, na vida das mulheres, só na medida em que esse trabalho envolve a venda do sexo (SILVA; BLANCHETTE, 2017, n.p.)

Os achados dos autores vão ao encontro dos nossos quando reforçam a ideia de que sim, embora a prostituição seja um trabalho que explora aqueles que estão nela, não é muito diferente de nenhum dos outros trabalhos destinados às mulheres cis ou trans, principalmente as pretas. Nas nossas entrevistas é unânime a fala de que a partir do momento que se começa a transição, os currículos começam a ser entregues e ninguém recebe resposta. Além disso, todas as meninas dizem que os cargos que são oferecidos não conseguem chegar ao salário, ou dinheiro que elas conseguem na prostituição.

A contribuição de Giongo et al (2012) a respeito da prostituição enquanto trabalho é interessante, na medida em que, segundo as autoras, é com a organização das trabalhadoras sexuais através dos movimentos feministas e das ONGs de prostitutas que faziam campanhas para a prevenção de IST's/AIDS que trouxe para a prostituição o status de forma de trabalho, nascendo assim o termo trabalhador/a sexual ou profissional do sexo. No nosso país a prostituição não só não é proibida, como é reconhecida oficialmente, desde 2002, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹⁵ pelo Ministério do Trabalho, como trabalho. Há também a consideração pelo Ministério da Saúde, da prostituição enquanto prática de trabalho e de grande risco.

Uma das pessoas mais influentes no debate da prostituição enquanto trabalho foi a putativista Gabriela Leite. A recente contribuição de Moraes (2020), diz que aos poucos Gabriela conseguiu organizar uma rede nacional de prostitutas, com vários encontros, além de marcar presença nos meios de comunicação, em eventos sobre o tema que tratava de questões inerentes ao movimento de prostitutas e a regulamentação da profissão.

A valorização da prostituição como uma profissão foi uma chave discursiva importante na gramática política desenvolvida por Gabriela. Ela retratava mulheres prostitutas, e a si mesma, como “profissionais”, “especialistas em fantasias sexuais”. A valorização do trabalho da prostituta e a possibilidade de este ser pensado como uma escolha ou uma alternativa diante de situações consideradas exploradoras embasaram argumentos em torno do “orgulho” de ser prostituta (MORAES, 2020, p. 262).

¹⁵ O registro da CBO é através do número 5198 e 5198-05 - Profissionais do sexo, Profissional do Sexo (sinônimo) e Trabalhador do sexo (sinônimo).

A ideia da escolha para nós parece ser o ponto chave desta discussão da prostituição enquanto trabalho. Nossa tentativa, nesse momento, não é cristalizar essa ideia, de que a prostituição é um trabalho, senão, trazer o debate sobre a prostituição enquanto trabalho para o campo em que pesquisamos. Campo esse eivado de ortodoxias e que muitas vezes nos obriga a ativar determinados mecanismos para sermos ouvidos e entendidos dentro desse campo. O serviço social por estar embasado e ter seus pilares inclusive curriculares na teoria crítica marxista, por vezes nos prega peças, porque faz a população em geral acreditar que os debates nesse campo seriam extremamente avançados. Sabemos que isso é um engano, mas sabemos também que por conta de nossos truques conseguimos nos embrenhar, fluir, como água cristalina que teimosa que é, consegue chegar às entranhas da terra, nós, com nossos trabalhos, ativismos e escrevivências conseguimos vencer as barreiras para ampliar o debate entre nossos pares.

Segundo Vieira (2015), analisando a obra de Adriana Piscitelli, denominada, “*Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*”, de 2013, a noção do trabalho sexual como categoria ocupacional nasce a partir dos anos 1970 nos EUA, baseada na ideia de que as trabalhadoras do sexo têm as mesmas condições que exigem conter as emoções como fisioterapeutas, enfermeiras e aeromoças.

É por isso que acreditamos, assim como Moraes (2020), que a imagem da prostituta e do corpo na prostituição é a representação do mundo do trabalho e suas categorias, porque na prostituição se inscreve a ideia de corpo na ativa e corpo cansado para aposentar. Todas as nossas entrevistadas, principalmente, as mais velhas, não reclamam da profissão em si, mas sugerem uma falta de paciência característica daquelas que desenvolvem seu trabalho há algum tempo. Além disso, é indiscutível a ideia de sucesso profissional, no caso das transvetigêneres, caracterizado pelas conquistas, como os imóveis que comprou, das cirurgias que fez, das viagens a Europa ou não. Afinal, não seriam essas, em uma comparação rasa, as expressões de sucesso de uma médica bem-sucedida?

Para levar a discussão para um lugar mais técnico, registra-se a contribuição de Paiva et al (2019), ao trazerem resultados de uma pesquisa que buscou analisar de que forma os aspectos temporais influenciam as percepções das prostitutas da Guaicurus, em Belo Horizonte. Os dados analisados permitiram identificar um processo de mercadorização do tempo, em que unidades desse tempo são colocadas à venda, ratificando a ideia de que tempo é dinheiro e demonstrando a compreensão temporal na qual o “tempo de viver é pressionado pelo “tempo de trabalho”.

Para a pesquisadora Lorena Caminhas (2020) o panorama multifacetado no que se refere à questão da prostituição enquanto trabalho e à sua regulamentação possui alguns modais. O primeiro deles está vinculado ao legislar para afirmar a prostituição enquanto trabalho, o que na prática é a esperança das meninas que estão trabalhando nas ruas. Para elas, a regulamentação da profissão aumentaria a dificuldade de serem exploradas por cafetinas, por exemplo.

Em um segundo modal é preciso pensar na regulamentação da profissão como justiça social que reformularia o status social da prostituta, a ampliação de representação política, a reinvidicação por estima e a denúncia da precariedade da prostituição, ocasionada, principalmente, pela questão moral inferior atribuída ao nosso trabalho. Para a pesquisadora, o principal discurso das suas entrevistadas é a ideia de ser “pessoa”.

Então, essa afirmação das prostitutas, entrevistadas por Caminhas (2020) vem ao encontro desse nosso debate. Para todas essas pessoas a regulamentação da profissão traria o status de “dignidade” em um país onde a diferença entre ser marginal ou não, é uma carteira assinada Segundo Caminhas:

Para compreender o que está em jogo quando afirma-se que é necessário ser considerada pessoa, retomo o argumento desenvolvido por Judith Butler nas obras *Vida Precária* e *Marcos de Guerra: las vidas lloradas*. O cerne das discussões nesses livros é a ideia de vulnerabilidade comum, que situa os sujeitos em face dos outros no processo mesmo de sua formação subjetiva. Essa vulnerabilidade, conforme Butler (2006), é considerada ou rechaçada a partir da distribuição diferencial dos corpos dos outros, estabelecendo fronteiras entre quais são os indivíduos que compartilham do mesmo valor moral e quais são prescindíveis, mediante determinadas condições sociais e políticas. A autora questiona quais vidas são consideradas dignas de serem vividas e quais podem ser relegadas à violência e à morte. Nesse sentido, a precariedade é maximizada para uns e minimizada para outros (CAMINHAS, 2020, p. 14).

Embora precarizada, a prostituição é vista, exercida e praticada como única fonte de renda para quase todas as nossas entrevistadas. A única que escapa a essa realidade é Audre que tem um trabalho fixo e se prostitui para complementar a renda. A narrativa de todas elas é de que a prostituição é uma profissão e que deveria ser “legalizada”. Isso é uma questão que nos intriga muito, uma vez que como vimos acima, a prostituição no Brasil faz parte CBO. Penso que o que precisaríamos nesse caso é de uma nova organização, ou de uma reorganização do movimento travesti, pensando a questão da

prostituição e de melhores condições de trabalho na prostituição no cerne das suas questões.

4.3. AS TRANSVESTIGÊNERES PROSTITUTAS DE JUIZ DE FORA.

É assim que começamos a falar sobre Patrícia, Audre, Angela, Lélia, Sueli e Nilma¹⁶.

Patrícia é a mais nova das travestis entrevistadas para essa pesquisa. Filha de um militar e de uma dona de casa separados, tanto pai quanto mãe moram com outras famílias distante de Juiz de Fora. Criada pela avó, é a única que não paga aluguel ou mora com a família, dividindo o imóvel cedido pela avó após ter revelado para a família ser uma mulher trans, para que pudesse ter mais privacidade, com o marido. Patrícia é a única casada das entrevistadas.

Audre é divertida e elegante. Cavalona, como ela mesmo se caracteriza é uma mulher trans que tem um trabalho fixo. A única das entrevistadas que tem a prostituição como segunda fonte de renda. Adora o Rio de Janeiro, tendo morado na cidade maravilhosa durante 8 anos e visita frequentemente a cidade, seja para ir à praia, ao barracão ou às escolas de samba. Contagante e simpática, é a apaziguadora de um dos pontos de prostituição da cidade localizado na Zona Norte porque acredita que a rua é de todo mundo e que a prostituição deva ser exercida na moral.

Angela é uma das entrevistadas com quem tenho mais intimidade. Conheço desde nossa adolescência, quando algumas vezes nos envolvemos em algumas confusões. Marcada pela violência das ruas em seu próprio rosto, fruto de uma vingança de uma travesti já falecida nunca perdeu a alegria de viver. Retinta de pele, sofreu diversos processos de exclusão durante sua vida travesti. Viveu na Europa durante algum tempo, morou em uma casa cedida pelo pai quando foi expulsa de casa pelo mesmo e se entregou ao uso abusivo do crack durante algum tempo. É uma sobrevivente que hoje trabalha como cuidadora de idosos.

Lélia é uma preta retinta que conhecemos pessoalmente às vésperas do Natal de 2021 enquanto distribuíamos as cestas de Natal da campanha TranSolidariedade. Avisamos que chegaríamos e ela já estava nos esperando no portão. Com o cabelo penteado em um rabo de cavalo com coque. A pele luzidia bem tratada por um creme

¹⁶ Resolvemos escolher nomes de intelectuais negras para a garantia do sigilo das entrevistadas.

hidratante cheiroso. O batom vermelho para completar. Nos recebeu à porta da casa. Lélia mora com a mãe e outros irmãos. Com a testa e o tom de pele preto como as sudanesas, descubro depois, em um evento recente que toda a elegância carisma e sorriso tímido vem da mãe que é conhecida de todas as meninas da rua e que algumas vezes já nos enviou mensagem no celular dizendo que Lélia estava “colocada” demais para cumprir determinado compromisso que havia firmado conosco.

Sueli é uma travesti que tem os olhos castanho claros e um sorriso que conquista as pessoas. Também a conheci no Natal de 2021 quando distribuíamos as cestas da campanha de Natal da associação. Saudosista como nenhuma outra, guarda as fotos de inúmeras travestis que já se foram nessa vida precária onde muitas de nós se foram cedo demais. É de um tempo da prostituição em Juiz de Fora onde a zona era organizada e acontecia nas casas da Henrique Vaz e nas ruas atrás do antigo supermercado Disco. Uma das três entrevistadas que já foram para a Europa, acredita, assim como eu que foi para lá no momento errado com a pessoa errada. Dona de um senso de gratidão para com a vida ímpar, hoje em dia quase não se prostitui mais e vive da coleta de recicláveis, sofrendo inclusive um acidente. Ajuda diversas instituições filantrópicas com sua força de trabalho porque acredita que tem muito na vida e precisa ajudar os mais necessitados.

Nilma é a mais velha das travestis entrevistadas por nós. Com uma história de vida interessante. Morou muitos anos na Europa e como ela mesmo diz, desacostumou com o Brasil. Tem uma cabeça jovem e diz que enquanto estiver conseguindo, pretende trabalhar na prostituição. Muito tranquila não concorda com a prostituição segundo ela moderna e não gosta de estar no montinho para se destacar na multidão. É a única que mora em pensão apesar de ter uma casa na cidade natal. Veio para Juiz de Fora porque gostou da cidade e com isso resolveu ficar aqui depois que veio embora da Europa. Gosta muito da família que mora em outra cidade e sempre a recebe quando ela se cansa da rua e resolve descansar um tempo. Comprou uma casa para a mãe e hoje considera esse imóvel seu, apesar de não morar lá.

Tabela 2 – Perfil das entrevistadas com os principais marcadores sociais de diferença

NOME	RETIFICAÇÃO CIVIL	IDADE	GÊNERO	COR	BENEFÍCIO	TEMPO DE PROSTITUIÇÃO	HABITAÇÃO
Patrícia	Não	24	Mulher Trans	Branca	Não	4 anos	Apartamento cedido pela avó
Audre	Sim	33	Mulher Trans	Preta	Não	12 anos	Casa de aluguel sozinha
Ângela	Em Processo	42	Mulher Trans	Preta	NÃO	24 anos	Com a família em casa própria
Lélia	Não	43	Travesti	Preta	SIM (BPC)	20 anos	Casa no terreno da família
Sueli	Não	49	Travesti	Parda	SIM (BPC)	30 anos	Casa de aluguel sozinha
Nilma	Sim	58	Mulher Trans	Parda	Não	42 anos	Pensão

Fonte: Sistematização da autora

O quadro acima traça um panorama de como as nossas entrevistadas têm características que as envolvem numa precariedade de vida.

Uma das características mais curiosas de nossa pesquisa é que na cidade de Juiz de Fora as travestis não são expulsas de casa pela família, apesar de viverem uma relação extremamente conflituosa com os parentes. Apenas uma de nossas entrevistadas foi expulsa de casa, mesmo assim o pai cedeu um outro imóvel da família para que ela não ficasse na rua. Não sabemos explicar qual o mecanismo envolvido nessa especificidade da cidade, mas podemos destacar que talvez esse seja um dos motivos pelos quais conhecemos em Juiz de Fora inúmeras travestis que já superaram a média da expectativa de vida des transvestigêneres no Brasil segundo a ANTRA (BENEVIDES, 2022).

A questão do HIV/AIDS é também importante de ressaltar tendo aparecido em vários dos relatos. Muito embora Juiz de Fora seja uma cidade que tenha, desde o ano de 1999, uma organização não governamental (ONG) que durante muitos anos sobreviveu do financiamento do terceiro setor para a prevenção e controle do HIV, nunca se preocupou verdadeiramente em fazer uma campanha de prevenção ao HIV/AIDS para as travestis prostitutas da cidade. Isso se reflete até hoje ao descobrirmos que mesmo com um consultório de rua na cidade, não existe ação específica para a prevenção do HIV/AIDS e outras IST específica para esse público na cidade e que a PrEP (Terapia de prevenção pré-exposição ao HIV) na cidade não está aceitando novos pacientes.

Como ativista pelos direitos humanos na cidade, desde 1999, sendo a primeira secretária da ONG mencionada acima, me recordo vividamente de uma conversa com a direção dela, em que a preocupação maior com as travestis era que tivéssemos um projeto para falarmos sobre o tema para que conseguíssemos mais recurso distribuído pelo

governo federal, apagando importante parcela da população que ontem, como hoje ainda precisa de extremo cuidado e intervenção quando o assunto é o HIV/AIDS.

Essa intervenção aparece em todas as falas de todas as entrevistadas. Embora saibam dos riscos de adquirir o vírus com relações desprevenidas, todas citam o fato de em algum momento na vida terem tido relações desprotegidas. As que vivem com HIV/AIDS relatam o desconhecimento quando da entrada na prostituição para a contaminação pelo vírus, apenas uma das irmãs relata usar camisinha em todas as relações, justamente, a mais velha delas e que não é proveniente da cidade, Nilma. Posso inferir que talvez por estar no Rio de Janeiro, cidade que teve inúmeras expoentes da luta travesti contra o HIV/AIDS, Nilma tenha tido contato com mais campanhas de prevenção ao HIV/AIDS ao longo da vida.

Uma outra característica que vale a pena ressaltar é a questão da assistência social recebida pelas nossas entrevistadas. Até o momento da aproximação com o grupo e consequentemente com o CeR-LGBTI+ e a ASTRA-JF, nenhuma das assistidas pela associação conhecia os benefícios que poderiam ou deveriam receber do governo, não tinham procurado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de sua região. Foi somente com a nossa insistência e com a necessidade de cadastro para o recebimento do auxílio emergencial, vinculado posteriormente ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) que algumas delas procuraram o CRAS para o cadastro. Outras fizeram o mesmo para conseguir regularizar a carteira de identidade. Mas nenhuma delas procura com frequência o CRAS ou usa benefícios do governo ainda que vivam em extrema precariedade sem renda fixa e dependendo exclusivamente da prostituição para sobreviver.

Um outro ponto importante a se mencionar, embora todas as entrevistadas não estivessem em situação de rua é o entendimento de que todas essas transvestigêneres do grupo estão em situação de rua, uma vez que sobrevivem e se organizam para o trabalho na rua e tem como território laborativo a rua. Algumas dessas estão em situação de rua ainda mais aprofundada, uma vez que 3 ou 4 são egressas do sistema prisional e vivem saindo e entrando de lugares cedidos por pessoas ou ainda de aluguel social em hotéis no centro da cidade.

O enquadramento que coloca as próprias pessoas precarizadas como seus algozes quando no discurso dizem por exemplo que não sabiam que podiam fazer outra coisa da vida. Quando nos causa feridas profundas saber que é normalizado o discurso da moralidade entre as transvestigêneres. Uma moralidade distorcida onde importa muito

mais o comportamento do que ser transvestigênera em si, subvertendo uma ótica estruturante da sociedade analisada na individualidade como uma questão de comportamento. Esse discurso parece trazer uma zona de conforto contra a transfobia estrutural e estruturante, distanciando aquelas que sabem se comportar, seja pelo modo de se vestir, seja pelo modo de falar, de maneira que não chame a atenção para si e conseqüentemente consiga escapar à transfobia.

Esse discurso, repetido por todas as meninas, é ambíguo em relação às próprias transvestigêneras e a profissão que exercemos. Parece então em algum momento existir duas indivíduos que se separam em duas pessoas transvestigênera. Aquela da rua, prostituta e, portanto, mal-comportada e a outra, a do dia, bem comportada.

Uma das características de precariedade da vida que ficou muito evidente para nós durante o trabalho de pesquisa de campo no contexto da pandemia da COVID-19 e que desde o início do trabalho de solidariedade que começamos a fazer, com o fechamento do comércio, e que se pode perceber foi a fome e a insegurança alimentar. Não fosse a campanha TranSolidariedade, organizada pelo CeR-LGBTQIA+ que ao longo da pandemia doou cestas básicas, caixinhas em dinheiro e cestas de Natal para essas trabalhadoras poderíamos ter um resultado diferente do que tivemos em manter vivas todas elas e passarmos pela fase mais aguda da pandemia sem perder nenhuma de nossas assistidas.

No entanto o resultado dessa campanha nos demonstra mais uma vez o quanto a precariedade da vida afeta pessoas transvestigêneras de modo singular, porque não fosse nossa organização, não haveria na cidade outra possibilidade para essas pessoas. Pudemos perceber isso quando tentamos destarte acionar os órgãos públicos para nos ajudarem com essas doações. A fase mais aguda da pandemia foi enfrentada pela solidariedade entre pares e isso nos informa com quem podemos contar ao fim e ao cabo.

4.4. A FAMÍLIA BATE

A literatura, a militância e experiência de vida nos diz todos os dias o que sabemos, que para as pessoas transvestigêneras a família pode ser o primeiro lugar de violência, ao contrário do que todos insistem em afirmar, que a família é o lugar do coração, o primeiro lugar de acolhimento.

Com Lélia, por exemplo, não foi diferente.

“Minha mãe falava que se soubesse que tinha um filho gay, atravessaria a rua para o outro lado para não cruzar a mesma calçada” (Lélia)

“Com Nilma também não. “Meu pai me batia tanto, mas tanto, que eu fugia de casa todo dia para não apanhar. Diz ele que eu apanhava para virar homem” (Sueli)

Por outro lado, ainda que Juiz de Fora tenha a tradição de não expulsar de casa, isso pode acontecer. Ângela cita o fato de seu pai não dar sossego para ela desde que começou a usar hormônios. A partir desse momento, quando os seios começaram a crescer, o pai começou a implicar com ela em todos os lugares por onde andava, ficava regulando suas interações com os amigos. Quando foi posta para fora de casa e foi morar na casa cedida pelo pai não conseguiu mais voltar a escola, embora ainda tenha tentado mais uma vez.

Ela diz:

“Meu pai fez uma tocaia para mim. Quando eu cheguei da rua vestida de mulher, ele estava me esperando. Pegou as minhas coisas e jogou para fora. Me deu a chave de uma casa que a gente tinha no Bairro de Lourdes. Disse que não aceitaria uma “Roberta Close” dentro de casa” (Angela)

Ao analisarmos mais detidamente o discurso em outros momentos da entrevista podemos perceber que essa é uma falsa sensação de segurança causada pela ideia de que as famílias das mesmas não as expulsaram de casa e conseqüentemente as receberiam de volta. Dizemos falsa sensação porque embora as famílias de quase todas as entrevistadas não as tenham expulsado de casa diretamente, usando violência ou força, a trajetória de vida, seja de uma, seja de outra, ou de todas, é uma trajetória de violações de direito e da liberdade, ao ponto de que a pessoa já não consegue ficar mais em casa. Isto é observado com Ângela, que hoje em dia mora com a mãe após a morte do pai, que foi colocada para fora de casa e recebeu de seu pai um imóvel da família sem nada para morar. Como com Sueli, que inicia seu relato dizendo que se sente deprimida porque até hoje a família não aceita sua transvestigeneridade.

“Eu sempre tive muita dificuldade de me relacionar com meus familiares. Embora eu ajude muito eles, eu tenho um irmão tratando de CA (sic) (Câncer) e eu sempre ajudo. Mas eu sou meio deprimida até hoje por conta de nunca ter sido aceita em casa” (Sueli)

Essa é uma das perdas que temos quando resolvemos dizer o que somos ao mundo, a primeira delas. A primeira perda por conta da transfobia estrutural que uma

transvestigênera tem é a da família. Todas as nossas entrevistadas relatam que tiveram algum tipo de problema familiar ao contarem sobre a transvestigeneridade.

4.5. A ESCOLA EXPULSA

Outra categoria de violência analisada nos discursos é a da escola. Ainda que algumas delas tenham abandonado a escola mais cedo ou mais tarde e ainda que muitas delas não acreditem que sofreram na escola, a realidade do discurso é que todas de uma forma ou de outra precisaram sair da escola, seja pelo incentivo de outras amigas prostitutas, namorados ou pelo sofrimento causado pela transfobia/homofobia.

Lélia por exemplo cita a perda do projeto de vida que tinha. Segundo ela, sempre gostou de desenhar, e sempre foi muito estudiosa, no entanto largou a escola a pedido do namorado por quem era apaixonada e pediu a ela que fizesse isso para que pudessem viajar.

“Ele me pediu para eu sair da escola para poder dar mais atenção para ele. Segundo ele a escola me tomava tempo e a gente faz cada coisa por amor quando é novinha né?” (Lélia)

Lélia relata isso como uma perda causada pela transvestigeneridade. É curioso como ela faz essa associação porque segundo ela a partir do momento que virou travesti, passou a viver “vida de travesti” e então passou a não ter possibilidade de vida que não fosse “vida de travesti”.

“Depois que eu virei trava minha vida parou. Eu vivi só a vida de trava. Esqueci a vida que eu tinha lá atrás” (Lélia)

Essa vida de travesti pelo que entendo de Lélia são as colocações, a preocupação com o trabalho noturno, a perda da vida diurna, a lida do dia a dia.

Outra que relata ter sofrido muitos problemas no colégio é Audre. Que diz ter sofrido violência física na escola. O mesmo relato é dado por Sueli que diz que na escola sempre apanhou muito e desde muito cedo. Os coleguinhas viviam batendo nela quando era criança porque ela era um “viadinho” e era chamada assim o tempo todo. No entanto em algum momento resolveu revidar e conta que pegou uma blusa que havia ganhado e encheu de pedras para bater no colega. Sueli e Ângela saíram da escola por conta do assédio do pai.

“É que eu caí na rua muito nova né? Meu pai me espancava muito. Não aceitava... Apanhei muito, [como] viadinho, bichinha. Até no dia que eu resolvi revidar também. Eu desmaiei o menino” (Sueli)

Estes relatos nos lembram passagens de minha infância e adolescência. Meu primeiro episódio de transfobia foi aos cinco anos de idade. A professora do ensino fundamental convocou a família à escola para dizer que eu era extremamente feminina, vivíamos com as garotas e era a líder delas. Esse episódio rendeu a perda do grupo de afetos mais próximo, pois fui trocada de escola. Além disso, durante os próximos 10 anos seria constantemente vigiada. Nenhuma roupa, nenhum corte de cabelo, nada poderia ser feito sem autorização. Uma vida vivida sem ser o que era, uma vida de mentira.

4.6. A IDADE CHEGA

Se por um lado ser nova te garante ter mais clientes, por outro lado, a experiência traz uma vantagem sobre o modo de perceber a vida e a pista.

Patrícia é a nossa mais nova entrevistada. É a que mais se identifica como mulher transexual. A passabilidade para Patrícia é uma questão fundamental, além de não se ver como travesti, prefere se passar por uma mulher cis.

Ao ser questionada sobre como se sente em questão ao gênero responde:

“Me vejo como mulher. Homem nem pensar. Trans também não. Me vejo como mulher” (Patrícia)

Patrícia é a que menos falou conosco durante a entrevista, embora seja desenvolta e tranquila. Acreditamos que seja por conta da falta de experiência e pouca idade.

Já para Sueli o mesmo questionamento é respondido do seguinte modo:

“eu acho que a gente veio com um defeitinho de fábrica. A gente nasce num corpo errado... mas na minha época ... não tinha esse negócio “trans”. ... Eu sou da época das travestis. Entendeu? ... Um homem travestido de mulher!” (Sueli)

Essa diferença na identificação obviamente tem a ver com a diferença de idade entre as duas identidades. Desde o momento em que Sueli caiu na pista e que Patrícia caiu na pista, o movimento transvestigênere no Brasil lutou bravamente para a conquista de alguns poucos direitos que temos.

Nilma também vê o trabalho sexual como trabalho, mas queria ter a sorte de trabalhar de carteira assinada. Como tem pouco estudo e por conta da idade não consegue arrumar um trabalho. Esse é um outro ponto interessante do nosso trabalho de campo na pesquisa em Juiz de Fora. A cidade tem uma população trans que supera a expectativa de

vida no Brasil, que segundo a ANTRA (2021), é de 35 anos. Nesse trabalho temos uma transvestigênera de 58 anos, mas no campo, o grupo de conversas da ASTRA temos outras 5 ou 6 pessoas com mais de 50 anos de idade.

A idade é uma questão na prostituição. Muito embora a interjeição “*eu sou puta velha*” sirva para nomear a si mesma como uma pessoa experiente, o fantasma da idade aparece para todas as mulheres que dependem da prostituição para sobreviver. Todas as nossas entrevistadas pensam em se aposentar um dia, embora todas achem que é impossível se aposentar na prostituição seja porque os ganhos diminuem com o tempo, seja porque começamos a nos incomodar com a prática diária. Fato é que a idade é uma coisa que preocupa a todas a ponto de que seja a primeira informação que Sueli nos passa.

“Já não estou numa idade farta, próspera assim para ficar na esquina me prostituindo, eu sei a realidade do meu show. Tem que ser realista né? Porque o homem não vai deixar de sair com uma ninfetinha de 18 anos... apesar que na rua tem gosto para tudo né?” (Sueli)

O envelhecimento trans é um processo que ainda precisa de mais estudos, mas acreditamos que obviamente o ganho de idade é um processo que precariza ainda mais a vida das pessoas trans. Ainda precisamos de mais estudos sobre essa questão, mas é um fato que Nilma tem uma vida mais precária, dependendo de viver em uma pensão com outras pessoas e sem uma estrutura de vida, ainda se prostituindo.

4.7. AS TRABALHADORAS E O TRABALHO SEXUAL

Parece haver um senso comum entre as travestis de que para ser travesti é preciso ser prostituta e vice-versa. O modo como a sociedade cisheterossexista cisgênera trata os corpos transvestigênera parece fazer esses sujeitos acreditarem que o único modo para ser o que se é e conseguir conquistar algo é se prostituindo. Todas as nossas entrevistadas citam a prostituição como alternativa para a sobrevivência, ou para conseguir ser o que se é.

Patrícia por exemplo cita que começou a se prostituir porque as amigas mais velhas, já prostitutas, a ensinaram a se montar para trabalhar e ganhar dinheiro para sair, se divertir e comprar hormônios.

“Botei um anúncio e foi isso. Quando eu comecei a andar nesse meio, a maioria tudo fazia né? Na época que eu comecei, eu estava pensando em

começar a transição. Ai foi mais assim, esses negócios de sair e não ter dinheiro. ... na época era o dinheiro para diversão né? Hoje em dia é porque precisa mesmo” (Patrícia)

Audre faz programas desde os dezesseis anos, também incentivada pelas amigas, enquanto Lélia começou a ir para as boates de *boy* e assistir aos shows. Vendo os shows, começou a se montar e de se montar e sair da boate percebeu que poderia se prostituir na rua.

“Eu tenho 20 e poucos anos de pista. Eu caí na pista com 18 anos. Linda e maravilhosa. Ai, juventude que não volta mais. ... primeiro eu comecei indo de boy nos shows de travesti. Na boate. Dai comecei a me soltar. ... e comecei a ir para a pista” (Lélia)

Sueli também foi levada para a pista por uma amiga numa das fugidas de casa por conta das surras que levava do pai.

“Sabe quem me levou para a rua? A Angélica (Uma das transvestigêneres da ASTRA-JF) ... ela tinha também os probleminhas com a família dela. E falou: Vamos dar uma voltinha na rua? Eu fui. Foi quando eu conheci atrás do antigo Disco. O Paes Mendonça” (Sueli)

Angela relata a mesma coisa, que começou a se prostituir porque queria comprar hormônios e que as amigas diziam que dava para fazer isso na rua. Nilma é a mais velha das entrevistadas e diz que não sabia o que era travesti até conhecer uma outra travesti numa festa que frequentavam e que ali passou a aprender o que era e conseqüentemente se prostituir.

Há uma zona cinza para nós, particularmente, sobre saber como de fato elas começaram na prostituição. O ser travesti e o se prostituir é tão interseccional um com o outro que acreditamos que até para as meninas parece ter sido um movimento naturalizado, como se a prostituição fosse naturalmente associada a profissão das travestis. Nossa escolha pela prostituição teve a ver com ascensão social, no sentido de que sabíamos que como travesti em Juiz de Fora não conseguiríamos viver uma vida tranquila.

Pode ser que esse seja o pensamento das meninas também, muito embora elas discorram a ideia de que alguma amiga falou, a outra amiga disse, ou que queriam comprar alguma coisa ou outra. Para nós, o fato de que imediatamente associaram a transvestigeneridade à prostituição traz à mente a ideia mais elaborada e a certeza de que trabalho de travesti é a prostituição, não porque toda travesti deva ser prostituta, mas porque todas as travestis que conhecíamos eram prostitutas.

Uma das meninas que mais falam sobre o trabalho sexual é Nilma que passou por inúmeras gerações e conjunturas políticas e econômicas, seja no Brasil ou na Itália. Durante nossas quase duas horas de conversa, pude entender um pouco do cotidiano de uma vida que tem como fio condutor a prostituição. Nilma se entendeu travesti aos 14 anos de idade e sempre desde então gosta de ser tratada como mulher. Na adolescência gostava de enganar os meninos não dizendo que era travesti até que um dia um menino parou no ponto onde ela se prostituía e queria espancá-la pois havia sido enganado. Nesse momento ela faz uma interjeição: - “*olha que perigo, Dandara!*” e ri. Terminando com outra interjeição: - “*eu era doida*”.

No alto de seus 58 anos, com 40 anos de profissão, recorda uma vez em que os policiais cortavam os cabelos das travestis pelo meio e faziam com que elas precisassem raspar o resto. Nilma narra na entrevista os episódios de violência que sofreu, seja de moradores, seja de policiais. Esses episódios aconteceram em sua estadia em São Paulo. Acreditamos que tenha sido durante a operação Tarântula.

“Cortava o cabelo da gente. Eles pegavam a gente e batia. Ai pegava o cabelo da gente e dividia no meio. Ai pegava esse lado assim e cortava todinho. Ai deixava o outro lado e falava assim: - vai fazer o corte. Eles eram podres. Nossa Senhora” (Nilma)

A operação Tarântula foi uma operação deflagrada para prender tranvestigêneres em São Paulo no pós-redemocratização. Cavalcanti (2018) traz o recorte de jornal com a reportagem da Folha de São Paulo à época. A matéria, assim como a operação, além de transfóbica, era sorofóbica. Segundo a autora,

A matéria publicada no caderno Cidades em primeiro de março de 1987 (Figura) já chama a atenção por seu título sensacionalista forjado em uma lógica que, se nos parece estranha, é por si capaz de apontar uma forma de construção do pensamento que integra polícia civil, AIDS4 e travestis. Pontua que o delegado-chefe do departamento das delegacias regionais de polícia da grande São Paulo (Degran), em entrevista para a Folha comenta que “Os tempos de Nostradamus estão chegando” (Polícia Civil..., 1987). Tal afirmação encontraria respaldo nos então recentes debates sobre a proliferação do HIV e no imaginário coletivo presente nos anos 1980 e parte dos anos 1990 da “peste gay”. Associado a um pensamento de cunho religioso apocalíptico, a criminalização da prostituição aparece como elemento central somado ao foco exclusivo nos corpos trans. Esse nó pode ser entendido quando analisamos as linhas da história que atravessam a composição deste acontecimento (CAVALCANTI, 2018, p. 178).

Um outro relato de Nilma é o da convivência travesti, uma vez que ela viveu muitos anos na Itália. Um dos movimentos de migração de travestis mais conhecidos é o

da mudança para a Europa. Essa é outra grande controvérsia das narrativas sobre a prostituição travesti. Enquanto algumas transvestigêneres foram levadas para a Europa por amigas que ajudavam umas às outras. Apesar de essa ser uma das formas que se pode ir à Itália, existem algumas publicações discorrendo sobre o quanto a ida à Europa pode ser boa para uma travesti brasileira. Essa ida à Europa pode custar muito caro, caso o caminho escolhido pela travesti seja o das cafetinas.

Embora Nilma tenha ido pelo primeiro método e morado quase 20 anos na Itália, ela conta que tomou um “doce” lá. Segundo Nilma, por conta da inveja de algumas transvestigêneres que trabalhavam com ela na Itália, uma delas preparou um doce para ela. Ela conta que um dia chegou em casa, entrou, e que assim que entrou a campainha tocou, ela abriu a porta e eram os “alibãs”. Não teve nem tempo para esconder o passaporte e por isso foi deportada com a roupa do corpo. Esse é um processo comum na Europa, em vários países, mas, principalmente, nos estados mais ricos, trabalhadoras sexuais são deportadas, na maioria das vezes acusadas de tráfico ou de serem vítimas de tráfico.

Essa questão do controle da prostituição nos países ricos com base no protocolo de Palermo de tráfico internacional é analisada por Venson (2017) em um artigo que analisa os processos-crime entre 1995-2012. No trabalho, a autora cita dados que demonstram que existe um julgamento moral por parte das julgadoras. Para essas pessoas, as mulheres inseridas no trabalho sexual são débeis e doentes, consideradas iludidas, atraídas e seduzidas, como se a auto-agência não existisse nesses casos.

Depois disso, Nilma veio para o Brasil, ela conta que sentiu muita dificuldade para voltar a trabalhar aqui e que só conseguiu se adaptar melhor ao se mudar para Juiz de Fora. Ela mora numa pensão dividindo apartamento com outras duas pessoas.

Existem algumas curiosidades que não puderam passar despercebidas por nós e que era uma constante nas nossas narrativas quando morava fora e que retornou vivamente nas entrevistas das meninas, que é o uso do dildo¹⁷. Nilma cita o uso do dildo quando está usando muito hormônio e não consegue ereção para atender os clientes que querem fazer sexo passivo. Muito embora essa técnica não apareça quando Nilma

¹⁷ Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa Online, dildo é um dispositivo, geralmente, de forma fática, usado para estimulação sexual. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/>>. Acesso em 14 dez. 2022.

responde à pergunta de como é a prática da prostituição, ela aparece no meio da conversa quando ela cita o uso dos hormônios e o trabalho com os clientes.

Existe mais um relato sobre a prática da prostituição que aparece no relato de Nilma que é o modo de trabalho atual. Vivemos uma crise mundial provocada pelo avanço da extrema direita e do aprofundamento de políticas ultraneoliberais que precarizam ainda mais as vidas já precarizadas. Com isso em alguns lugares de trabalho, algumas prostitutas escolhem também exercer pequenos furtos e roubos. Segundo elas, porque algumas mariconas merecem isso mesmo.

Para Nilma o trabalho sexual precisa ser honesto, feito, segundo ela, “na moral” e ultimamente as meninas querem ficar de turminha para poder roubar o cliente e se aproveitam dela para poder se aproximar dos mesmos, o que a deixa irritada, porque ela prefere uma maneira mais calma de trabalhar, sem muita turminha. Ela prefere se destacar da multidão.

“Eu fui descer no Rio, a bichinha 19 anos queria me usar como isca para roubar os clientes. E falei: meu amor, você não me conhece, eu tenho o dobro da sua idade, às vezes até três vezes sua idade. Então, não me leva por esse caminho não, porque não foi isso que eu aprendi” (Nilma)

Quando está trabalhando, prefere ficar mais distante do resto das profissionais que se prostituem no mesmo lugar, porque acredita que o cliente não vai se aproximar quando tem muita gente.

A única coisa que Nilma não gosta de fazer durante seus programas é ser ativa. Para isso se utiliza do truque do dildo.

“No momento de fechar o programa, você diz que é tudo, ativa e passiva” (Nilma)

Mas depois quando já está rolando as coisas podem mudar. É aí que entra o dildo e resolve o problema do programa.

Nilma não acredita que os clientes que a procurem são gays enrustidos, “*fosse assim procurariam homens*”. “*Se um cliente procurou uma trans é porque ele se atrai por mulheres, independente se elas tenham pau ou não*”. Além disso não trabalha sem camisinha, e diz que se não pegou até hoje em todo o tempo de Europa e aqui no Brasil, não gostaria de se contaminar agora.

Nilma é uma pessoa viajada na prática da prostituição. Relata ter passado nos seus mais de 40 anos de profissão por várias cidades como São Paulo, Rio, Curitiba e na Europa.

Patrícia é a única das entrevistadas que não se prostitui na rua. Durante os últimos 4 anos se prostitui com fotos em site. Ela mora em um apartamento cedido pela avó com o marido. Não questionei para ela como é o relacionamento com o marido, mas o atendimento dos clientes é feito nesse apartamento, que por ser levemente distante do centro da cidade, faz com que os programas sejam um pouco mais baratos.

O marido que mora com Patrícia no mesmo apartamento, segundo informações de campo, é também garoto de programa. Ela conta que quando o conheceu, ele teve muitas dificuldades, por conta de ele ter um filho e ela ser trans. Por isso ela parou de se prostituir por um tempo e retirou o anúncio do site. Mas retornou porque *“é muito caro ser transvestigêner e precisa do dinheiro para se cuidar”*.

Patrícia cita que não gosta de fazer programas, que inclusive conhece um monte de meninas que curtem e fazem por prazer, mas que ela mesma não gosta. Ela conta que por estar em tratamento hormonal não sente prazer com os clientes e que a única pessoa que ela consegue sentir prazer é o marido.

Existem inúmeros não ditos no caso da prostituição e de tudo o que envolve o tema e um deles é o território. Ramos (2019) trata do tema com foco no direito à cidade e os estigmas. Tomando como referência a obra de Néstor Perlongher, a autora afirma que:

Para o autor, território é um espaço de códigos, já que opera como fator determinante no comportamento de seus habitantes: “impõe, ou tende a propor, conforme as condições de sociabilidade territorial, perfis denifidamente psicossociais”. Segundo ele, a região moral, ao congregar impulsos e trajetórias desses ditos “dissidentes”, imprime territorialidades contíguas e entremeada guiadas por códigos específicos, que se realizam em lugares específicos, ligados à separação das atividades, grupos e pessoas consideradas “imorais” (RAMOS, 2019, p. 154).

Patrícia tenta se afastar da prostituição, ou pelo menos da prostituição “suja” fazendo questão de reiterar que só se prostitui em sites de anúncios e que nunca fez rua. Esse discurso parece afirmar que existe uma diferença entre aquelas que se prostituem na rua e aquelas que não o fazem.

É como se o território ocupado, ou não ocupado, dissesse que umas são mais importantes que a outra, ou mais finas, ou mais elitizadas, ou mais ricas, ou mais bonitas. Enquanto as feias e abjetas precisam estar na rua, na sarjeta, outras podem se dar ao luxo de não se sujarem com isso e nunca precisarem estar naquele lugar. Ainda que no final das contas a profissão seja a mesma, profissional do sexo e carregue os mesmos estigmas.

O território também está no assunto quando vamos discutir os locais de trabalho. Por vezes as trabalhadoras sexuais precisam migrar para poder continuar rendendo e trabalhando. Ramos (2019) comenta o fato de que a fama do Jardim Itatinga é maior que a própria fama de Campinas e que o bairro se tornou uma referência nas redes migratórias de prostitutas. As redes migratórias de prostitutas são redes informais que tecemos e informam quais cidades estão rendendo mais no momento para indicar as viagens a se fazer. Seja no Brasil ou na Europa, uma travesti prostituta para ganhar dinheiro de verdade deve viajar por várias cidades para estar sempre sendo “carne nova”.

Esse fato é notado por nós nos relatos das práticas sexuais de nossas entrevistadas. Assim como Nilma, Patrícia também trabalhou em outras cidades, como, por exemplo, Belo Horizonte.

Audre é um caso à parte entre as meninas. Primeiro, pela necessidade constante de se diferenciar como mulher transexual e não como travesti. O Brasil, o país mais violento contra pessoas LGBTI+ no mundo, especialmente, com as pessoas transvestis, soube de maneira exemplar higienizar a identidade travesti. Talvez por isso algumas de nossas entrevistadas tenham certa dificuldade de assumir essa identidade. Audre, por exemplo, se diz mulher transgênero e que se soubesse que a cirurgia não traria efeitos colaterais como o ficar sem gozar, por exemplo, que ela faria a cirurgia. No entanto, quando começamos a conversar percebo que existe um prazer explorado por Audre nos seus programas que destoa um pouco da “mulher transgênero” determinada pela biomedicina patologizante.

Audre é das nossas entrevistadas a única que ocupa uma vaga no mercado de trabalho e usa a prostituição como um complemento de renda / lugar de paquera / pegação. Pensamos em como o discurso pode dizer uma coisa e ao mesmo tempo se contradizer num segundo momento. Audre não só admite que não tem problemas em ser ativa com os clientes como também sente prazer com isso e não se hormoniza para não perder a possibilidade de ser ativa. Muito mais do que a admissão do prazer por Audre, o que pensamos mais do que válido. A pista pode e deve ser um lugar de auto-agência e porque não de prazer, claro. Um dos objetivos desse trabalho é este. O de debater a auto-agência das pessoas transvestigêneres e as respostas de Audre à nossa entrevista nos trazem isso.

Embora prefira dizer que não faz prostituição, mas que tem uma outra oportunidade de trabalho na rua, Audre adora estar na pista e acredita que a vida é ainda melhor depois de travesti porque além de trabalhar ainda tem a pista.

Audre narra também o fato de que, caso a prostituição rendesse o mesmo que ela ganha nos dois trabalhos, se manteria na prostituição e por um motivo bem peculiar. Ela adora quando os clientes a chamam de gostosa, que dizem que ela está linda, que é sensacional e isso nos chamou a atenção durante essa pesquisa.

“Eu gosto. Eu trabalho, mas eu também gosto da pista. Eu gosto de fazer. Eu gosto de ser uma profissional do sexo. Tanto como pessoal, quanto ganhando. ... Aí você encanta com alguns clientes. Quando você vê virou uma profissão. ... Eu faço principalmente para satisfazer o meu desejo sexual... e pelo reforço do orçamento” (Audre)

De uma maneira geral nossas entrevistadas citam esse lugar peculiar da pista, o da aceitação do corpo transvestigênera. O debate sobre a abjeção do corpo transvestigênera realizado na pesquisa desta dissertação, dá conta de como o corpo ininteligível pode sofrer determinada precariedade da vida. Nesse sentido, a vida de nossas entrevistadas é perpassada pela violência transfóbica. Podemos citar por exemplo os casos de violência que já narramos aqui e todos aqueles que sofremos, além do fato da violência transfóbica do mercado de trabalho, citado pelas meninas, como um sem-fim de currículos entregues sem obter resposta de nenhum deles.

“Cê tem a oportunidade de escolher o cliente que você quer sair. Muitas das vezes você joga um preço mais alto no cliente que você não quer sair e muitas das vezes um preço mais baixo naquele que você quer. ... eu gosto. Eu gosto. É uma coisa que me instiga. A aventura que a rua te proporciona. ... tudo é um conjunto de fatores. Por exemplo. Para aquele “bofe” faraônico e te oferece tudo bom etc e tal” (Audre)

Essa transfobia estrutural e estruturante, transfere para a prostituição a aceitação do corpo transvestigênera através da hipersexualização. É na prostituição que as transvestigêneras através da observação das mais velhas consegue perceber um lugar de sustento e garantia de vida. Quando a vida na prostituição já está equilibrada, já acontece há algum tempo ela começa a perceber que ali na rua seu corpo é aceito exatamente como é. E não só aceito, desejado. Os clientes estão ali porque desejam um corpo de peito e pau, não fosse isso procurariam outros lugares de prostituição. Para a imensa maioria das transvestigêneras no Brasil, a esquina, a prostituição de rua, a parada do cliente aos pés da “boneca”, os elogios que recebemos nesses contatos são os currículos aceitos pela sociedade cisheterossexista que não suporta e segrega nossos corpos.

Audre diz que a negociação do programa é algo muito natural. E que ela faz varejo. Varejo é um termo usado pelas prostitutas para definir aquele programa que não segue a tabela de preços. Muito embora não exista uma determinação de preços. A “lei da rua” determina o preço dos programas, sair abaixo desses preços não é proibido, mas pode te

fazer ganhar apelidos não convencionais e ser falada pelas costas, chamada de varejeira. Para Audre, a negociação educada com o cliente previne violências e acontece de acordo com o cliente. Esse sistema de negociação de acordo com o cliente é bem subjetivo porque as características para essa negociação são o modo de apresentação do cliente e poder aquisitivo avaliado pela transvestigênera através das roupas, cabelo, carro, perfume.

Um outro ponto importante citado por Audre é a questão da negociação do uso do preservativo no programa. Em geral, todos os programas são feitos com preservativo. Mas existem algumas características que podem mudar esse cenário como por exemplo o valor do programa e o uso de drogas e álcool. Segundo nossa entrevistada, já fez muitos programas sem camisinha por causa do álcool. Mas sabemos também que a prática de sexo oral sem camisinha é muito requisitada e possui um preço diferenciado. No caso do sexo com penetração sem camisinha, o entendimento é de que se um cliente ofereceu para você dinheiro para fazer sexo sem preservativo significa prática usual do mesmo e que provavelmente esse cliente já está com o “doce”.

A questão do gênero, embora não seja entendida, com os termos vindos da academia, aparece nos relatos das sujeitas entrevistadas. Lélia, por exemplo, tem 23 anos de prostituição e é uma das trabalhadoras sexuais de meia idade que entrevistamos para essa pesquisa. Questionada sobre a sua identidade de gênero responde que sinceramente não tem ideia porque acha que não é “*nem tico, nem taco*”. Pensamos aqui que com sua elaboração, Lélia entende o corpo travesti como um corpo não binário. Assim Kulik (2009) pensava a travesti brasileira, um terceiro sexo a ser pensado, hoje em dia os debates de gênero nos levam a crer que sim, talvez seria interessante começar a pensar a não-binariedade da identidade travesti. Não como uma imposição teórica, ou prática, mas como novas possibilidades de debate e inclusão de corpos tidos como ininteligíveis.

Nossa entrevistada mais retinta, Lélia tem dificuldade em perceber que sua cor a torna uma pessoa hiper sexualizada. Quando começou a trabalhar na prostituição, ficava com outras duas travestis no ponto, uma negra como ela e outra branca. Ela cita que a cor negra a fazia ter mais clientes. A hipersexualização das pessoas pretas é um dos dispositivos do racismo que fazem com que mulheres e homens negros sejam objetificados e não pertencentes a uma categoria de possibilidade de serem amados. Lélia com a interseccionalidade de gênero, raça, classe, território e profissão ocupa ainda mais esse lugar, no entanto, curiosamente acredita que ser preta facilitou a sua vida por conta de conseguir mais clientes.

Uma das coisas que incomoda Lélia na prostituição e que a faria sair caso pudesse é o fato de que as pessoas conhecidas ou que moram no mesmo bairro a veem fazendo prostituição e comentam depois.

Uma curiosidade nas respostas de Lélia é que assim como vários autores que debatemos acima consideram a prostituição como um mal necessário, nossa entrevistada tem a mesma opinião expressada de um modo diferente.

“Querendo ou não a gente presta serviço para a população. E população fica muito agradecida pelo serviço. Porque muita coisa que a gente passa, a gente não tem carteira assinada, a gente não tem benefício nenhum. Só prejuízo. ... As fantasias que as mulheres não realizam em casa, quem realiza para eles? A gente tinha de ganhar alguma coisa por isso” (Lélia)

Em algum momento Lélia também cita que existe uma mulher certa e uma mulher errada, fazendo a clara divisão entre a puta e a de casa, embora para si mesma, considere que não está no lugar das prostitutas porque é comportada, sabe se comportar em qualquer lugar.

Um outro assunto que surge em nossa entrevista é a questão da negociação com o cliente por uma ótica diferente. Claro que Lélia faz varejo, negocia o uso da camisinha com o cliente e todo o processo que se dá em torno da negociação do sexo pago. Mas uma curiosidade é que Lélia assume sentir prazer pelo dinheiro. É como se a perspectiva do ganho pudesse incentivá-la a fazer coisas que ela não conseguiria fazer em outro momento.

“Dependendo do caso ele funciona sim. Aquela coisa. Quem paga mais o negócio tem um incentivo. Eu preciso do incentivo. Se a pessoa quer muito aquilo. Aquela parte específica. A gente negocia um determinado valor x, que agrade. Tudo negociado é entendido” (Lélia)

Eu também quando trabalhava como prostituta já passei por situação semelhante. Em alguns momentos em que o trabalho era muito estafante ou que não conseguia uma ereção para atender os anseios de meu cliente, procedia com a mesma estratégia, quase sempre obtendo êxito. Essa perspectiva de excitação sexual pelo ganho coloca em xeque algumas perspectivas de atração sexual binárias, ampliando o debate de como funciona o mecanismo de excitação sexual do ser humano. Claro que não pretendemos nessa dissertação trazer experiências consolidadas de uma área que não é nossa, mas nos atçou a curiosidade quando pudemos ouvir de outra pessoa, sem incentivá-la, experiências que já passamos e que nos deixavam em uma posição de dúvida de nossa “normalidade”, se é que existe alguém normal de perto.

As narrativas de Sueli sobre a prostituição e o trabalho sexual são também muito curiosas por conta da sua idade, principalmente e do problema que ela tem com isso. A primeira coisa que ela cita é que já não tem mais paciência para trabalhar. Que muito embora os homens larguem as novinhas para ficar com ela, ela já não consegue mais.

Um outro momento curioso na entrevista de Sueli é a explicação que ela tem para a identidade travesti. Segundo Sueli travesti é um homem travestido de mulher, uma travesti. Essa é uma citação que dá realmente um nó em nossa cabeça por vários motivos. O primeiro deles é que o movimento travesti no Brasil avançou na discussão sobre a questão da identidade travesti. A partir da publicação de Kulik (2009), a primeira grande etnografia travesti brasileira, os debates vêm sendo feitos e conseguimos avançar a discussão sobre identidades, construindo inclusive uma palavra acolhedora. O segundo motivo que nos deixa curiosa é que enquanto travestis que somos, recorremos a feminilidade, seja performativamente, seja em nossa inserção na sociedade. Com isso não nos sentimos homens vestidos de mulheres e acredito que Sueli também não tenha esse sentimento e acreditamos que a ambiguidade da estruturalidade a faça repetir essa conceituação.

Toda a questão do gênero que vem sendo debatida no Brasil com os artigos de Judith Butler, Paul Preciado, a contribuição fundamental do professor Marco José de Oliveira Duarte, de João Manuel de Oliveira, Bruna Irineu, Juliana Perruchi, Bruna Coelho, Sara York, Megg Rayara nos deixam hoje a possibilidade de começar a debater a questão da não binariedade da identidade travesti. Num primeiro momento quando Kulik (2009) traz a ideia de um terceiro sexo, sentimos certa aversão pela ideia que nos parecia muito distante da realidade. Hoje em dia, depois de toda nosso investimento e trajetória nesta pesquisa, nos inclinamos pela primeira vez e publicamente para uma ideia de não binária para a nossa identidade de gênero. Nem mulher, nem homem “travestido” de mulher, uma travesti.

Sueli começou a carreira na prostituição segundo ela com 14 anos. Ela fugia de casa após as coças que tomava do pai incentivada por uma amiga, também travesti prostituta que não participa dessa pesquisa como entrevistada, mas que está no grupo de campo. As duas iam para a porta de um bar de bichas perto da zona de prostituição da cidade. A dona desse bar, uma travesti antiga e famosa da cidade. Sueli comenta que a partir da visão de outras travestis se descobriu travesti também. Da frequência escondida começou a se montar e se prostituir porque diferentemente dos irmãos, não teve oportunidade de estudar. Assim como nossas outras entrevistadas Sueli cita que também

cansou de buscar oportunidades com currículo em empresas, mas que a baixa escolaridade aliada à questão transvestigênera dificultaram o processo

Sueli tem uma vida no trabalho sexual extremamente vulnerabilizada. Ela não cita a expulsão de casa, mas podemos inferir do discurso que isso foi exatamente o que aconteceu. Na ativa antes do mundo conhecer o HIV/AIDS, Sueli conta que o uso de preservativo antes de 1988, época em que apareceram os primeiros casos não existia.

“Aí foi. Parou um homem. Parou o carro. Eu era bobinha, inocente, não sabia de nada. E cê sabe quando a gente é criança. Quem gosta de criança é pedófilo né? Infelizmente né? A gente é muito assediada quando é criança por pedófilos né?” (Sueli)

Na rua uma infinidade de violências. Sueli cita que precisou sair da cidade de Juiz de Fora por conta da violência policial, conheceu o Rio de Janeiro e outras cidades no Brasil. Sueli também comenta sobre uma viagem para a Europa no momento errado e na hora errada. Embora saiba que sofreu um processo de extorsão e tráfico, prefere dizer que não estava preparada para aquilo.

“Oh Dandara, antigamente não tinha muito isso não. Tinha. Mas nem todo cliente usava. ... Mas depois de 88, 89 para cá, já começaram a surgir os primeiros casos de HIV. Tem muito cliente que pede sem, e tem muita profissional do sexo que se arrisca e vai né? Por causa de 50, 100 reais a mais né?” (Sueli)

O modo como Sueli cita essa parte de sua vida é muito interessante porque tem um sem-fim de interditos e não ditos. Além de uma conversa muito superficial, a princípio ela não queria entrar na questão, mas depois resolve falar um pouco mais. A questão da exploração sexual de transvestigêneres na Europa é um dos matizes da precariedade da vida imprimida a corpos ininteligíveis pela sociedade que normalmente são pouco rastreáveis e recebem pouca preocupação do Estado e da sociedade, a menos quando alguma coisa lhes interesse que nós possamos dar.

Angela é uma mulher transexual preta retinta como ela mesma se define. Tem uma narrativa parecida com a de todas as outras sobre a questão da prostituição. Começou a se prostituir quando ainda trabalhava em uma loja de peças para eletrodomésticos no centro da cidade. Angela começou a tomar hormônios e foi expulsa de casa pelo pai que a pegou na porta beijando um homem. A partir daí tendo de garantir o próprio sustento passou a trabalhar na rua. Um dos traços narrativos curiosos de Angela a respeito da prostituição é que ela acha muito mais fácil se prostituir do que trabalhar, embora na ambiguidade cite que gostaria de ter um trabalho de carteira assinada e diga que a

prostituição é uó e que acha que as novinhas não deveriam descer para a rua. Angela também teve uma temporada na Europa e foi explorada sexualmente lá. Angela tem um corte no rosto, resultado de uma briga que teve com uma outra travesti logo após retornar da Europa.

Angela tem duas maneiras diferentes e curiosas de exercer o trabalho sexual. A primeira delas é atender clientes na casa da família em um quarto separado para isso no terraço da casa.

“Eu tenho um quarto lá em cima. Vou te mostrar a casa. Tem um quarto meu aqui debaixo e um lá em cima. Que eu atendo cliente lá. Meus anúncios. Minha mãe sabe. E elas quando sabem, grita, fazem confusão. Joga na cara, enfim”
(Angela)

A outra é frequentando um bar, que na verdade é uma casa de prostituição disfarçada. Aos sábados ela passa a noite neste bar atendendo clientes e se divertindo. Não conseguimos entender como Angela divide sua vida, parece haver um continuum entre prostituição e diversão e reclama que por ter 24 anos de prostituição se considera pobre porque a única coisa que tem é a casa que o pai deu quando a expulsou de casa.

Angela vê a organização do movimento social como uma ferramenta para a organização do trabalho sexual e nos diz também da transfobia sofrida nos ambientes formais de trabalho, a teoria do currículo aceito aparece no discurso também, uma vez que ela narra que a rua é glamour porque os homens a tratam bem.

Angela tem um sistema específico para lidar com seus clientes. Assim como outra de nossas entrevistadas, a tabela de programa parece variar de acordo com o carro ou com o cliente.

“Amiga, eu sou daquelas assim. Eu olho para o carro. E daí eu sei o preço que eu vou cobrar ou não. Tem uns que eu nem cobro. Eu prefiro entrar sem falar o preço que daí eu quando terminar eu já dou a facada total” (Angela)

Se o cliente aparentar ser chique ela costuma não dizer o preço antes do programa, ou quando o faz, esse preço costuma aumentar durante o programa. Se o cliente tem dinheiro, cada toque diferente passa a fazer parte de um acréscimo no preço final. Assim como as outras transvestigêneres entrevistadas o álcool e outras drogas é usado por Angela como estratégia de enfrentamento às agruras da rua.

Patrícia, Audre, Ângela, Lélia, Sueli, Nilma e Dandara, a pesquisadora em sua escrevivência, das narrativas e da narrativa de si, envolvidas todas, nas muitas experiências de serem transvestigêneres negras trabalhadoras sexuais na batalha da pista, em uma realidade interiorana, como Juiz de Fora (MG). Aqui não são apenas tratadas,

relatadas, analisadas e pensadas teórico-metodologicamente, mas co-produzidas em uma e por uma episteme transvestigeneres que se materializa nesta dissertação de mestrado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DE UM PROCESSO DE ESCRIVIVÊNCIA TRANSVESTIGÊNERE PRETA

E afinal por ser um projeto de escrevivência de uma travesti preta de 42 anos de idade que sempre, em todos os eventos que se apresenta procurar quebrar a “norma” imposta para o evento em questão, nesse momento pedirei licença à academia para fazer um relato em primeira pessoa, quebrando o protocolo.

Eu, mesmo que tente, jamais conseguirei expressar em palavras o quanto o percurso da pesquisa acadêmica mudou a minha vida e me fez olhar o mundo e minha vida sob uma outra perspectiva.

Desde o início e a mais remota possibilidade de ser a primeira travesti preta a ocupar uma vaga na pós graduação da universidade federal de Juiz de Fora, a “dona UF”, como a gente costuma chamar, minha vida mudou completamente, a minha e a de todos os mortais que precisaram enfrentar uma pandemia de um vírus mortal e Bolsonaro, o pior presidente que o Brasil já teve.

Entramos no mestrado com um projeto que desejava analisar a trajetória de pessoas transvestigêneres no mercado de trabalho. E de lá para cá tanta coisa mudou. Conheci tantas pessoas, mas conheci também percursos metodológicos e é sobre isso que quero falar aqui.

A escrevivência, essa proposta metodológica de Conceição Evaristo que espera contemplar na escrita a fala de nós, funcionou para mim como ferramenta transformadora de pessoa.

Saio dessa escrita mais humana, mais feliz, mais complacente, mais compreensiva, menos moralista, mais prostituta e cada vez mais não binária. Digo isso porque entro nesse percurso de pesquisa com o entendimento de que nós pessoas transvestigêneres não ocupamos o mercado de trabalho e saio dela percebendo que realmente não existe espaço no mercado de trabalho, não porque não existem vagas, mas sim porque a transfobia estrutural não nos permite ocupar esses espaços. Saio dessa pesquisa com a convicção que a esquina pode trazer a sensação de currículo aceito quando o cliente faz um elogio para a puta.

Saio dessa pesquisa também, cada vez mais questionando a binariedade de gênero. Meu primeiro estranhamento e incômodo à proposta de Kulik (2009) para um terceiro sexo, se transformou em uma genuína necessidade de me abrir ao debate sobre o quanto a binariedade de gênero é estrutural e estruturante do modo de produção capitalista. Com

a ajuda da pesquisa, questionei meu corpo, meu lugar de acesso, minha passabilidade e comecei a reiterar cada vez mais minha identidade. Uma travesti, preta, pobre, não-binária, não-monogâmica, servidora pública, política e militante e provavelmente, ao final de todo esse processo mestra.

No momento em que saímos desse lugar de pesquisadora mestranda, nos parece claro dizer que continuaremos percorrendo essa trilha acadêmica com uma preocupação: a possibilidade de aumentar a construção de políticas públicas para as diversidades sexuais e de gênero. Vencemos uma batalha contra o fascismo, mas a guerra ainda está aí. O mundo sofre hoje uma ofensiva anti-gênero protagonizada por figuras famosas e outras nem tanto que parece ter um método e um financiamento e por isso, nossa luta, muito mais do que acabar aqui, parece estar apenas começando. Ao bom combate, seguimos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. S. DE; MARINHO, S. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019.

A PASSABILIDADE e a política de embranquecimento. **Intriseca**, 10 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.intriseca.com.br/blog/2021/06/a-passabilidade-e-a-politica-de-embranquecimento/>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

A TEORIA da panóptica de Michel Foucault: sobre o poder político e econômico que nos controla sem que possamos perceber. **Pensar contemporâneo**. 29 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.pensarcontemporaneo.com/teoria-da-panoptica-de-michel-foucault/>>. Acesso em: 21 de junho de 2023.

BENEVIDES, B. G. (org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENEVIDES, B. G. (org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2023.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2021.

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo - Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual**. 3ª ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2021. 252 p

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Ed. UFBA, 2017.

BRANDÃO, B. C.; OLIVEIRA, D. F. S.; PEREIRA, M. J. F.; DUARTE, M. J. O. Campanha TranSolidariedade no contexto da pandemia da COVID-19: Um relato de experiência. In: IRINEU, B. A.; LOPES, M. A.; ROCON, P. C.; SILVA, M. A.; NASCIMENTO, M. A. N.; DUARTE, M. J. D.; JESUS, D. M.; JESUS, J. G.; RODRIGUES, G. O.; PASSAMANI, G. R.. (Org.). **Diversidade Sexual, étnico racial e de gênero: saberes plurais e resistências**, v. 2. Salvador; Campina Grande: Devires; Realiza, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Óbitos Confirmados. **Coronavírus Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS N° 2.803**, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: MS, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS N° 2.836**, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília, DF: MS, 2011a.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Relatório Final da II Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: SEDH/PR, 2011b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS N° 1.820**, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, DF: MS, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Relatório Final da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: SEDH/PR, 2008a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS N° 1.707**, de 18 de agosto de 2008. Define as Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS, a serem implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Brasília, DF: MS, 2008b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: CNCD, 2004.

BUTLER, J. O capitalismo tem seus limites. **Blog da Boitempo**, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAMINHAS, L. A regulamentação da prostituição é uma demanda por justiça? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35 n. 103, p. 1-18, maio/ago., 2020.

CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R. B. Os Tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38 (n.spe.2), p. 175-191, 2018.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. A urgência da interseccionalidade. **TED Women 2016** (Califórnia), oct. 2016. Portuguese, brazilian translation by Renan Pereira. Reviewed by Claudia Sander. Disponível em:

<https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br#t-940921>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul., 1989.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS - DICIO. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/metie/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA ONLINE. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/>>. Acesso em 14 dez. 2022.

DUARTE, M. J. O. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. In: OLIVEIRA, A. D. de. (org.). **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas; Papel Social, 2020a.

DUARTE, M. J. de O. **A revisão integrativa: o que é e como fazer?**: Oficina de recuperação da informação científica em bases de dados científicas, Salvador: UFBA, 2-30 de out., 2020b. 24 f. Notas de Aula.

DUARTE, M. J. O. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: questões para o Serviço Social. In: LOLE, A. et al. (Org.). **Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

DUARTE, M. J. O.; OLIVEIRA, D. F. S.; IGNACIO, K. M. R. Precariedade da vida e desigualdades sociorraciais brasileiras em tempos de desdemocracia neoliberal. In: DURIGUETTO, M. L.; IAMAMOTO, M. V. (Org.). **Serviço social: questão social, território e política social**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2021.

DUARTE, M. J. O.; OLIVEIRA, D. F. S.; IGNACIO, K. M. R. Gênero, raça e sexualidade: uma proposta de debate interseccional?. In: IRINEU, B. A. et al.. (Org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Salvador: Devires, 2020.

DUARTE, M. J. de O.; OLIVEIRA, D. F. S. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 153-168, jul./dez., 2021.

EVARISTO, C. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FILIPPE, M. Onde estão as pessoas trans? **Revista Exame**, 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/onde-estao-os-travestis-e-transexuais/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FOUCAULT, M. **As verdades e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora. 2002.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1977.

GIONGO, C. R. et al. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 4, p. 1000-1013, 2012.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE**, Brasília, v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, n. 2, 1984.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. **Blog da Boitempo**, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 4 dez. 2020.

INSITUTO LULA. LGBT e prostitutas denunciam violência. **Memorial da Democracia** Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

JESUS, J. G. de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Docência e cibercultura**, Rio de Janeiro. v. 3, n.1, p. 250-260, jan./abr., 2019.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>> Acesso em: 04 out. 2021.

JESUS, J. G. de. Transfobia e crimes de ódio. Assassinato de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora** – a revista de história do tempo presente, São Paulo, v.16, n. 2, p.101-123, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jaqueline-Jesus/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio/links/55e1f2bc08aede0b573220f4/Transfobia-e-crimes-de-odio-Assassinatos-de-pessoas-transgenero-como-genocidio.pdf. Acesso em 06 out. 2021.

JUIZ DE FORA. **Lei Nº 9.791**, de 12 de maio de 2000. Dispõe sobre a ação do município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual. 2000b. Disponível em: <<https://jflegis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000023610>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, 18(43), p. 449-502, 2018.

KULIK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

LEITE JR, J. **Sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. 2008. 230f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

MACHADO, A. Resenha: BENTO, B. 2017. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 43, n. 2, dez., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/15786>>. Acesso em: 6 out. 2021.

MACHADO, P.S.; SOARES, L.V. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**. vol. 17. nº 39. p. 203-219, mai. – ago., 2017.

MISS BRASIL GAY. História. **Miss Brasil Gay**. Disponível em:

<<https://www.missbrasilgay.com.br/a-historia>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MORAES, A. F. Gabriela Leite e mudanças nas práticas discursivas sobre prostituição no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 70, p. 254-279, maio-ago., 2020.

NEVES, G. S.; HECKERT, A. N. C. Escrevivência: uma ferramenta metodológica de análise. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.17, n 1, p. 139-162, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Relatório do desenvolvimento humano 2019**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019.

OLIVEIRA, J. M. de. **Desobediências de gênero**. São Paulo: Devires, 2017.

OLIVEIRA, D. F. S; DUARTE, M. J. de O. Trabalho e tra(ns)vesti(gêneres)lidades: elementos para uma análise. In: PINHEIRO, D.; REIS, C. (Org.). **Quando LGBTQs invadem a escola e o mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: EDUNIRIO, 2020.

PAIVA et al. **Mulheres de vida fácil? Tempo, prazer e sofrimento no trabalho de prostitutas**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. V. 60, n. 3, p 208-221, 2020.

PERES. W. S. **Travestis, escolas e processos de subjetivação**. Instrumento: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação. Juiz de Fora, v. 12, n. 2. jul./dez. 2010.

PRATES, A. A redução de danos aplicada ao uso de silicone líquido e hormônios. In: COELHO, M. T. Á. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014.

PRECIADO, P. **Manifesto contrassexual**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECONCEITO contra travestis e transexuais impacta no direito à educação. **Instituto Unibanco**, 01 fev. 2021. Disponível em:

<<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/preconceito-contravestis-e-transexuais-impacta-no-direito-a-educacao/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

RAMOS, D. H. **Mulheres, direito a cidade e estigmas de gênero**: a segregação urbana da prostituição em Campinas. São Paulo: Anablume, 2019.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. IN: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). **Adrienne Rich's Poetry and Prose**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.

ROCON, P. C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2525, 2016.

SERRA, V. S. "**Pessoa afeitada ao crime**": criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista. 2018. 126 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

SIQUEIRA, I. **Entrevista**, 9. jun. 2021. Entrevistadora: Dandara Felícia Silva Oliveira. Juiz de Fora, 2021. 1 arquivo MP4 (120m).

SOARES, J. F. e ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 147-165, jan./jun., 2003.

UNAIDS e MPact manifestam preocupação com relatos de abuso contra pessoas LGBTI em meio à pandemia. **Portal Geledés**, 6 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/unaidse-mpact-manifestam-preocupacao-com-relatos-de-abuso-contra-pessoas-lgbti-em-meio-a-pandemia/>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

VENSON, A. M. Tráfico de pessoas para exploração sexual? Uma análise de processos-crime (1995-2012). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2. p. 571-591. maio-ago., 2017.

VIEIRA, M. S. Deslocamentos femininos e prostituição. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2. p. 619-637, maio-ago., 2015.

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia**: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de coronavírus. Belo Horizonte: VOTELGBT, jun. 2020. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020

ZEPPELINI, M. Advocacy: o lobby do bem. **IPEA – Pesquisa Ação Social das Empresas**, Brasília, 2007. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=592>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa: “Na quebrada da pista: precariedade da vida e trabalho sexual travesti na cidade de Juiz de Fora”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é contribuir para a produção de dados sobre as travestis trabalhadoras sexuais da cidade de Juiz de Fora a fim de subsidiar com dados, outras pesquisas, a assistência social e a construção de políticas públicas. Nesta pesquisa pretendemos analisar e identificar através de uma metodologia analítica interseccional, o nível de precariedade da vida e da organização da profissão da profissional do sexo enquanto trabalho de pessoas transvestigêneres trabalhadoras sexuais da cidade de Juiz de Fora-MG.

Caso você concorde em participar, solicitamos a sua colaboração para uma entrevista de aproximadamente uma hora, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Informamos que essa pesquisa tem os riscos de exposição da pessoa através do nome, idade, classe social e para minimizar os riscos garantiremos o sigilo dos dados e a interrupção do uso dos dados caso as pessoas entrevistadas queiram se retirar da pesquisa. Ressalta-se que a pesquisa não traz nenhum benefício imediato as participantes, sendo que estas contribuirão com o processo de conhecimento acadêmico-científico sobre o trabalho sexual das transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora. Ademais, quando se trata da associação entre trabalho sexual e prostituição, torna-se imperioso desvelar essa questão pelo conceito de precariedade da vida para debater acerca dos limites das políticas públicas existentes para esse segmento populacional e fomentar discussões que atentem para a realidade social dessas trabalhadoras sexuais no mundo do trabalho no qual estão submetidas cotidianamente.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20__ .

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Dandara Felícia Silva Oliveira
Campus Universitário da UFJF
Faculdade/Departamento/Instituto: Faculdade de Serviço Social
CEP: 36036-900
Fone: 32 988250007
E-mail: dandaradoxum@gmail.com

Rubrica do Participante de pesquisa
ou responsável: _____
Rubrica do pesquisador: _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Identificação e perfil

Me fale seu nome. É retificado?

Quantos anos você tem?

Qual sua identidade de gênero (Se considera homem, mulher, nenhum dos dois ou os dois?)

O que define uma travesti?

E sua sexualidade? Prefere se relacionar com homens ou mulheres nenhum dos dois ou os dois???

Qual sua cor?

Até quando estudou?

Condições da vida social

Você tem CadÚnico? (Explicar caso necessário)

Recebe algum tipo de benefício social dos governos federal e ou estadual e ou municipal? (Elencar caso necessário)

Onde você mora? Sozinha ou com outras pessoas?

Como você se relaciona com seus familiares/parentes?

Desde quando sabe que é travesti?

Sofreu alguma perda por conta de ter assumido essa identidade? Conte sobre as perdas.

Você acha que sua vida é mais precária por ser travesti?

Já sofreu algum tipo de agressão? -violência física, verbal ou psicológica/emocional?

Como foi na escola?

Acredita que por ser travesti está mais sujeita a vulnerabilidade social?

Pensa em se aposentar?

Qual o círculo mais próximo de afeto e auxílio? Etc.)

Tem silicone? Qual o principal motivo para ter colocado?

Como é a vida fora da pista?

Como é o seu lazer?

Condições do trabalho sexual

Quanto tempo exerce a profissão?

Como começou?

Por que começou?

O que pensa sobre o trabalho sexual?

Vê o trabalho sexual como trabalho?

O que acha que pode ser feito para melhorar as condições organizativas do trabalho sexual na cidade?

Você considera a pista um local de trabalho, a pista é um trabalho para você?

O que você pensa de receber um salário e ter um vínculo formal de trabalho?

Me fala um pouco do prazer quando está trabalhando, como que funciona?

Onde exerce?

Quais os lugares que já exerceu? etc)

Como é a prática? (Camisinha, negociação, tabela, varejo)

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Na quebrada da pista: precariedade da vida e trabalho sexual travesti na cidade de Juiz de Fora.

Pesquisador: DANDARA FELICIA SILVA OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 55681322.5.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.329.713

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa.

“A investigação busca problematizar os conceitos de transvestigêneres e de precariedade da vida, tendo como campo e sujeitas, as trabalhadoras sexuais transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora-MG. A partir de uma das frentes de trabalho do Centro de Referência LGBTQI+ da UFJF, após o início da pandemia da COVID-19, criou-se um grupo das trabalhadoras sexuais transvestigêneres, que demandava ajuda no enfrentamento da pandemia. Assim, metodologicamente, parte das contribuições teórico-conceituais de Judith Butler e Lélia Gonzalez, analisando, a partir da perspectiva da interseccionalidade, os marcadores de diferença e de opressão, como gênero, raça, classe, sexualidade e território no contexto da prostituição e seus sentidos para essas trabalhadoras sexuais no mundo do trabalho inserido nas relações sociais capitalistas. Toma-se, metodologicamente, a revisão da literatura para o trato dos conceitos de transvestigêneres e de prostituição, bem como o recurso ao trabalho de campo, com observação e entrevistas semi-estruturadas com as transvestigêneres trabalhadoras de sexo na cidade de Juiz de Fora. Esses dados, terão como tratamento, a análise do discurso, na medida que se pretende entender a precariedade de vida dessas sujeitas e suas corpos no trabalho da pista, bem como analisar o reconhecimento de sua profissão na rua enquanto trabalho. Toma-se uma produção da escrita e dos dados inseridas na escrivência, assim como pautada por Conceição Evaristo,

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.edu.br

Continuação do Parecer: 5.329.713

abarcando a implicação da pesquisadora na escrita de si."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário: Analisar e identificar através de uma metodologia analítica interseccional, o nível de precariedade da vida e da organização da profissão da profissional do sexo enquanto trabalho de pessoas transvestigêneres trabalhadoras sexuais da cidade de Juiz de Fora-MG."

"Objetivo Secundário: Conceituar os termos travesti, transexual, transgênera e transvestigênera; Debater o conceito de precariedade da vida e problematizar a

interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade com a precariedade da vida e como ela afeta diretamente pessoas transvestigêneras; Problematizar a questão do trabalho sexual como profissão organizada enquanto trabalho e traçar o perfil de pessoas transvestigêneras trabalhadoras sexuais da cidade de Juiz de Fora."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"De acordo com os princípios éticos da Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), a elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) resguarda as participantes entrevistadas da possibilidade de divulgação de suas identidades, garantindo, assim, que as informações prestadas sejam tratadas de forma confidencial e sigilosa. Não são identificados maiores riscos em relação à participação

na pesquisa, entretanto, as entrevistas podem, por exemplo, causar algum cansaço pelo tempo de duração ou indisposição e incômodo ao tratar deste assunto. Em qualquer destes casos, a entrevista poderá ser suspensa e, se a participante concordar, será reagendada para outro momento. As entrevistadas poderão também desistir de continuar a participar, sendo que, em quaisquer destas situações, nenhum prejuízo ou ônus terão as participantes em relação à pesquisadora. As respostas das entrevistadas serão abordadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o nome dos sujeitos envolvidos em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, a privacidade das informantes será assegurada, uma vez que os nomes serão substituídos por nomes fictícios. É válido informar ainda, que a pesquisa não trará custos a entrevistada, bem como não proporcionará compensações financeiras pela sua participação nesta pesquisa. Além disso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deixa claro sobre a voluntariedade na participação, de forma que as informantes da pesquisa possam a

qualquer momento se recusar a responder qualquer pergunta ou, ainda, retirar o seu consentimento para participar desta pesquisa. De acordo com a Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde, também serão respeitados os referenciais bioéticos de

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.edu.br

Continuação do Parecer: 5.329.713

não maleficência, beneficência, justiça e equidade, prevalecendo os benefícios e o bem-estar dos participantes em detrimento dos riscos mínimos. Os riscos aos participantes envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos, como por exemplo a entrevistada ser identificada em suas respostas à entrevista. Para evitar que isso aconteça, os dados serão manipulados apenas pela pesquisadora. Os dados ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão. A pesquisadora se compromete a ocultar seu nome, utilizando nome fictício na transcrição das entrevistas e não divulgar os áudios das entrevistas concedidas, para garantir seu sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa. Todos os participantes terão sua autonomia e sua dignidade respeitadas bem como sua vontade de permanecer ou não na pesquisa, estando livre para deixá-la caso sinta necessidade. Ainda de acordo com tal resolução, a pesquisa será fundamentada em fatos científicos e será realizada somente mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido. Serão garantidas, em todas as fases da pesquisa, a privacidade e a confidencialidade dos participantes, mantendo-se o sigilo quanto a sua identidade. Seus valores, hábitos e costumes serão plenamente respeitados. Poderão ser comunicados às autoridades competentes, bem como aos órgãos legitimados pelo Controle Social, além de apresentados em eventos científicos, os resultados e/ou achados da pesquisa, sempre que estes puderem contribuir para a melhoria das condições de vida da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os participantes da pesquisa não sejam estigmatizados, respeitando-se sempre a não identificação das participantes envolvidas na mesma. Benefícios: Ressalta-se que a pesquisa não traz nenhum benefício imediato as participantes, sendo que estas contribuirão com o processo de conhecimento acadêmico-científico sobre o trabalho sexual das transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora. Ademais, quando se trata da associação entre trabalho sexual e prostituição, torna-se imperioso desvelar essa questão pelo conceito de precariedade da vida para debater acerca dos limites das políticas públicas existentes para esse segmento populacional e fomentar discussões que atentem para a realidade social dessas trabalhadoras sexuais no mundo do trabalho no qual estão submetidas cotidianamente. Nosso principal benefício para as pesquisadas é fornecer dados que serão utilizados na prestação de políticas públicas intersetoriais voltadas para esse público no município, em particular, ao mapear a precariedade da vida e organização do trabalho das transvestigêneres prostitutas em Juiz de

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N**Bairro:** SAO PEDRO**CEP:** 36.036-900**UF:** MG**Município:** JUIZ DE FORA**Telefone:** (32)2102-3788**E-mail:** cep.propp@ufjf.edu.br

Continuação do Parecer: 5.329.713

Fora.".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPEs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: agosto de 2022.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N	CEP: 36.036-900
Bairro: SAO PEDRO	
UF: MG	Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788	E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br

Continuação do Parecer: 5.329.713

definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional N°001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1887855.pdf	01/04/2022 09:24:14		Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoDandaraAssinada.pdf	01/04/2022 09:23:21	DANDARA FELICIA SILVA OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLENovoPendenciasModificadas.docx	01/03/2022 20:15:18	DANDARA FELICIA SILVA OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEPUFJFDandaraPendenciasModificadas.docx	01/03/2022 20:15:13	DANDARA FELICIA SILVA OLIVEIRA	Aceito
Outros	CurriculoDandara.pdf	07/02/2022 20:08:18	DANDARA FELICIA SILVA OLIVEIRA	Aceito
Outros	RoteiroDandara.docx	07/02/2022 20:07:54	DANDARA FELICIA SILVA OLIVEIRA	Aceito
Outros	CurriculoMarco.pdf	07/02/2022 19:58:48	DANDARA FELICIA SILVA OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 04 de Abril de 2022

Assinado por:
Jubel Barreto
(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N**Bairro:** SAO PEDRO**CEP:** 36.036-900**UF:** MG**Município:** JUIZ DE FORA**Telefone:** (32)2102-3788**E-mail:** cep.propp@ufjf.edu.br